

**Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna**



**Sofia Fernanda de Jesus Figueiredo**

Aspirante a Oficial de Polícia

**Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais**

XXXIV Curso de Formação de Oficiais de Polícia

**A ENTREVISTA EM CONTEXTO DE INVESTIGAÇÃO  
CRIMINAL:  
PERCEÇÕES E PRÁTICAS DOS INVESTIGADORES DA  
POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA**

Orientador:

**Prof.<sup>a</sup> Doutora Lúcia G. Pais**

Lisboa, maio de 2022



**Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna**



**Sofia Fernanda de Jesus Figueiredo**

Aspirante a Oficial de Polícia

**Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais**

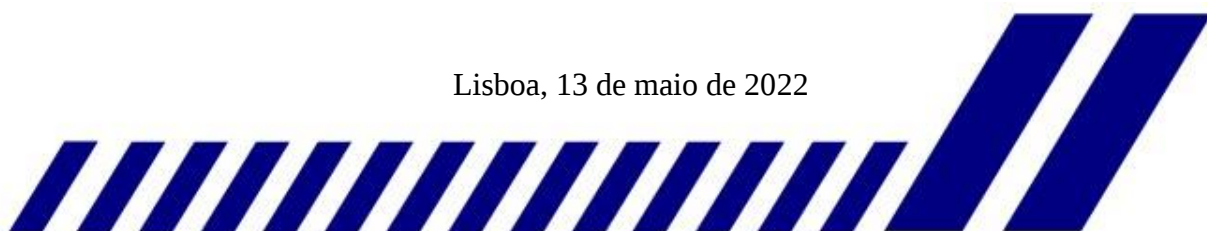
XXXIV Curso de Formação de Oficiais de Polícia

**A ENTREVISTA EM CONTEXTO DE INVESTIGAÇÃO  
CRIMINAL:  
PERCEÇÕES E PRÁTICAS DOS INVESTIGADORES DA  
POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA**

Orientador:

**Prof.<sup>a</sup> Doutora Lúcia G. Pais**

Lisboa, 13 de maio de 2022





|                                   |                                                                                                                                  |
|-----------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Estabelecimento de Ensino:</b> | Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna                                                                     |
| <b>Curso:</b>                     | XXXIV CFOP                                                                                                                       |
| <b>Orientadores:</b>              | Prof. <sup>a</sup> Doutora Lúcia G. Pais                                                                                         |
| <b>Título:</b>                    | A entrevista em contexto de investigação criminal:<br>Perceções e práticas dos investigadores da Polícia de<br>Segurança Pública |
| <b>Autor:</b>                     | Sofia Fernanda de Jesus Figueiredo                                                                                               |
| <b>Local de Edição:</b>           | Lisboa                                                                                                                           |
| <b>Data de Edição:</b>            | 13 maio de 2022                                                                                                                  |

Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna com vista à obtenção do grau de Mestre em Ciências Policiais, elaborada sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Doutora Lúcia G. Pais.

## **Epígrafe**

*(...) o reconhecimento de que a prova pessoal continua a ter uma importância vital nos modernos sistemas probatórios e que a ciência e tecnologia são de igual modo convocados para conferir objetividade e rigor à sua produção.*

Braz, 2021, p. 414

## **Dedicatória**

*Aos meus pais.*

## **Agradecimentos**

À minha mãe Glória por ser o pilar desta família e ao meu pai Carlos, por um dia me ter proporcionado estudar.

Aos meus irmãos, Zé e Quim, porque estão sempre lá quando é preciso.

À minha sobrinha Maria, por todas as vezes que não tive disponibilidade ou disposição para lhe dar a atenção que ela tanto reclama. Sonha, pequenina, e trabalha para os teus sonhos!

Àquele que esteve sempre certo, que a cada vitória sabia que estava cada vez mais perto do fim.

À minha orientadora, Prof. Doutora Lúcia G. Pais, por todo o acompanhamento e apoio demonstrado ao longo destes derradeiros meses.

Aos meus Comandantes de estágio, Comissário José Ferreira, Subcomissário Luís Macedo e Subcomissário Ruben Silva, por permitirem ter flexibilidade para gerir todas as exigências deste ano; por me receberem bem, apesar de todas as incumbências que têm a cargo; pela vontade demonstrada em querer transmitir conhecimentos; e por me fazerem acreditar, ainda mais, que escolhi o caminho certo.

A todos os participantes, os polícias, que aceitaram dar o seu contributo para esta investigação. Aprendi muito com os senhores.

Ao Sr. Subintendente Henrique Figueiredo, ao Sr. Subintendente Carlos Correia e ao Sr. Comissário Soiema pela boa-vontade e pragmatismos demonstrados que tanto facilitaram todo o procedimento de recolha de dados.

Aos amigos de sempre – os de infância, os da escola, os da faculdade - que apesar das ausências, muitas vezes de meses, permaneceram.

Aos novos amigos, porque este caminho não se faz em solidão, houve quem o tornasse mais fácil de caminhar. Obrigada Nascitúrcios, por terem sido o meu braço direito nos últimos anos. Em especial, ao Melgo, pela amizade incansável, pelas conversas e cafés fora de horas.

Ao 34.º CFOP, por tudo. Por conseguir ser uno sem perder as idiossincrasias de cada um, e por na adversidade ser mais do que soma das partes. Cresci convosco!

---

## Resumo

As práticas policiais não devem ser alheias ao conhecimento científico, pelo que a obtenção da prova pessoal deve cimentar-se em preceitos éticos, legais e científicos. O panorama mundial da entrevista policial preconiza uma entrevista orientada para a recolha de informação, devendo para tal assentar em procedimentos técnicos eficazes e respeitadores da pessoa entrevistada. A presente investigação procurou conhecer quais são as boas práticas de entrevista policial; aceder às perceções e práticas de entrevista em contexto formal, pelos investigadores da PSP; aceder às condicionantes ao seu exercício; e, obter conhecimento acerca da formação e necessidades formativas dos polícias. Seguiu-se um método qualitativo, descritivo e exploratório, com a aplicação de uma entrevista semiestruturada e semidiretiva a uma amostra de 20 investigadores experientes da Polícia de Segurança Pública, tendo os dados recolhidos sido tratados através da análise de conteúdo categorial. Os resultados permitem verificar que as condicionantes à condução da entrevista são essencialmente de natureza situacional, designadamente, aquelas decorrentes do espaço; as técnicas de entrevista utilizadas são, sobretudo, a construção de *rapport*, a divulgação de provas e a colocação de perguntas apropriadas; a fase preparatória da entrevista é importante; e, o conhecimento que os polícias têm sobre a entrevista policial foi adquirido, fundamentalmente, de maneira informal através da experiência e com os colegas, concluindo-se que a formação é deficitária. Recomenda-se a elaboração de um manual de procedimentos auxiliar e flexível; a implementação de formação sistemática e atualizada; um acompanhamento pós-formação para consolidação da implementação no terreno; e, a criação de condições espaciais necessárias ao bom exercício da entrevista.

**Palavras-Chave:** entrevista policial; técnicas de entrevista; prova pessoal; Polícia de Segurança Pública

## **Abstract**

Police practices should not be unaware to scientific knowledge, and obtaining of personal evidence should be based on ethical, legal and scientific precepts. The world panorama of police interview advocates an interview oriented to collect information and should be based on effective technical procedures that respect the interviewee. This research sought to know which are the good practices of police interview; to access the perceptions and practices of interviewing in a formal context, by the PSP investigators; to access the constraints to its exercise; and, to obtain knowledge about the training and training needs of police officers. A qualitative, descriptive and exploratory method was followed, with the application of a semi-structured, semi-directive interview to a sample of 20 experienced investigators from the Public Security Police. The results allow us to verify that the constraints on the conduct of the interview are essentially of a situational nature, namely those arising from the room; the interview techniques used are, above all, the building of rapport, the disclosure of evidence, and the asking of appropriate questions; the preparatory phase of the interview is important; and, the knowledge that the police officers have about the police interview was acquired, fundamentally, in an informal manner through experience and with colleagues, concluding that training is deficient. It is recommended that an auxiliary and flexible procedures manual be developed; that systematic and up-to-date training be implemented; that post-training follow-ups take place to consolidate the implementation in the field; and, that the necessary spatial conditions for the proper exercise of the interview be created.

**Keywords:** police interview; interview techniques; personal evidence; Public Security Police

## Lista de Siglas, Acrónimos e Abreviaturas

|          |                                                                                        |
|----------|----------------------------------------------------------------------------------------|
| AJ       | Autoridade Judiciária                                                                  |
| al.      | alínea                                                                                 |
| APC      | Autoridade de Policia Criminal                                                         |
| art.º    | artigo                                                                                 |
| CEIIT    | Curso de Entrevista e Interrogatório e Intervenção em Tribunal                         |
| CFA      | Curso de Formação de Agentes                                                           |
| cf.      | Conforme                                                                               |
| CIC      | Curso de Investigação Criminal                                                         |
| COMETLIS | Comando Metropolitano de Lisboa                                                        |
| COMETPOR | Comando Metropolitano do Porto                                                         |
| CP       | Código Penal                                                                           |
| CPP      | Código de Processo Penal                                                               |
| DIC      | Departamento de Investigação Criminal                                                  |
| DP       | Desvio-padrão                                                                          |
| EC       | Entrevista Cognitiva                                                                   |
| ECM      | Entrevista Cognitiva Melhorada                                                         |
| EIC      | Esquadra(s) de Investigação Criminal                                                   |
| EPP      | Escola Prática de Polícia                                                              |
| EPPSP    | Estatuto Profissional do pessoal com funções policiais da Policia de Segurança Pública |
| FIS      | Forensic Interview Solutions                                                           |
| LOIC     | Lei de Organização da Investigação Criminal                                            |
| M        | Média                                                                                  |

|          |                                                                               |
|----------|-------------------------------------------------------------------------------|
| MP       | Ministério Público                                                            |
| n.º      | número                                                                        |
| NICHD    | National Institute of Child Health and Human Development                      |
| OPC      | Órgão de Polícia Criminal                                                     |
| PEACE    | Preparation and Planning, Engage and Explain, Account,<br>Closure, Evaluation |
| PSP      | Polícia de Segurança Pública                                                  |
| u.r.     | Unidades de registo                                                           |
| $\Sigma$ | Somatório                                                                     |

## Índice

|                                                        |             |
|--------------------------------------------------------|-------------|
| <b>Epígrafe.....</b>                                   | <b>iii</b>  |
| <b>Dedicatória.....</b>                                | <b>iv</b>   |
| <b>Agradecimentos .....</b>                            | <b>v</b>    |
| <b>Resumo .....</b>                                    | <b>vi</b>   |
| <b>Abstract.....</b>                                   | <b>vii</b>  |
| <b>Lista de Siglas, Acrónimos e Abreviaturas .....</b> | <b>viii</b> |
| <b>Índice de Anexos.....</b>                           | <b>xiii</b> |
| <b>Índice de Apêndices .....</b>                       | <b>xiv</b>  |
| <b>Índice de Figuras .....</b>                         | <b>xv</b>   |
| <b>Índice de Tabelas.....</b>                          | <b>xvi</b>  |
| <b>Introdução.....</b>                                 | <b>1</b>    |
| <b>Capítulo I – Enquadramento Teórico .....</b>        | <b>4</b>    |
| 1. A PSP e a prova pessoal .....                       | 4           |
| 1.1. PSP como um OPC .....                             | 4           |
| 1.2. Prova testemunhal.....                            | 6           |
| 1.3. Declarações do arguido .....                      | 8           |
| 1.4. Formação na PSP .....                             | 9           |
| 2. A entrevista investigativa .....                    | 11          |
| 2.1. As técnicas de entrevista .....                   | 12          |
| 2.1.1. Construção de rapport .....                     | 12          |
| 2.1.2. Tipos de perguntas .....                        | 14          |
| 2.1.3. Divulgação de provas .....                      | 16          |
| 2.2. A entrevista cognitiva.....                       | 17          |

|                                                                        |           |
|------------------------------------------------------------------------|-----------|
| 2.2.1. A entrevista cognitiva melhorada.....                           | 19        |
| 2.2.2. A entrevista cognitiva modificada .....                         | 20        |
| 2.2.3. Eficácia da entrevista cognitiva e variantes .....              | 22        |
| 2.3. O modelo PEACE.....                                               | 23        |
| 2.3.1 Preparação e planeamento.....                                    | 24        |
| 2.3.2. Envolvimento e explicação .....                                 | 24        |
| 2.3.3. Relato dos factos .....                                         | 25        |
| 2.3.4. Encerramento .....                                              | 26        |
| 2.3.5. Avaliação.....                                                  | 27        |
| 2.3.5. Eficácia do modelo.....                                         | 27        |
| 3. Fatores condicionantes da entrevista.....                           | 30        |
| 3.1. Pessoais.....                                                     | 30        |
| 3.2. Situacionais .....                                                | 31        |
| 3.3. Relacionais .....                                                 | 32        |
| 4. Problema de investigação.....                                       | 33        |
| <b>Capítulo II – Método.....</b>                                       | <b>35</b> |
| 1. O estudo.....                                                       | 35        |
| 2. Participantes .....                                                 | 35        |
| 3. <i>Corpus</i> .....                                                 | 37        |
| 4. Instrumentos .....                                                  | 37        |
| 4.1. <i>Instrumento de recolha de dados: Entrevista</i> .....          | 37        |
| 4.2. <i>Instrumento de análise de dados: Análise de conteúdo</i> ..... | 37        |
| 5. Procedimento.....                                                   | 39        |
| <b>Capítulo III – Resultados e Discussão .....</b>                     | <b>42</b> |
| 1. Apresentação e discussão genérica dos resultados.....               | 42        |

|                                                                 |           |
|-----------------------------------------------------------------|-----------|
| 2. Apresentação e discussão dos temas com maior incidência..... | 43        |
| 3. Apresentação e discussão das diferenças entre Comandos ..... | 56        |
| <b>Conclusão .....</b>                                          | <b>59</b> |
| <b>Referências .....</b>                                        | <b>63</b> |
| <b>Anexos .....</b>                                             | <b>76</b> |
| <b>Apêndices .....</b>                                          | <b>79</b> |

## **Índice de Anexos**

|                                                                  |    |
|------------------------------------------------------------------|----|
| <b>Anexo 1:</b> Estrutura da entrevista cognitiva melhorada..... | 76 |
| <b>Anexo 2:</b> Fluxograma do modelo PEACE .....                 | 77 |
| <b>Anexo 3:</b> Questionamento em funil.....                     | 78 |

## Índice de Apêndices

|                                                                                                                         |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>Apêndice A:</b> Pedido de autorização para a realização de entrevistas a polícias .....                              | 79  |
| <b>Apêndice B:</b> Pedido de autorização para o acesso e utilização de documentação .....                               | 80  |
| <b>Apêndice C:</b> Ofício que formaliza o pedido de realização de entrevistas a polícias .                              | 81  |
| <b>Apêndice D:</b> Ofício que formaliza o pedido de acesso e utilização de documentação .....                           | 82  |
| <b>Apêndice E:</b> Despacho que autoriza a realização das entrevistas e o acesso e utilização de documentação .....     | 83  |
| <b>Apêndice F:</b> E-mail ao Núcleo de Formação do COMETLIS a solicitar a colaboração dos polícias nas entrevistas..... | 84  |
| <b>Apêndice G:</b> E-mail ao Núcleo de Formação do COMETPOR a solicitar a colaboração dos polícias nas entrevistas..... | 85  |
| <b>Apêndice H:</b> Termo de consentimento informado .....                                                               | 86  |
| <b>Apêndice I:</b> Exemplos de questões colocadas durante a entrevista .....                                            | 87  |
| <b>Apêndice J:</b> Definição das categorias e regras de codificação.....                                                | 88  |
| <b>Apêndice K:</b> Grelha categorial com a definição das categorias, subcategorias e indicadores.....                   | 96  |
| <b>Apêndice L:</b> Distribuição das u.r. por entrevista.....                                                            | 104 |
| <b>Apêndice M:</b> Distribuição das frequências de u.r. por subcategoria.....                                           | 106 |
| <b>Apêndice N:</b> Distribuição das frequências das u.r por subcategorias e por Comando .....                           | 107 |

## Índice de Figuras

|                                                                                                             |    |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| <b>Figura 1:</b> Distribuição das Frequências das u.r. por Categoria.....                                   | 42 |
| <b>Figura 2:</b> Distribuição das Frequências das u.r. por Subcategoria da Categoria B.....                 | 44 |
| <b>Figura 3:</b> Distribuição das Frequências das u.r. por Subcategoria da Categoria A .....                | 48 |
| <b>Figura 4:</b> Distribuição Percentual das Estratégias de Aprendizagem Informal .....                     | 51 |
| <b>Figura 5:</b> Distribuição das Frequências das Subcategorias Integrantes das Categorias C,<br>D e E..... | 53 |
| <b>Figura 6:</b> A Entrevista Investigativa dos Investigadores da PSP .....                                 | 56 |
| <b>Figura 7:</b> Distribuição das Frequências das u.r. por Categoria e por Comando Policial                 | 56 |
| <b>Figura 8:</b> A Entrevista Investigativa dos Investigadores do COMETPOR .....                            | 57 |
| <b>Figura 9:</b> A Entrevista Investigativa dos Investigadores do COMETLIS .....                            | 58 |

## Índice de Tabelas

|                                                        |    |
|--------------------------------------------------------|----|
| <b>Tabela 1:</b> Caracterização dos Participantes..... | 36 |
|--------------------------------------------------------|----|

## **Introdução**

A investigação criminal é uma valência da Polícia de Segurança Pública (PSP) e um pilar da segurança interna (Elias, 2018). Juridicamente, define-se como “o conjunto de diligências que, nos termos da lei processual penal, se destinam a averiguar a existência de um crime, determinar os seus agentes e a sua responsabilidade e descobrir e recolher as provas, no âmbito do processo” (Art.º 1.º da Lei de Organização da Investigação Criminal [LOIC]). Esta área de atuação da Polícia, não é nada mais, do que um processo lógico de recolha de informação, com o intuito de gerar prova para resolver um crime (Ferraro, 2015). No âmbito da presente investigação interessa a recolha formal de informação junto de pessoas, ou seja, a prova pessoal.

Para obter a prova pessoal, a investigação criminal socorre-se da interrogação, que consubstancia um processo de comunicação interpessoal entre aquele que potencialmente detém informação e aquele que dela carece (Braz, 2017), surgindo na literatura o conceito de entrevista e de interrogatório. Alguns autores diferenciam a entrevista do interrogatório: pelo seu alvo, isto é, a entrevista é feita a testemunhas e o interrogatório utiliza-se com suspeitos (Braz, 2017; Costa & Pereira, 2021); pela fase em que se realiza, sendo a entrevista prévia ao interrogatório (Inbau et al., 2013); pelos seus objetivos, constituindo o objetivo da entrevista a recolha de informação fidedigna e o objetivo do interrogatório a obtenção de uma confissão (Fisher & Geiselman, 1992); pelas abordagens e dinâmicas diferentes (Fisher & Geiselman, 1992; Inbau et al., 2013); ou pela jurisdição do país a que se refere, sendo o conceito de interrogatório utilizado em países como os Estados Unidos da América (EUA) e o conceito de entrevista mais aplicado em países europeus (Goodman-Delahunty et al., 2022).

Tem-se vindo a substituir o termo “interrogatório” pela expressão “entrevista investigativa”, sobretudo após as mudanças perpetradas no Reino Unido com a introdução do modelo PEACE (que será abordado adiante), que materializa uma mudança cultural que abandona uma abordagem centrada na confissão e acolhe uma abordagem orientada para a recolha de informação (Clarke et al., 2011; Milne et al., 2019; Schollum, 2017). Esta mudança, mais do que conceptual, é uma mudança prática, fundamental para afastar as práticas policiais de entrevista das conotações negativas associadas às práticas de interrogatório, tanto de suspeitos, como de testemunhas e vítimas; distanciando-se também dos problemas imagéticos decorrentes das práticas coercitivas (Schollum, 2017).

À semelhança de Brandon et al. (2018), Clemens (2013), Ferraro (2015), Goodman-Delahunty et al., (2022), Gudjonsson e Pearse (2011) e Juan Méndez (2016) utilizar-se-á um conceito lato e neutro de entrevista que abarca qualquer sujeito entrevistado, seja suspeito, testemunha ou vítima, entendendo-se por entrevista policial “o processo social dinâmico e interativo” (Gudjonsson & Pearse, 2011, p. 33) que é influenciado por diversos fatores e que tem por objetivo principal a recolha de informação relevante, que seja exata, completa, coerente, credível e legal (Gudjonsson & Pearse, 2011) e que decorra formalmente nas instalações policiais num ambiente controlado (Fisher & Geiselman, 1992; Inbau et al., 2013).

Na atualidade, assiste-se a uma “cientifização da prova pessoal” (Braz, 2021, p. 402), pelo que as práticas de entrevista dos investigadores devem ter subjacente aquilo que é identificado cientificamente como o que resulta (*what works*), como preconiza Sherman (1998, p. 2), ao referir precisamente que as “práticas policiais devem basear-se na evidência científica daquilo que melhor resulta”. Nesse sentido, as práticas de entrevista devem ser, cumulativamente, as mais eficazes e as menos nocivas (Mitchell, 2019, as cited in Goodman-Delahunty et al., 2022).

Apesar da lei processual penal estipular alguns limites às práticas de entrevista, a escolha das técnicas a utilizar assenta numa autonomia técnica e tática conferida aos polícias. Nesse sentido, é pertinente e relevante perceber quais são as práticas de entrevista que os investigadores da PSP utilizam. Somente este conhecimento permite aferir se essas condutas assentam naquilo que a ciência aponta como eficaz e se são consentâneas com os princípios humanistas vigentes, consubstanciando-se como a condição imprescindível para identificar problemas e necessidades existentes, traçar medidas corretivas de práticas e problemas presentes, e consolidar e generalizar as boas práticas.

Através de um método qualitativo, descritivo e exploratório visou-se aceder às perceções e práticas de entrevista policial, ao repertório técnico, à formação e necessidades formativas e aos condicionalismos existentes, de uma amostra de experientes investigadores da PSP.

O primeiro capítulo apresenta uma análise do estado de arte, primeiramente sobre o papel da PSP na produção de prova pessoal, designadamente, a prova testemunhal e as declarações do arguido, e uma breve descrição da formação na PSP; seguindo-se uma análise mais densa de algumas técnicas de entrevistas, tais como, a construção de *rapport*, os tipos de questões e a técnica de divulgação de provas; apresentam-se os modelos de entrevista investigativa identificados na literatura como boas práticas, nomeadamente, a Entrevista Cognitiva e o

Modelo PEACE; identificam-se fatores pessoais, situacionais e relacionais condicionantes da entrevista; e finalmente, apresenta-se o problema de investigação.

O segundo capítulo descreve objetivamente o método utilizado na prossecução dos objetivos da investigação; caracteriza a amostra; apresenta os instrumentos utilizados, como a entrevista semiestruturada e semidiretiva e a análise de conteúdo; e, elenca integralmente os procedimentos realizados ao longo da investigação.

No terceiro capítulo são apresentados e discutidos os resultados alcançados; seguindo-se a conclusão, que identifica as limitações à presente investigação, apresenta recomendações práticas decorrentes dos principais resultados, e elenca sugestões para futuras investigações.

## Capítulo I – Enquadramento Teórico

### 1. A PSP e a prova pessoal

A prova pessoal continua a ter um lugar de relevo, não só como prova em si, mas também como um instrumento para orientar os investigadores até à prova material e lhe conferir contexto (Inácio & Ademar, 2021). Nesta secção, discorre-se sobre o papel da PSP como um Órgão de Polícia Criminal (OPC); os meios de prova pessoal que pode granjear para o processo; e formação da PSP.

#### 1.1. *PSP como um OPC*

O Código de Processo Penal (CPP) no seu art.º 1.º al. c) define OPC como “todas as entidades e agentes policiais a quem caiba levar a cabo quaisquer atos ordenados por uma autoridade judiciária [AJ] ou determinados por este Código”, ou seja, cabe aos OPC praticar os atos ordenados pelo Juiz, pelo Juiz de Instrução ou pelo Ministério Público (MP) (art.º 1.º al., b) do CPP) ou que estejam positivados no CPP.

Ainda no art.º 1.º al. d) do CPP encontra-se a definição de Autoridade de Polícia Criminal (APC), que no que concerne à PSP refere-se ao Diretor Nacional, aos Diretores Nacionais-Adjuntos, ao Inspetor Nacional, ao Comandante da Unidade Especial de Polícia, aos Comandantes das unidades e subunidades até ao nível de esquadra e a outros Oficiais da PSP que estejam no exercício de comando ou chefia operacional, como decorre dos art.º 11.º n.º 1 al. a) conjugado com o art.º 10.º n.º 1 da Lei Orgânica da PSP.

Decorre do CPP que este não outorga competências processuais a uma polícia em concreto, deixando que o estatuto e competências de OPC e de APC resultem de leis (Antunes, 2019; Braz, 2021). Assim a LOIC no seu art.º 3.º n.º 1 elenca os OPC de competência genérica, nos quais inclui a PSP.

Aos OPC compete “coadjuvar as autoridades judiciárias com vista à realização das finalidades do processo” (art.º 55.º n.º 1 do CPP), e em especial, descobrir os agentes do crime (art.º 55.º n.º 2 do CPP). A sua atuação no processo criminal decorre sob a direção e dependência funcional das AJ, como dispõe o art.º 56.º do CPP. Ou seja, cabe à AJ direcionar o processo, “emitir diretivas e instruções, determinar as diligências e os meios de prova e de obtenção de prova a desenvolver e respetivo prazo de cumprimento, fiscalizando e controlando, a todo o

momento, a sua execução” (Braz, 2021, p. 137), respeitando aos OPC a materialização da investigação criminal (Valente, 2019).

Apesar dessa subordinação processual, os OPC mantêm a sua autonomia técnica e tática para investigar os processos que lhes forem cometidos pela AJ ou para praticar os atos por ela delegados, como estipula o art.º 2.º n.º 5 e 6 da LOIC, ou seja, no âmbito da investigação criminal podem utilizar os conhecimentos e os métodos que considerem mais adequados ao caso (autonomia técnica), bem como selecionar o tempo, o local e o modo que entendam como mais adequados à prática dos atos (autonomia tática). Subjaz a esta autonomia técnica e tática a necessidade de vastos conhecimentos técnicos que uma investigação envolve para encontrar e recolher provas, e a organização dos OPC, respetivamente (Braz, 2021; Silva, 2011a).

Entende-se que os OPC têm amplitude para escolher os métodos e formas de agir, porém, nunca podem olvidar um princípio elementar da investigação criminal e da recolha de provas: o princípio da lealdade (Silva, 2011a). Este princípio encontra respaldo constitucional no art.º 32.º n.º 8 da Constituição da República Portuguesa que estabelece a nulidade de provas que contendam com a dignidade da pessoa, por terem sido obtidas, designadamente, “mediante tortura, coação, ofensa da integridade física ou moral da pessoa”. Assim, o princípio da lealdade “pretende imprimir *a priori* toda uma atitude de respeito pela dignidade das pessoas e da justiça e é o fundamento do que a nossa lei processual qualifica como proibições de provas” (Silva, 2011a, p. 81), no art.º 126.º do CPP. Destaca-se a premissa que nega ao investigador qualquer comportamento agressivo com o entrevistado, seja pelo desrespeito pelos direitos humanos, seja pela não atenção às necessidades, sentimentos e opiniões da pessoa (Shepherd & Griffiths, 2013). Portanto, paralelamente à proibição de prova, encontra-se a atuação ética que se caracteriza por uma conduta de “verdade, honestidade e imparcialidade” (Ferraro, 2015, p. 64), e mais concretamente a ética policial pautada por um “conjunto de regras e valores morais inerentes à conceção democrática da atividade policial e à salvaguarda da dignidade humana” (Clemente, 2016, p. 21).

A investigação criminal, nomeadamente a recolha de provas, caracteriza-se como uma atividade que pode beliscar os direitos, liberdades e garantias, devendo ser prosseguida com legalidade (Elias, 2018), pelo que a autonomia dos polícias na procura da eficácia investigativa não deve pautar-se por comportamentos desleais, pois “só será louvável quando alcançada pelo

engenho e arte [e pelo conhecimento], nunca pela força bruta, pelo artifício ou pela mentira” (Silva, 2011a, p. 82).

No CPP encontram-se estabelecidos os meios de prova que “são os veículos ou caminhos através dos quais se desenvolve a atividade probatória destinada à demonstração dos factos relevantes atinentes ao crime que se quer investigar” (Santos et al., 2020, p. 218), nomeadamente, os meios de prova pessoal, como a prova testemunhal, as declarações do arguido e as declarações do assistente e das partes civis, que são seguidamente apresentadas.

### **1.2. Prova testemunhal**

A prova testemunhal é um meio de prova extremamente importante no âmbito do processo penal, constituindo-se muitas vezes como o único meio de prova existente (Braz, 2017, 2021; Silva, 2011b). Consiste no depoimento de uma “pessoa de todo estranha à realização do facto criminoso que, perante autoridade encarregada de uma investigação, revela aquilo de que tem conhecimento acerca dele e das circunstâncias em que o mesmo ocorreu” (Santos et al., 2020, p. 220). Apesar da relevância do testemunho, é importante estar consciente da sua falibilidade, seja de forma intencional, por meio da mentira, seja pelas tramas da memória e da percepção da própria testemunha (Bastos, 2019; Silva, 2011b). A par disto, encontram-se um conjunto de condicionalismos que vão interferir no processo de recordação e relato dos factos (Bastos, 2019; Silva, 2011b), os quais serão abordados mais adiante.

No art.º 128.º do CPP encontram-se expressos o objeto e o limite da prova testemunhal. A testemunha só pode ser inquirida quanto aos factos que sejam objeto de prova, ou seja, “todos os factos juridicamente relevantes para a existência ou inexistência do crime, a punibilidade ou não punibilidade do arguido e a determinação da pena ou da medida de segurança aplicáveis”, bem como, aqueles “relevantes para a determinação da responsabilidade civil”, conforme dispõe o art.º 124.º do CPP. O testemunho é ainda limitado ao conhecimento direto que a testemunha adquiriu por meio dos sentidos (Cardoso, 2021; Santos et al., 2020; Silva, 2011b; Sousa, 2020).

Proíbe-se assim o depoimento indireto, com a exceção do art.º 129.º do CPP, o qual não respeita aos factos que são objeto de prova, mas aos meios de prova desses factos (Cardoso, 2021; Silva, 2011b), ou seja, quando a informação que a testemunha detém não foi obtida por meio dos seus sentidos, mas por intermédio de outra pessoa (Cardoso, 2021; Sousa, 2020). Serve, o depoimento indireto, para identificar testemunhas e avaliar a credibilidade do testemunho, podendo constituir-se como um verdadeiro meio de prova (Cardoso, 2021).

Têm capacidade e dever para testemunhar todas as pessoas com aptidão mental (art.º 131.º n.º 1 do CPP), exceto nos casos de impedimento, recusa, segredo profissional e segredo de Estado (art.º 133.º, 134.º, 135.º, 136.º e 137.º do CPP). Importa esclarecer que nos casos do art.º 134.º, deve-lhes ser informado a possibilidade de recusa de depoimento, cabendo essa função à entidade que recebe o depoimento, constituindo a sua falta nulidade da prova obtida.

O art.º 132.º do CPP contempla os direitos e deveres da testemunha, nomeadamente, o direito de não responder a questões caso a resposta possa implicar a sua responsabilidade penal, como forma ampla de garantir o direito do arguido à não autoincriminação (Braz, 2017); ou o de fazer-se acompanhar de advogado diferente do defensor do arguido (art.º 132.º n.º 4 do CPP). Quanto aos deveres da testemunha relevam os seguintes: (1) prestar juramento perante AJ, mas não quando ouvida por OPC (art.º 91 n.º 3 do CPP); (2) “obedecer às indicações que legitimamente lhe forem dadas quanto à forma de prestar depoimento” (art.º 132.º n.º 1 al. c) do CPP) e não no que concerne ao seu conteúdo (Silva, 2011b); e (3) responder com verdade e caso não o faça incorrendo no crime previsto e punido no art.º 360.º do Código Penal (CP).

O CPP estabelece algumas regras para a realização da inquirição de testemunhas no seu art.º 138.º: (1) o testemunho não pode ser realizado por meio de um procurador; (2) o inquiridor não deve colocar questões sugestivas ou impertinentes, nem “que possam prejudicar a espontaneidade e a sinceridade da resposta” (n.º 2); (3) as primeiras questões colocadas são referentes à identificação da testemunha e a um eventual grau de parentesco ou interesse com o arguido, ofendido, assistente, partes civis ou com outras testemunhas, e ainda sobre outras questões que possam relevar sobre a credibilidade do testemunho; (4) segue-se a prestação de juramento quando é obrigada a tal; e, (5) podem ser mostrado à testemunha elementos constantes do processo, como por exemplo, outras provas.

Realça-se a regra referente às questões colocadas à testemunha, pelo que urge esclarecer o que se entende por questões sugestivas ou impertinentes ou que são capazes de obstaculizar à espontaneidade e sinceridade da testemunha. As perguntas sugestivas são aquelas que indicam uma resposta determinada de acordo com as intenções do interrogador, influenciando o relato da testemunha (Santos et al., 2020; Silva, 2011b); e as perguntas impertinentes são aquelas que são estranhas ao tema e que “molesta a clareza do processo, o esclarecimento do caso ou a própria testemunha” (Silva, 2011b, p. 224). Quanto à espontaneidade e sinceridade da testemunha estas são abaladas pelo tipo de questões que são colocadas e a forma como estas são

enunciadas, como por exemplo, a questão que contenha expressa ou implicitamente uma ameaça ou promessa, que ponha em causa a credibilidade da pessoa, ou censure as suas palavras. Estas características das questões podem contribuir para que a testemunha minta ou tenha receio de contar a verdade, omita factos de relevo e pronuncie relatos mais breves para sair mais celeremente daquela situação (Silva, 2011b).

Relativamente ao modo da inquirição a lei não estabelece nenhum modelo a seguir ou técnicas a utilizar, conferindo liberdade de estilo ao inquiridor (Braz, 2017; Cardoso, 2021; Silva, 2011b).

O regime disposto para a prova testemunhal aplica-se quanto for aplicável às declarações do assistente e das partes civis, legislado no art.º 145.º do CPP, com a exceção de que o assistente e as partes civis não prestam juramento antes das declarações, todavia, estão sujeitos ao dever de responder com a verdade, incorrendo no crime de falsidade de depoimento ou declaração, previsto e punido pelo art.º 359.º do CP. Entende-se por assistentes, aqueles que podem constituir-se como tal no âmbito do art.º 68.º do CPP, como por exemplo, os ofendidos, sendo a sua constituição obrigatória no caso dos crimes de natureza particular para que haja procedimento criminal (art.º 50.º n.º 1 do CPP). Por sua vez, as partes civis são os lesados que sofreram prejuízos materiais ou morais (Santos et al., 2020) provocados pelo crime (conforme definição expressa no art.º 74.º n.º 1 do CPP), cujo pedido de indemnização civil, por meio do princípio da adesão decorre no âmbito do processo penal, como estabelece o art.º 71.º do CPP. As declarações do assistente e das partes civis são um meio de prova pessoal que se equipara à prova testemunhal (Silva, 2011b).

### ***1.3. Declarações do arguido***

Para Silva (2011b) as declarações do arguido apresentam uma dupla natureza, a de meio de prova e a de meio de defesa do próprio arguido. Quanto à figura do arguido o CPP refere-se às formas que levam à sua constituição, nomeadamente nos art.º 57.º, 58.º e 59.º do CPP.

De acordo com o art.º 140.º do CPP, desde que não subsista perigo de fuga ou de violência, o arguido presta sempre declarações livre na sua pessoa. Esta liberdade, segundo Silva (2011b) respeita à liberdade física, decorrendo daí que o arguido não pode estar algemado ou sujeito a outros tratamentos degradantes. As suas declarações estão sujeitas às disposições referentes à prova testemunhal (art.º 140.º n.º 2 do CPP), ou seja, o arguido só pode ser inquirido quanto aos factos de que detenha conhecimento direto e que sejam objeto da prova. Apresenta, no entanto,

algumas diferenças, desde logo porque o arguido não presta juramento, como estabelece o art.º 140.º n.º 3 do CPP. As demais diferenças prendem-se com as regras estipuladas para o interrogatório judicial de arguido detido, constantes do art.º 141.º do CPP.

O CPP contempla três categorias de interrogatório: o primeiro interrogatório judicial de arguido detido, o primeiro interrogatório não judicial de arguido detido e todos os demais (Braz, 2017). Destes importam aqueles passíveis de serem realizados pelos OPC, ou seja, aqueles que têm lugar na fase de inquérito, da competência do MP e delegáveis nos OPC, como previsto no art.º 144.º n.º 2 do CPP.

Os interrogatórios que os OPC podem efetuar estão sujeitos às regras dos interrogatórios conduzidos pelas AJ, nomeadamente, as questões sobre: a identidade do arguido, o qual deve responder com verdade (art.º 141.º n.º 3 e 61.º n.º 6 al. b) do CPP); a informação ao arguido dos direitos que lhe assistem, estabelecidos no art.º 61.º n.º 1 do CPP, os motivos da detenção e os factos que lhe são concretamente imputados, com vista à salvaguarda da sua defesa (Silva, 2011b); e, o registo áudio e audiovisual do interrogatório (art.º 141.º n.º 4 al. a), c) e d), n.º 7 e 8 do CPP).

O art.º 144.º n.º 3 e 4 do CPP dispõe sobre direitos de defesa importantes, a saber: os interrogatórios a arguidos presos são realizados com a presença do seu defensor e nos interrogatórios a arguidos em liberdade deve o OPC informar previamente o arguido que tem direito a ser acompanhado por advogado.

#### ***1.4. Formação na PSP***

Para que a informação obtida do suspeito, vítima ou testemunha seja a mais exata e completa possível, o investigador-entrevistador deve estar capacitado para o fazer ética e profissionalmente (Chung et al., 2021). Nesse sentido, é essencial o papel da formação (Bastos, 2019), sobretudo uma “formação contínua e especializada” (Costa & Pereira, 2021, p. 197), para assim minimizar a possibilidade de um desempenho policial desajustado resultar num testemunho ou declarações pobres ou até no comprometimento da investigação. Face a esta imprescindibilidade da formação, é essencial perceber qual é o relevo atribuído à formação pela organização PSP, de acordo com os seus normativos, e, em particular, identificar a formação existente quanto às técnicas ou modelos de entrevista.

O Estatuto Profissional do Pessoal com funções policiais da PSP (EPPSP) enfatiza claramente a relevância da formação e do treino policiais. Desde logo caracteriza a condição

policial como a disponibilidade para a formação e treino, entre outras características (artigo 4.º n.º 2 al. f) do EPPSP). Acresce a este atributo, no âmbito dos deveres profissionais do polícia da PSP, o uso e desenvolvimento permanentes da “aptidão, competência e formação profissional”, como expressa o artigo 10.º n.º 1 do EPPSP. Ainda, o artigo 15.º n.º 1 do EPPSP preconiza que “os polícias devem manter sempre as necessárias competências técnicas e as condições físicas e psíquicas exigíveis ao cumprimento da missão”, definindo no art.º 121.º n.º 1 do EPPSP a formação policial como um processo que integra conhecimentos técnico-políciais, científicos, culturais e de aptidão física, segundo o qual os polícias obtêm e desenvolvem capacidades e competências necessárias ao desempenho das suas funções.

A formação policial compreende uma formação inicial de acesso à profissão de polícia, para ingresso na carreira de Agente e na carreira de Oficial, como dispõem os art.º 70.º, 71.º e 121.º n.º 4 do EPPSP. Inclui também os cursos de especialização, no sentido de densificar os conhecimentos próprios de uma área de atuação, e a formação contínua e de atualização, como decorre do art.º 121.º n.º 4 al. c) e d) do EPPSP.

No âmbito da formação inicial e tendo como base os conteúdos programáticos do 15.º Curso de Formação de Agentes (CFA) para o ano 2019/2020 (Anjos, 2019/2020), são ministrados os seguintes conteúdos: os meios de prova com destaque para a prova testemunhal e regras de inquirição; o papel da Psicologia Forense quanto aos depoimentos de testemunhas; e a entrevista cognitiva, com enfoque nas componentes reconstituição mental do contexto, recuperação variada e o questionamento compatível com o relato da testemunha. Esta formação tem a duração de seis horas e suporta-se de um manual da Escola Prática de Polícia (EPP; Sousa, 2018). A inserção destes conteúdos no CFA visa a recolha das primeiras informações de vítimas e testemunhas e demonstra já uma preocupação em ministrar a todos os Agentes técnicas de entrevista.

Após a formação inicial, para se tornar investigador o polícia deve realizar o Curso de Investigação Criminal (CIC) ministrado na EPP. De acordo com os conteúdos programáticos do CIC, este curso integra a disciplina “Entrevista: inquirição e interrogatório”, com uma carga horária total de 15 horas, divididas em 10 horas de componente teórica e cinco horas reservadas à componente prática. Esta disciplina visa munir o polícia das seguintes competências: compreender as características funcionais e legais da entrevista e do interrogatório no que concerne à prova pessoal; aprender quais são as características de um bom entrevistador e os

tipos de sujeitos a entrevistar; aprender e empregar as metodologias e técnicas de entrevistas e interrogatório; sensibilizar quanto à necessidade de gestão espacial, informacional e atitudinal antes e durante as entrevistas ou interrogatórios; e desenvolver a capacidade de efetuar inquirições e interrogatórios e o expediente correspondente (Departamento de Investigação Criminal [DIC], s/d).

Atendendo aos conteúdos programáticos do CIC, são ministrados aos polícias as seguintes matérias: a definição, distinção, funções e enquadramento legal da entrevista e do interrogatório; a comunicação humana e a linguagem verbal e não-verbal; as técnicas de entrevista e interrogatório com ênfase na entrevista cognitiva e técnicas de motivação; os procedimentos aquando da entrevista e do interrogatório, estruturando-se na apresentação, nos relatos introdutórios, seguindo-se o desenvolvimento e, por último, a conclusão e redação do auto, com respetiva avaliação; preparação da entrevista e do interrogatório; a caracterização do bom inquiridor e dos entrevistados; e, as normas jurídicas subjacentes à inquirição e interrogatório (DIC, s/d).

Após o CIC o e ao longo da sua carreira na investigação, para aprofundar os conhecimentos relativos à entrevista, o investigador pode realizar o Curso de Entrevista e Interrogatório e Intervenção em Tribunal (CEIIT), com a duração de 32 horas, das quais, 10 horas são reservadas para a entrevista e o interrogatório. Os temas ministrados no que é concernente à entrevista e interrogatório são semelhantes àqueles lecionados no CIC (DIC, 2014). De realçar que no âmbito das metodologias o CEIIT integra somente os crimes contra o património, e nele inclui a matéria da confissão (DIC, 2014).

## **2. A entrevista investigativa**

A literatura identifica a Entrevista Cognitiva (EC), o modelo PEACE (apresentado adiante) e o protocolo *National Institute of Child Health and Human Development* (NICHD) como práticas eficazes de entrevista investigativa (Akca et al., 2021; Braz, 2021; Cullen et al., 2021; Dalton & Milne, 2022; Heydon & Lai, 2013; Vrij et al., 2014). O modelo de entrevista baseado na Técnica de Reid mantém preponderância no seio policial, sobretudo nos EUA, e visa a obtenção de uma confissão (Miller et al., 2018). No entanto, face ao risco de suscitar falsas confissões (Kassin, 2014; Kassin et al., 2009) e falsos testemunhos acusatórios (Loney & Cutler, 2016), diversos autores defendem o abandono do modelo e a sua substituição pelo PEACE (Braz, 2021; Chen, 2021; Gudjonsson & Pearse, 2011; Kassin et al., 2010; Kozinski, 2018),

motivo pelo qual não será explorado nesta investigação (para melhor entendimento do modelo sugere-se a consulta de Inbau et al., 2013). O protocolo NICHD, por seu turno, é específico para o uso com crianças com vista a obter uma narrativa livre (Sousa, 2020) e é já adotado em Portugal (La Rooy et al., 2015; Silva, 2018). Este protocolo, também não será aqui abordado, uma vez que se exclui desta investigação esse público-alvo (para melhor entendimento do modelo sugere-se a leitura de Lamb et al., 2007 e do *Revised Investigative Interview Protocol - NICHD Protocol*, 2014).

Antes da apresentação dos modelos de entrevista são explanadas algumas técnicas que lhes são transversais e que pela sua relevância merecem uma atenção adicional.

## **2.1. As técnicas de entrevista**

As técnicas de entrevistas são “as ações do entrevistador que visam criar as condições favoráveis para a obtenção de informação e/ou admissões, inclusive tornar entrevistados não colaboradores em colaboradores” (Kelly & Valencia, 2021, p.44). São identificadas como eficazes no âmbito da entrevista investigativa, a construção de *rapport*, o tipo de perguntas colocadas e a divulgação de provas (Akca et al., 2021; Brandon et al., 2018; Leathy-Harland & Bull, 2017; Sivasubramaniam & Goodman-Delahunty, 2021; Walsh & Bull, 2015).

### **2.1.1. Construção de *rapport***

Não há uma definição precisa e consensual de *rapport* (Alison et al., 2015; Baker-Eck et al., 2020; Vallano & Compo, 2011), e por esse motivo, optou-se por manter a designação em inglês, para minimizar alguma imprecisão do conceito traduzido. Não obstante, Paulo et al. (2013, 2014) referem-se à construção de *rapport* como o estabelecimento de uma relação positiva e adequada entre o investigador-entrevistador e o entrevistado.

Para uma melhor compreensão do conceito, releva perceber como se manifesta. Tickle-Degnen e Rosenthal (1990) identificam três componentes essenciais de *rapport*: atenção mútua, positividade e coordenação. A atenção mútua consubstancia-se no interesse que os intervenientes têm um no outro; a positividade resulta da natureza cordial da interação; e a coordenação refere-se ao ajustamento entre os intervenientes (Tickle-Degnen & Rosenthal, 1990). Collins e Carthy (2019) compilaram um conjunto de indicadores para cada uma das componentes descritas. São indicadores da atenção mútua, as expressões de escuta ativa (e.g. “hm hm”), parafrasear o que foi dito pelo entrevistado e a identificação de emoções; quanto à

positividade foram identificados a empatia, o uso do nome do entrevistado, a cordialidade, o humor, a simpatia e a reafirmação; por último, são indicadores da coordenação a concordância, a credibilidade, facultar informação sobre o processo e os procedimentos, e familiarizar o entrevistado com o local da entrevista.

Por outro lado, Alison et al. (2015) estruturam o *rappport* em quatro valências: a empatia; a mente aberta; o respeito; e, o empoderamento do suspeito através da entrevista motivacional. Outros autores também associam a construção de *rappport* à empatia, mas na sua vertente cognitiva ou racional (Baker-Eck et al., 2020; Baker-Eck et al., 2021), que consiste na “habilidade para construir um modelo de trabalho dos estados emotivos dos outros” (Reniers et al., 2011, p.85). Acaba por ser uma forma de proteção do próprio polícia das emoções adicionais que experienciaria de outra forma, e que poderiam contribuir para a sua fadiga e *burnout* (Baker-Eck et al., 2021), consubstanciando-se, diferentemente, numa dimensão que privilegia o investigador-entrevistador em detrimento da relação interpessoal.

O *rappport* consubstancia-se simplesmente na “relação de trabalho” (Miller et al., 2018, p. 5) entre o entrevistador e o entrevistado e pode ser desenvolvido através da implementação de técnicas como a abordagem de assuntos comuns a ambos, pela escuta ativa (Miller et al, 2018), ou pela satisfação de necessidades básicas e a resposta a medos e expectativas do entrevistado (McGurk et al., 1993).

A construção de *rappport* é igualmente importante com testemunhas e com suspeitos (Vallano et al., 2015), e está associada a uma melhor qualidade da informação reportada, com a diminuição da proporção de informação inexata relatada (Vallano & Compo, 2011), e com a obtenção de informação mais relevante (Collins & Carthy, 2019).

Dada a sua importância no seio da entrevista investigativa, importa conhecer o que pode potenciar ou obstar à construção de *rappport*. Quanto aos obstáculos, os estudos indicam que quanto maior a suspeição do investigador-entrevistador relativamente ao entrevistado maior é a barreira ao desenvolvimento de *rappport* (Funicelli & Laurence, 2017). Outro obstáculo prende-se com a dificuldade acrescida em desenvolver no polícia a capacidade de construir *rappport* através de formação e treino (Akca et al., 2021). Entretanto, a literatura aponta como potencialidades na construção de *rappport* o tipo de questões colocadas pelo polícia, sobretudo as questões abertas (Kelly & Valencia, 2021; Vallano & Compo, 2011); o uso da entrevista motivacional (Alison et al., 2015; Tedeschini & Jung, 2018); e, a sua construção e

desenvolvimento ao longo da entrevista e não somente no seu início (Brandon et al., 2018; Collins & Carthy, 2019; Hanway et al., 2018).

### **2.1.2. Tipos de perguntas**

O tipo de questões resulta do estilo de entrevista utilizado, ou seja, uma entrevista orientada para a recolha de informação procura estabelecer *rappport* e opta por colocar questões abertas, por outro lado, um estilo acusatório que procura obter uma confissão, prefere questões fechadas e confirmatórias (Vrij et al., 2014). É um processo que é preparado antes da entrevista, levando ao estabelecimento de questões-chave (Morgan et al., 2020) e à produção de melhores resultados (Matsumoto et al., 2015).

A literatura identifica diversas tipologias de questões: questões abertas, questões fechadas, questões apropriadas, questões inapropriadas, questões probatórias. As questões abertas são aquelas que propiciam ao entrevistado a oportunidade de fornecer uma narrativa livre da sua versão dos acontecimentos (Kelly & Valencia, 2021), requerem reflexão, reduzem a oportunidade de o polícia colocar nelas as suas opiniões ou sugestões, criam a sensação no entrevistado de maior controlo sobre a entrevista e possibilitam aos entrevistadores ver como os sujeitos escolhem o que dizem (Matsumoto et al., 2015). A literatura identifica as questões abertas pelo acrónimo TED, do inglês *Tell, Explain, Describe* (Conte, Explique, Descreva) (Brando et al., 2018), ou mais recentemente por TEDS, adicionando o *Show* (Mostre) (Mount & Mazerolle, 2021).

As questões fechadas compelem o entrevistado a dar respostas mais curtas e sem detalhes, como por exemplo, questões de resposta dicotómica (sim ou não), questões sugestivas e questões de escolha múltipla (Kelly & Valencia, 2021). Estas questões têm a vantagem de suscitar detalhes específicos e auxiliar na verificação da informação (Matsumoto et al., 2015).

Quanto às questões elementares a que uma investigação visa responder – o quê?, quem?, onde?, quando?, como?, e porquê? (Braz, 2017) - Milne e Bull (2016) consideram-nas questões fechadas apropriadas, designando-se como questões probatórias que devem ser colocadas após as questões abertas para obter mais detalhes e toda a informação necessária de ser provada. Matsumoto et al. (2015) advogam que estas perguntas não devem ser colocadas em primeira instância porque suscitam pouca informação.

De acordo com o *Griffiths Question Map* (Kelly & Valencia, 2021, p. 43) são questões apropriadas as abertas, as probatórias e as fechadas apropriadas; por outro lado, são consideradas

questões inapropriadas as de resposta dicotómica, as sugestivas, as de múltipla escolha, as de escolha forçada e as opinativas (Kelly & Valencia, 2021).

Não só o tipo de perguntas, mas a estrutura do questionamento desempenha um papel fundamental na obtenção dos objetivos (Matsumoto et al., 2015). Matsumoto et al. (2015) enfatizam a ordem pela qual as questões são colocadas e a sua relação com a colaboração do suspeito. A colocação de questões aleatórias e fora do tema da entrevista podem confundir o entrevistado ou constituir uma forma de ele se desviar do assunto e controlar o processo. Os autores preconizam o uso inicial de questões gerais e abertas, com a finalidade de suscitar muita informação e identificar os tópicos mais relevantes, culminando em questões fechadas e específicas, e usa para tal a imagem do funil, conforme Anexo 3 (Matsumoto et al., 2015).

Os estudos realizados quanto ao tipo de questões colocadas por polícias não obtiveram resultados homogêneos. Santos (2006) observou que os investigadores da PSP colocam questões fechadas antes de colocar questões abertas. Griffiths et al. (2011) concluíram nas entrevistas com suspeitos os polícias utilizam inicialmente questões abertas para recolha de informação e posteriormente questões fechadas para provar os elementos de que necessitam. Contrariamente, Launay et al. (2021) verificaram que os polícias colocam mais questões inapropriadas. Muniroh e Heydon (2021) e Zeng et al. (2021) concluíram que os polícias utilizam maioritariamente questões probatórias.

O uso de questões abertas está relacionado com as técnicas de construção de *rapport* e elevada cooperação dos suspeitos (Kelly & Valencia, 2021; Lee & Kim, 2021). Por outro lado, a colocação de múltiplas questões é percecionada como uma forma de pressionar a resposta e contribui para a diminuição da atenção do próprio entrevistador que desvia a sua atenção da resposta do entrevistado para a conjectura das próximas questões a colocar (Vrij et al., 2014).

Considerando a associação das questões apropriadas com os resultados eficazes da entrevista importa treinar os polícias no uso de boas técnicas de questionamento. Para tal, a formação e o *feedback* contribuem para melhorar a prestação dos polícias (Cederborg et al., 2021).

O investigador-entrevistador deve ter consciência de que o conteúdo das questões que formula é indicador do conhecimento prévio que detém sobre o caso (Srivatsav et al., 2020), o que introduz a próxima técnica - Divulgação de provas.

### **2.1.3. Divulgação de provas**

Granhag et al. (2012, p. 2) propugnam que “o entrevistador tem algum tipo de informação crítica (evidência) que aponta para a culpabilidade do suspeito. Assim é importante conhecer como essa evidência deve ser usada durante a entrevista em ordem a suscitar pistas da mentira ou verdade”. A técnica de divulgação de provas é considerada uma técnica muito importante, no entanto, não é clara qual é a estratégia de divulgação mais indicada, isto é, se é preferível divulgar no início da entrevista, de forma gradual ou no final da entrevista; bem como que evidências divulgar, se por ordem cronológica ou pelo valor atribuído à prova, ou seja, primeiro as evidências mais fracas ou as mais fortes (Walsh & Bull, 2015).

A literatura identifica três estratégias de divulgação de provas: a divulgação inicial, que ocorre no princípio da entrevista, antes de serem colocadas questões, com o objetivo de alcançar uma confissão logo no início (Dando et al., 2013); a divulgação gradual, que consiste na divulgação da informação ao longo da entrevista (Granhag et al., 2012), repartindo-se em duas subtipologias, a divulgação gradual reativa cuja divulgação das provas ocorre de forma imediata após ser obtida alguma declaração que contradiga a prova, e a divulgação gradual diferida, em que o entrevistador vai divulgando provas por tópicos e só após cada um dos tópicos estar explorado (Walsh et al., 2016); e, a divulgação tardia, que ocorre após a recolha de todas as declarações, permitindo evidenciar as discrepâncias entre a informação veiculada pelo suspeito e as provas detidas pelo polícia (Dando et al., 2013; Hartwig et al., 2014).

No que concerne à estratégia de divulgação inicial, Marlow (2013) indica como desvantagem o facto de o polícia fornecer as provas que detém logo no início, permitindo ao suspeito oferecer uma explicação razoável que não possa ser verificada.

Alguns estudos identificam como estratégia eficaz tanto a divulgação gradual como a divulgação tardia (Dando et al., 2013; Walsh et al., 2015), pois ambas permitem ao suspeito fornecer um relato livre dos factos e contribui para a manutenção do *rapport* (Walsh et al., 2016). Dando et al. (2013) concluíram que a divulgação gradual contribui para uma melhor prestação dos polícias; e Walsh et al. (2015) afirmam que esta estratégia permite obter um relato dos factos mais compreensivo. Walsh et al. (2016) verificaram que dois terços dos participantes optam por uma estratégia de divulgação gradual, mas previamente atendem a fatores como a complexidade do caso, o tipo de crime, a quantidade de prova disponível, o suspeito e a presença/ausência de um defensor; desses participantes 70% prefere uma estratégia de

divulgação gradual diferida; 25% dos participantes privilegiam a divulgação inicial no sentido de obter uma confissão do suspeito e relaciona-se com a inexperiência do investigador; e poucos participantes optaram por uma estratégia de divulgação tardia (Walsh et al., 2016). Por outro lado, Granhag et al. (2012) concluíram que é mais eficiente a divulgação tardia, e advogam a divulgação de provas de forma incremental, isto é, da prova menos forte à mais forte. Não obstante, Dando et al. (2013) concluíram que as discrepâncias entre o relato do entrevistado e as provas detidas tanto acontecem com suspeitos culpados, como com suspeitos inocentes.

Smith e Bull (2014), num estudo que envolveu 398 polícias de vários países, verificaram que estes optam por uma divulgação tardia, sobretudo, de provas percecionadas como fortes, seguindo-se de uma estratégia de divulgação gradual. O mesmo estudo aferiu ainda que pouco mais de um terço dos participantes adequam a estratégia de divulgação às provas que detêm, enquanto os restantes mantêm a mesma estratégia.

Quanto à eficácia, uma meta-análise concluiu que os suspeitos culpados tendem a mentir nas suas declarações contrariando as provas que os polícias já recolheram (Hartwig et al., 2014). Esta discrepância aumenta quando se utiliza uma estratégia de divulgação gradual ou tardia. (Hartwig et al., 2014; Oleszkiewicz & Watson, 2021). Recentemente, Srivatsav et al. (2021) observaram que os suspeitos partilham alguma informação relacionada com o crime independentemente da estratégia adotada pelo polícia, ou seja, os suspeitos escolhem a informação que querem partilhar, não obstante serem ou não expostos a provas. Os autores concluíram que os suspeitos que são culpados revelam informação sobre o crime, mas que não seja crítica. Face a estes resultados, os autores sugerem que os polícias, quando tiverem só provas circunstanciais, devem optar por focar aspetos menos incriminatórios para potenciar que o suspeito forneça informação mais útil (Srivatsav et al., 2021).

## **2.2. A entrevista cognitiva**

A EC foi desenvolvida na década de 1980 por Geiselman e colaboradores, para fazer face às técnicas de entrevista desadequadas que produziam resultados pouco eficazes (Paulo, Albuquerque et al., 2015), constituindo-se como a entrevista investigativa mais utilizada (Launay & Py, 2017). É uma abordagem centrada na testemunha, que procura obter informações que ajudarão a resolver o processo criminal sem comprometer a saúde psicológica das testemunhas (Fisher & Geiselman, 2010). Constituindo-se como uma abordagem não diretiva (Braz, 2017; Nieto & Pérez, 2017), adequada para situações em que o investigador detém poucas

evidências sobre o caso (Brandon et al., 2018), com vítimas vulneráveis (Bull et al., 2019), e com testemunhas, vítimas ou suspeitos colaboradores (Shahvaroughi, et al., 2021).

Fisher e Geiselman (1992) preconizam que a recuperação da memória é um processo que beneficia do maior número de vezes que a memória for suscitada. Assim, na sua génese a EC compreendia quatro instruções para granjear informação: (1) relatar tudo; (2) restabelecimento do contexto, (3) mudança de ordem; e (4) mudança de perspetiva (Paulo et al., 2014).

A instrução ‘relatar tudo’ requer que o investigador-entrevistador peça ao entrevistado que relate tudo, independentemente de lhe parecer importante ou não (Fisher & Geiselman, 2010; Paulo et al., 2013, 2014). É fundamental que o entrevistador esclareça o entrevistado que este pode e deve fornecer um relato completo e detalhado sem esperar que lhe sejam colocadas questões (Vrij et al., 2014). O relato de tudo o que o entrevistado se recorde é essencial para o processo de recordação, considerando que um detalhe trivial pode suscitar outra recordação mais relevante para a investigação (Paulo et al., 2014). Nesta fase é importante que o entrevistado não seja interrompido, para não comprometer o processo de recordação (Paulo et al., 2013).

No que concerne ao ‘restabelecimento do contexto’, o investigador-entrevistador deve solicitar ao entrevistado que “recrie mentalmente o contexto físico do crime, bem como o seu estado fisiológico, cognitivo e emocional durante o mesmo” (Paulo et al., 2014, p. 22). O relato facultado através da componente anterior, assim como as anotações tiradas pelo investigador-entrevistador, ajudá-lo-ão a explorar cada imagem mental (Paulo et al., 2013). Neste âmbito podem ser utilizadas diferentes técnicas para auxiliar a recordação dos factos, como, pedir à testemunha que feche os olhos, fixe um ponto neutro, ou faça um esboço, por exemplo, para descrever a distribuição espacial dos objetos na cena do crime (Paulo et al., 2013). O investigador-entrevistador pode socorrer-se desta componente mais do que uma vez para focar o entrevistado no procedimento de recordação (Memon et al., 2010).

Tal como o nome indica, a instrução para ‘mudança de ordem’ consiste em solicitar ao entrevistado que relate novamente o episódio criminal, mas numa ordem cronológica diferente, normalmente, numa ordem inversa (Paulo et al., 2014).

Por último, a componente ‘mudança de perspetiva’ requer que o entrevistado adote uma perspetiva diferente para recordar o evento, por exemplo, relatar o que possivelmente outra pessoa presente no local possa ter visto (Memon et al, 2010; Milne & Bull, 2016; Paulo et al., 2014, 2013). O investigador-entrevistador deve selecionar, dentro do reportado pelo

entrevistado no relato livre inicial, qual a melhor perspetiva a adotar para obter mais informação (Paulo et al., 2013).

Pretende-se que a EC seja um processo flexível (Fisher & Geiselman, 1992; Milne & Bull, 2016; Milne et al., 2019); um conjunto de ferramentas que o entrevistador selecionará de acordo com diversos fatores como as características do entrevistado, as capacidades do próprio, o local da entrevista, as necessidades investigativas e a forma de registo da entrevista (Milne & Bull, 2016; Milne et al., 2019); e, desempenha um papel elementar na mudança que se tem verificado no cerne da entrevista investigativa no vetor da ética e da eficácia (Bull et al., 2019).

Fisher e Geiselman (1992) observam que apesar das quatro componentes da EC, faltavam aos polícias componentes sociais e comunicacionais essenciais ao estabelecimento de uma relação com o entrevistado, por forma a potenciar a informação partilhada. Ao incluírem essas componentes originaram a Entrevista Cognitiva Melhorada (ECM) (Paulo et al., 2013).

### **2.2.1. A entrevista cognitiva melhorada**

A ECM acresce às técnicas patentes na EC original, procedimentos que potenciam as capacidades sociais e comunicacionais dos investigadores-entrevistadores, nomeadamente: a construção de uma relação positiva com o entrevistado (*rapport*); a transferência do controlo da entrevista para o entrevistado; o questionamento compatível com o relato do entrevistado; e a visualização mental (Bull et al., 2019; Fisher & Geiselman, 1992; Paulo et al., 2013, 2014). Desta forma, a ECM organiza-se em torno de três processos psicológicos: a cognição, as dinâmicas sociais e a comunicação (Fisher & Geiselman, 2010) (para melhor compreensão da estrutura da ECM, consultar Anexo 1).

A primeira técnica mencionada - construção de *rapport* – como já se viu, refere-se ao estabelecimento de uma relação empática e de confiança entre o investigador-entrevistador e o entrevistado, caracterizada por maior abertura e recetividade, e que, por conseguinte, potencia a troca de informações (Braz, 2021).

A segunda técnica adicionada é a transferência do controlo da entrevista para o entrevistado. Eisenberg (2019) afirma que a ECM integra uma relação interpessoal entre o polícia e o entrevistado que pretende esbater o autoritarismo que se suporia numa entrevista policial e conferir ao entrevistado um papel ativo. Parte-se do princípio de que é o entrevistado que dispõe de mais informação sobre o crime, e que, por conseguinte, é ele que detém o papel principal na entrevista (Fisher & Geiselman, 2010; Paulo et al., 2013, 2014). Esta instrução deve

ser dada ao entrevistado: é ele que dispõe do controlo sobre a informação partilhada (Paulo et al., 2013, 2014). Assim, é importante que o polícia esclareça o inquirido de que pode relatar a informação pela ordem que entender e parar sempre que quiser, permitindo desta forma que o inquirido se sinta mais confortável (Paulo et al., 2013). Esta componente preconiza que não cabe ao polícia colocar todas as questões e fazer a maioria da conversa, pelo contrário, é o entrevistado que deve relatar a informação que detém, permitindo que reporte outros elementos informativos que, por mais irrelevantes que sejam, podem ativar outros que não seriam relatados se se limitasse a responder a questões (Paulo et al., 2013).

A componente do questionamento compatível com o relato da testemunha, parte da premissa de que os “eventos são armazenados e organizados unicamente para cada testemunha” (Fisher et al., 1989, p. 723). De acordo com Paulo et al. (2013, 2014) este questionamento refere-se à adequabilidade das questões colocadas, isto é, as questões devem ser coerentes com o relato que o entrevistado fornece para não interferir com o processo de recordação, devendo-se privilegiar as questões abertas. Por exemplo, se a testemunha começar por recordar a forma como um suspeito entrou num estabelecimento para perpetrar um furto, o polícia não deve colocar uma questão sobre como é que o suspeito saiu do local (Paulo et al. 2013). Neste sentido não é possível constituir um procedimento padronizado, pois deve adequar-se à informação que é veiculada pelo inquirido (Braz, 2021; Fisher et al., 1989; Paulo et al., 2013, 2014).

Por último, a técnica de visualização mental de imagens utiliza-se após o relato livre do inquirido (Memon et al., 2010). Paulo et al. (2013, 2014) assemelham a visualização mental à componente de restabelecimento do contexto, mas, enquanto no restabelecimento do contexto o entrevistado deve pensar em cenários mais amplos, na visualização mental é-lhe solicitado que se concentre em detalhes, por exemplo, a cara do suspeito. Tem como objetivo promover a recordação de mais informação (Memon et al., 2010), sendo vantajoso que o investigador-entrevistador evoque vários sentidos, como o olfato e a audição, para potenciar diferentes mecanismos de recuperação da memória (Paulo et al., 2013).

### **2.2.2. A entrevista cognitiva modificada**

Numa meta-análise desenvolvida por Memon et al. (2010) observou-se um desvio substancial da aplicação da EC ou da ECM como foram originalmente estruturadas, gerando diversas versões do que se designa por Entrevista Cognitiva Modificada.

As modificações patentes na Entrevista Cognitiva Modificada expressam-se de várias formas, com o intuito de melhorar a aplicabilidade da entrevista no terreno, adaptando a ECM a necessidades especiais (Brunel et al., 2021), como é o caso das testemunhas vulneráveis (e.g. crianças, idosos, deficientes) (Memon et al., 2010); para mitigar um possível enviesamento proporcionado pelo investigador com perguntas sugestivas aquando do ‘restabelecimento mental do contexto’ (Dando et al., 2009); ou para suprimir os criticismos em torno das técnicas ‘Mudança de ordem’ e ‘Mudança de perspetiva’ (Paulo et al., 2016).

Dos estudos analisados, que não esgotam todas as modificações realizadas e testadas à estrutura original da ECM, destacam-se os seguintes: (1) a alteração do ‘Restabelecimento mental do contexto’ por meio do desenho detalhado e a exclusão das técnicas ‘Mudança de ordem’ e ‘Mudança de perspetiva’ (Dando et al., 2009); (2) a utilização da instrução ‘*Open-depth*’ na segunda tentativa de recuperação em vez da técnica ‘Mudança de perspetiva’, visando aprofundar os detalhes do primeiro relato (Brunel et al., 2013); (3) a substituição das componentes ‘Mudança de ordem’ e ‘Mudança de perspetiva’ pela ‘Recordação sequencial e focada’ (Colomb et al., 2013); (4) a substituição da mnemónica ‘Mudança de ordem’ pela ‘Recuperação por categorias’ (objetos, pessoas, sons, ações, vozes) em conjugação com a troca da ‘Mudança de perspetiva’ pela ‘Mudança de ordem’ durante a terceira tentativa de recuperação (Paulo et al., 2016); (5) a utilização da instrução ‘recriação’ na segunda tentativa de recuperação, consistindo na decomposição da ação em detalhes mínimos (Launay & Py, 2017); (6) a utilização da ‘Recuperação por categorias’ em vez do ‘Questionamento compatível com a testemunha’ e a substituição das técnicas ‘Mudança de ordem’ e ‘Mudança de perspetiva’ por uma simples solicitação para recordarem novas informações (Paulo et al., 2017); (7) a utilização da ‘Recuperação por categorias’ e a exclusão da técnica ‘Mudança de perspetiva’ (Paulo et al., 2019); e (8) a substituição do relato livre pela ‘Recuperação por categorias’ durante a primeira tentativa de recuperação e troca posterior das técnicas ‘Mudança de ordem’ e ‘Mudança de perspetiva’ por um único relato livre (Shahvaroughi et al., 2021).

Das diversas componentes mencionadas aquelas mais frequentemente utilizadas pelas polícias, ou percecionadas como mais utilizadas, são a construção de *rapport* (Dando et al., 2008; Marques & Milne, 2019), o ‘Relatar tudo’ (Brunel et al., 2021; Colomb et al., 2013; Dando et al., 2008; Marques & Milne, 2019), o ‘Restabelecimento mental do contexto’ e o uso do desenho (Brunel et al., 2021). Por outro lado, as técnicas menos utilizadas, ou assim

percecionadas, são a ‘Visualização mental’, a ‘Recriação’ (Brunel et al., 2021), a ‘Mudança de Ordem’, a ‘Mudança de perspetiva’ (Brunel et al., 2021; Dando et al., 2008; Marques & Milne, 2019) e o ‘Questionamento compatível com a testemunha’ (Dando et al., 2008; Marques & Milne, 2019). Nem todas estas técnicas são eficientemente desenvolvidas pelos cursos de formação policial, como por exemplo, o estilo de questionamento adotado, a incitação a uma narrativa livre e a construção de *rappport* (Akca et al., 2021).

### **2.2.3. Eficácia da entrevista cognitiva e variantes**

Muitos dos estudos que analisam a eficácia da EC e das suas variantes comparam a EC com a Entrevista Estruturada, que segue a mesma estrutura da ECM mas sem conter as mnemónicas da EC (Brunel et al., 2021; Bull et al., 2019; Colomb et al., 2013; Shahvaroughi et al., 2021), ou seja, mantém as componentes sociais e comunicacionais excetuando as componentes cognitivas (Colomb et al., 2013), o que permite tirar conclusões quanto à eficácia das componentes cognitivas presentes na EC e nas suas versões.

A EC tem obtido bons resultados no que concerne à eficácia tanto em estudos em contexto laboratorial (e.g. Brunel et al., 2013; Dando et al., 2009; Geiselman et al., 1985; Paulo et al., 2016, 2017, 2019; Paulo, Albuquerque et al., 2015; Paulo, Albuquerque, Saraiva et al., 2015) como em estudos realizados em contexto policial, ou seja, no terreno (e.g. Brunel et al., 2021; Colomb et al., 2013; Fisher et al., 1989).

Um dos primeiros estudos a avaliar a eficácia da EC no terreno foi conduzido por Fisher et al. (1989), que trabalharam com polícias experientes da divisão de crimes contra o património submetidos a formação sobre a EC. Estes polícias conseguiram obter melhor informação em termos quantitativos e qualitativos comparando com os seus próprios resultados antes da formação (47% mais informação obtida) e em comparação com o grupo controlo (63% mais informação recolhida) que não foi submetido à formação nem aplicou a EC.

Anos mais tarde, Memon et al. (2010) realizaram uma meta-análise relativa aos estudos sobre a eficácia da EC e as suas versões, concluindo que os estudos evidenciavam um efeito robusto da EC em relação à entrevista de controlo, suscitando mais informação, no entanto, aumentando também a frequência de detalhes incorretos reportados. Os autores concluíram ainda que a versão modificada da EC aumentava o número de detalhes confabulados, contrariando os resultados obtidos anteriormente por Dando et al., (2009) e, posteriormente, por Paulo et al. (2016, 2017) e por Shahvaroughi et al., (2021), os quais verificaram que a EC ou a

sua versão modificada aumenta a quantidade de unidades de informação fornecida pelos entrevistados sem comprometer a sua exatidão. Esta diferença de resultados no que concerne à Entrevista Cognitiva Modificada, pode advir das próprias modificações efetuadas à EC.

Estas entrevistas têm demonstrado eficácia com diferentes tipologias criminais, designadamente, crimes contra o património, contra as pessoas e contra a liberdade sexual (Brunel et al., 2021; Fisher et al., 1989; Geiselman et al., 1985). Além disso, permite obter mais informação correta com diversas populações, tais como, crianças, adultos, adultos com deficiências intelectuais e idosos (Colomb et al., 2013).

Decorrente dos constrangimentos de tempo que muitas vezes os investigadores sofrem (Brunel et al., 2021; Dando et al., 2009; Paulo et al., 2016), diversos autores preconizam a adoção de uma versão encurtada da EC ou ECM (Dando et al., 2009; Memon et al., 2010; Paulo et al., 2016; Shahvaroughi et al., 2021), por exemplo, através da remoção da terceira tentativa de recuperação, uma vez que são suscitados poucos novos detalhes informativos (Dando et al., 2008), ou pela exclusão das técnicas ‘Mudança de ordem’ e ‘Mudança de perspetiva’ que são menos eficazes na produção de detalhes e requerem mais tempo de aplicação (Paulo et al., 2016).

Devido à eficácia constatada da EC e das suas versões, esta foi adotada em diversos países (Brunel et al., 2021; Colomb et al., 2013), inclusive foi adaptada para o contexto português, primeiramente por Santos (2006) e posteriormente por Paulo et al. (2014), tendo já demonstrado eficácia com a população portuguesa (Paulo, Albuquerque et al., 2015; Paulo, Albuquerque, Saraiva et al., 2015; Paulo et al., 2016, 2017, 2019) e sido ministrada nos cursos das polícias nacionais (Marques & Milne, 2019; Pinho, 2006).

### **2.3. O modelo PEACE**

O modelo PEACE é originário do Reino Unido na década de 1990 e significa Preparação e Planeamento (*Preparation and Planning*), Envolvimento e Explicação (*Engage and Explain*), Relato dos factos (*Account*), Encerramento (*Closure*) e Avaliação (*Evaluation*) (cf. Anexo 2). Este modelo de entrevista investigativa estrutura-se em três fases: a fase da pré-entrevista, que inclui a preparação e o planeamento; a da entrevista propriamente dita, que envolve a empatia e explicação, o relato e o encerramento; e a da pós-entrevista que abarca a avaliação (Braz, 2021; Walsh & Bull, 2010).

Este modelo preconiza uma mudança paradigmática do processo de recolha de informação completa e relevante como objetivo da entrevista (Adam & Golde, 2020) e a garantia de que

essas declarações são admissíveis como provas no processo judicial (Schollum, 2017). Tal é conseguido por meio do “diálogo cooperativo e voluntário, entre investigador e suspeito, onde não tem lugar o uso de informações enganosas e táticas ludibriantes” (Braz, 2021, p. 412) e que vem realçar a importância da prova pessoal aliada à objetividade da ciência e da tecnologia (Braz, 2021).

### **2.3.1 Preparação e planeamento**

Esta fase é considerada preponderante para o bom desenrolar da entrevista e para potenciar a sua eficácia (Bull, 2013; Muniroh & Heydon, 2021; Walsh & Bull, 2010; Walsh & Milne, 2007). Uma boa preparação e planeamento da entrevista inclui: a compreensão do seu propósito; o conhecimento dos normativos legais subjacentes; a definição dos objetivos; o reconhecimento e compreensão dos factos a provar; a análise dos meios de prova já obtidos, a ordem da sua apresentação, os que faltam e onde poderão ser recolhidos; a escolha da estratégia e táticas a utilizar; a preparação de respostas de contingência; e a preparação logística da entrevista, como por exemplo, o local (Braz, 2017; McGurk et al., 1993; Walsh & Bull, 2010).

A preparação e o planeamento são facilmente introduzidos no repertório comportamental do investigador-entrevistador e a sua falta é identificada pelos polícias como nefasta à condução da entrevista (Clarke et al., 2011).

### **2.3.2. Envolvimento e explicação**

Um elemento fundamental nesta fase e ao qual se refere a palavra “envolvimento” é a construção de *rapport* (Alison et al., 2015; Bull, 2013; Eastwood & Watkins, 2021; Schollum, 2017; Vanderhallen & Versaeke, 2014; Walsh & Bull, 2010).

A literatura refere que podem ser incluídos nesta segunda fase os princípios da entrevista motivacional para construir o *rapport* (Alison et al., 2015; Surmon-Böhr et al., 2020; Tedeschi & Jung, 2018). A entrevista motivacional é uma abordagem “diretiva e centrada no cliente que tem como objetivo promover a mudança comportamental através do apoio ao cliente para explorar e resolver a ambivalência” (Rollnick & Miller, 1995, p. 326). Assim como o modelo PEACE, a entrevista motivacional compreende uma fase que visa o envolvimento do indivíduo na dinâmica da entrevista, preconizando para tal uma abordagem humana e empática, contrária a um estilo de confrontação, através de técnicas como a explicação inicial do papel do indivíduo

na entrevista e qual o objetivo desta; o uso de questões abertas; a escuta reflexiva; o apoio ao indivíduo; e, o sumário do que foi dito (Rollnick & Miller, 2013).

No que concerne à “explicação” o polícia deve elucidar o entrevistado sobre o propósito de estar a ser entrevistado e o formato da entrevista, e passar a mensagem de que a entrevista constitui uma oportunidade para ele contar a sua versão dos factos, o que contribui para a construção de *rapport* (Clarke, 2004; Clarke & Milne, 2001). Na explicação das suspeitas que recaiam sobre um indivíduo deve ser evitado o uso de jargão policial e de termos jurídicos que possam não ser compreendidos pelo suspeito, sobretudo quando este não está acompanhado de advogado (Marlow, 2013). Este primeiro contacto permite, também, ao polícia aperceber-se de eventuais necessidades ou dificuldades, designadamente, limitações linguísticas do entrevistado ou vulnerabilidades, como a idade ou deficiência (Schollum, 2017).

### **2.3.3. Relato dos factos**

A fase do relato dos factos é considerada a mais importante do modelo (Walsh & Bull, 2010), sendo o seu objetivo obter um relato dos acontecimentos, que serão analisados e explorados de acordo com as evidências já recolhidas pelo investigador, no sentido de confirmar o relato e obter mais informação (Clarke, 2005; Clarke & Milne, 2001). Nesse sentido inclui, além do relato, a clarificação (*clarify*) e a confrontação (*challenge*) do relato com as provas já obtidas (Schollum, 2017; Shepherd & Griffiths, 2013), através da técnica de divulgação de evidências (Walsh et al., 2016).

Para obter um relato completo e verdadeiro o polícia pode socorrer-se de várias técnicas, como o uso do relato livre para entrevistas mais simples; a opção pela EC e as suas versões melhoradas, no caso de entrevistas mais complexas, como por exemplo, com testemunhas vulneráveis (Heydon & Lai, 2013; Schollum, 2017); ou o uso da *conversation management* (gestão da conversa) indicada para suspeitos ou testemunhas não colaborantes (Clarke, 2005; Schollum, 2017).

A técnica *conversation management* estrutura-se em três partes: (1) a fase do entrevistado que se inicia com a colocação de uma questão aberta para que o entrevistado forneça a sua versão dos factos; (2) a fase do entrevistador, que divide as declarações anteriores por temas e visa clarificar o relato procurando por detalhes; e, (3) a fase de exploração das discrepâncias entre o relato do entrevistado e as provas já recolhidas, não devendo ser feita de forma confrontativa, mas meramente solicitando que esclareça essas discrepâncias. É uma técnica que

atribui um controlo maior ao entrevistador, diferenciando-se nesta característica da ECM, e por isso é mais adequada a suspeitos ou testemunhas não colaborantes, como já referido (Forensic Interview Solutions, n.d.; McGurk et al., 1993).

Associada a uma boa qualidade do relato e ao resultado da entrevista estão as boas capacidades comunicacionais e a flexibilidade do investigador-entrevistador, assim como, a sua capacidade no que concerne à técnica *conversation management*, a confiança e a abertura de espírito (*open-mind*) (Walsh & Bull, 2010).

#### **2.3.4. Encerramento**

O modelo PEACE preconiza que o término da entrevista seja incluído numa fase do procedimento designado por “encerramento”. A importância desta fase é defendida por vários autores como Colomb et al. (2013), Paulo et al. (2013) e Schollum (2017).

No encerramento da entrevista devem ser abordados temas neutros para contrariar algumas emoções suscitadas durante a entrevista (Paulo et al., 2014) e compreende o sumário do que foi obtido nas fases anteriores (Clarke et al., 2011; Colomb et al., 2013; Howes, 2020; Paulo et al., 2013; Walsh & Milne, 2007). Serve para esclarecer o que não ficou inteiramente percebido, ou para o entrevistado acrescentar ou corrigir a informação e para informar ao entrevistado dos procedimentos que se seguem (Clarke & Milne, 2001; Howes, 2020; Schollum, 2017; Walsh & Milne, 2007). Consubstancia uma oportunidade para deixar uma boa imagem da instituição e do profissionalismo do investigador (Walsh & Milne, 2007). Nas entrevistas que tenham a presença do advogado ou defensor, constitui uma oportunidade para este identificar quais são os elementos do relato do suspeito que o polícia está a evidenciar (Clarke & Milne, 2001); e permite ao polícia criar um canal de comunicação, por exemplo, através da troca de um contacto telefónico, que possibilita ao entrevistado mais facilmente partilhar informação de que se recorde ou que tome conhecimento entretanto (Fisher & Geiselman, 2010; Paulo et al., 2014).

Apesar da importância deste momento os investigadores-entrevistadores falham na sua execução (Clarke & Milne, 2001; Clarke et al., 2011; Howes, 2020; Walsh & Bull, 2010). Um dos motivos identificados resulta na urgência que os investigadores têm em terminar a entrevista após obterem alguma confissão acreditando que essa informação é suficiente para ter uma acusação ou condenação (Walsh & Bull, 2010). Por outro lado, aquando da presença de um defensor o encerramento tende a ser melhor executado (Clarke et al., 2011).

### **2.3.5. Avaliação**

A avaliação permite aprender com as experiências e melhorar o desempenho nas entrevistas futuras (Smets & Rispens, 2014). Compreende a autoavaliação e a heteroavaliação. No que concerne à autoavaliação, o investigador-entrevistador avalia se os objetivos da entrevista foram alcançados; analisa o processo criminal em face à nova informação recolhida; e, examina a sua prestação identificando fragilidades que devam ser alteradas posteriormente (Schollum, 2017). É uma tarefa que exige do polícia capacidade de reflexão (Walsh, 2013). No entanto, um estudo realizado por Walsh et al. (2017) conclui que os polícias atribuem uma autoavaliação mais elevada em comparação com a avaliação dos peritos à mesma prestação, o que demonstra que a sua perceção pode ser diferente da realidade.

A heteroavaliação resulta da análise e discussão do desempenho e dos problemas ocorridos dentro do grupo de pares, e da análise e transferência de conhecimento do superior hierárquico por meio da supervisão, o qual deve ser alguém mais capacitado e experiente (Smets & Rispens, 2014). Permite, ainda, a identificação de problemas ocorridos durante a entrevista (Clarke & Milne, 2001), a passagem do conhecimento aprendido para a prática (Walsh, 2013) e a garantia da legalidade do procedimento e da validade da matéria obtida (Braz, 2017). Da heteroavaliação resulta um *feedback*, seja do grupo de pares, seja dos supervisores, que é identificado na literatura como um mecanismo importante para otimizar as competências de condução da entrevista investigativa (Beek & Hoekendijk, 2015; Cederborg et al., 2021; Hanway & Akehurst, 2018; Smets & Rispens, 2014). Para tal, o *feedback* deve ser tempestivo, preciso e fornecer o apoio necessário aos polícias (Walsh, 2013).

A fase da avaliação está associada a uma garantia da qualidade da entrevista por permitir a capacitação dos polícias quanto às melhores práticas a utilizar na entrevista, juntamente com o treino formal inicial e recorrente (Chung et al., 2021). Apesar deste carácter de imprescindibilidade, é uma fase pouco implementada pelos polícias (Howes, 2020).

### **2.3.5. Eficácia do modelo**

O PEACE é o modelo de entrevista policial mais influente (Cullen et al., 2021), inclusive em Portugal (Braz, 2021), tendo sido adotado pelas polícias de vários países (Walsh & Bull, 2015). É indicado para entrevistar suspeitos (Howes, 2020), mas também vítimas e testemunhas (Miller et al., 2018). Dada a preponderância no panorama mundial do novo paradigma da entrevista investigativa, esta foi aclamada pelo Relator Especial da ONU para a Tortura e outros

tratamentos cruéis, desumanos e degradantes, Juan Mendéz (2016). Tendo como objetivo a recolha de informação, o PEACE contribui para a diminuição do uso de técnicas menos éticas (Walsh et al., 2016), evitando problemas de opressão do entrevistado, o que poderia colocar em causa a validade das provas obtidas (Eastwood & Watkins, 2021).

A primeira avaliação do PEACE foi realizada por McGurk et al. (1993). Estes autores avaliaram a prestação dos polícias que se submeteram a uma formação de cinco dias sobre o modelo. Os resultados obtidos indicam uma melhoria na prestação dos polícias, que se manteve seis meses após o curso, tanto em entrevistas simuladas como em entrevistas reais (McGurk et al., 1993).

Anos mais tarde Clarke e Milne (2001) realizaram uma avaliação ao nível nacional (Inglaterra e País de Gales) da implementação do modelo no terreno. À data da avaliação já 70% dos polícias tinham recebido formação dos parâmetros do PEACE. Apesar das falhas verificadas na implementação do modelo às entrevistas a suspeitos e testemunhas, houve uma melhoria no desempenho em comparação com as críticas recebidas antes da implementação do modelo, por exemplo: uma melhor preparação, colocação de um menor número de questões sugestivas e menos interrupções nas entrevistas com suspeitos; as entrevistas realizadas por polícias treinados foram de maior duração; e, as polícias com estratégias de supervisão obtiveram melhores prestações (Clarke & Milne, 2001), encontrando-se a supervisão positivamente relacionada com a boa prestação dos polícias (Clarke, 2005).

Vários estudos sobre a perceção dos polícias concluíram que o modelo PEACE é tido como um modelo eficaz para a concretização dos objetivos da entrevista investigativa (Clarke & Milne, 2001; Walsh & Milne, 2007). Clarke e Milne (2001) aferiram que o modelo é percecionado pelos polícias como um bom mecanismo para dotá-los de ferramentas eficientes para entrevistar suspeitos, testemunhas e vítimas. Walsh e Milne (2007) verificaram que 81% dos polícias inquiridos concorda com a eficácia do modelo, sobretudo se a estrutura do modelo for seguida. No entanto, os polícias percecionam o modelo como inflexível impedindo o polícia de adaptar a entrevista ao que é dito pelo entrevistado, o que para os autores, é uma ideia errada (Walsh & Milne, 2007). Clarke e Milne (2001) já tinham defendido a flexibilidade do modelo, afirmando que este apresenta um conjunto de ferramentas que o investigador deve usar de acordo com o contexto e não meramente seguindo a estrutura lecionada em formação.

Walsh e Bull (2010) analisaram 142 entrevistas a suspeitos que seguiam o preconizado pelo modelo PEACE e compararam com entrevistas que não seguiam os parâmetros do PEACE, obtendo que aquelas entrevistas conduzidas de acordo com o modelo foram mais eficazes na produção de relatos compreensivos ou de confissões integrais.

Clarke et al., (2011), nomeadamente no âmbito do crime contra o património, compararam as entrevistas conduzidas por polícias submetidos e não submetidos a um programa de treino do modelo PEACE. Verificaram que o treino de uma semana tem poucos efeitos imediatos nas práticas de entrevista com suspeitos, todavia, com o tempo os polícias que receberam esse treino foram melhorando o seu desempenho. As melhorias revelaram-se num desenvolvimento mais completo da fase de planeamento e preparação; na confiança e capacidades de comunicação dos polícias; na estruturação e incidência nos tópicos mais relevantes na fase do relato; no uso da escuta ativa e mente aberta; e, na colocação de questões mais adequadas e realização de menos interrupções. As maiores dificuldades encontradas manifestaram-se, por exemplo, na exploração do depoimento dos suspeitos e na articulação do relato dos suspeitos com a técnica de divulgação de evidências. O estudo conclui que os polícias treinados com o modelo PEACE têm uma maior probabilidade de obter um relato compreensivo dos factos, confissões e menos respostas negativas ou sem comentários, e que a presença de um advogado/defensor não tem qualquer efeito no desempenho dos polícias (Clarke et al., 2011).

Barron (2017) estudou a eficácia do modelo comparando entrevistas a suspeitos conduzidas por polícias canadianos que receberam ou não receberam formação no âmbito do PEACE. Os resultados obtidos revelaram que os polícias treinados; usaram um menor número de técnicas de índole coerciva; optaram por um maior uso de questões abertas e menos questões sugestivas; fizeram mais esclarecimentos; e, obtiveram mais informação dos suspeitos, o que pode ser um resultado direto da melhor prestação ao longo da entrevista.

No caso dos polícias ingleses, todos eles, independentemente da sua função, recebem formação sobre o PEACE no curso de recrutamento. Porém, um estudo concluiu que a inclusão desse módulo impacta negativamente a motivação dos formandos, por lhes exigir o conhecimento de diversos conteúdos, pelo que se preconiza uma formação faseada considerando as necessidades genéricas e especiais dos polícias, isto é, o domínio de técnicas básicas para usar em funções de primeira linha e um domínio mais avançado para quem executa funções de investigação (Mount & Mazerolle, 2021).

Face à reputação mundial do PEACE, e atendendo ao panorama investigativo das polícias portuguesas, Marques e Milne (2019) defendem a adoção do modelo PEACE pelas polícias nacionais, como é o caso da PSP, para entrevista de suspeitos e testemunhas.

### **3. Fatores condicionantes da entrevista**

A forma como a entrevista decorre e os resultados obtidos podem ser influenciados pelas características individuais do investigador-entrevistador (Akca & Eastwood, 2021) e do entrevistado (Lee & Kim, 2021), pelo contexto onde decorre a entrevista (Hanway et al., 2018) e pela relação entre o investigador-entrevistador e o entrevistado (Howes, 2020). Estas condicionantes foram agrupadas em fatores pessoais, situacionais e relacionais, respetivamente.

#### **3.1. Pessoais**

Quando a literatura identifica as características pessoais que dificultam o alcance dos objetivos da entrevista, refere-se, por um lado, às características do investigador-entrevistador e às características do entrevistado, por outro lado. No que concerne às primeiras são identificadas características da personalidade (Akca et al., 2021; Akca & Eastwood, 2021; Fisher & Geiselman, 1992; Milne et al., 2019), cognitivas (Milne et al., 2019) e a experiência do polícia (Akca et al., 2021).

Walsh e Milne (2007) identificam como características negativas a presunção da culpabilidade do suspeito, a fraca capacidade de escuta, a agressividade e uma preparação deficitária. Por outro lado, referem as características de firmeza, sentido de justiça, capacidade de escuta e uma boa preparação e planeamento como indicadores de sucesso. Por sua vez, Clarke et al. (2011) identificam a autoconfiança, a mente aberta, a flexibilidade, a capacidade comunicacional e a escuta ativa como características essenciais para uma boa prestação do polícia, no entanto, afirmam que as capacidades de comunicação mais complexas e de análise de informação são de difícil implementação pelos polícias, devido à pouca flexibilidade demonstrada.

Um estudo conduzido por Akca e Eastwood (2021) aferiu que os traços da personalidade associados a um maior sucesso na entrevista são a agradabilidade, a abertura e a extroversão, pelo que os participantes que não obtiveram uma pontuação alta nestes traços tiveram resultados inferiores na entrevista.

Diversos estudos identificam a carga cognitiva como um obstáculo emergente em face ao trabalho mental que o investigador-entrevistador necessita fazer no decurso da entrevista (Griffiths et al., 2011; Hanway et al., 2021; Hanway & Akehurst, 2018), entendendo-se por carga cognitiva o resultado de um trabalho mental excessivo aquando da realização de atividades (Acker et al., 2018). As exigências solicitadas ao investigador resultam na redução do seu desempenho, por exemplo, na diminuição da sua capacidade de escuta, na formulação de mais questões fechadas, em mais interrupções ao relato do entrevistado (Griffiths et al., 2011) e numa recordação menos precisa dessas declarações (Hanway et al., 2021).

Quanto às características do entrevistado, Brunel et al. (2021) apontam a falta de cooperação e de receptividade como fatores condicionantes da entrevista. Por sua vez, Lee e Kim (2021) optam por descrever as características que dificultam ou impossibilitam o estabelecimento do *rappport*, tais como, a timidez, a hostilidade para com pessoas desconhecidas e a falta de competências comunicacionais. Sousa (2020) refere características pessoais da testemunha que podem interferir no processo de recuperação da memória, como por exemplo, a idade da testemunha e o estado mental no momento da entrevista.

Kelly et al. (2015), com uma amostra de 225 investigadores provenientes de dez países, estudaram a perceção sobre a eficácia das técnicas de entrevistas com grupos com iguais ou diferentes características socioculturais, e concluíram que os polícias percecionam uma maior eficácia com entrevistados com as mesmas características que eles próprios, sugerindo que a seleção dos investigadores deve atender às características heterogêneas da sociedade ocidental.

### **3.2. Situacionais**

Os fatores situacionais referem-se às características espaço-temporais envolventes da entrevista (Brunel et al., 2021; Miller et al., 2018) e são considerados fatores de risco para a ocorrência de uma falsa confissão (Gudjonsson, 2021; Kassin et al., 2009). Kassin et al. (2009) preconizam que os fatores situacionais como o isolamento, a duração da entrevista, a apresentação de falsas evidências e a técnica de minimização, isto é, fornecer justificações para o cometimento do crime, contribuem para a ocorrência de falsas confissões. No mesmo sentido, Gudjonsson (2021) advoga que os fatores situacionais, como a natureza e duração da entrevista e a pressão processual, contribuem para a coerção sobre o entrevistado, que juntamente com outros fatores de risco pode culminar numa falsa confissão.

A carga horária do polícia (Kyriakidou et al., 2020) e o local da entrevista impactam na qualidade desta (Hanway & Akehurst, 2018). A manipulação do espaço está associada a um estilo de entrevista acusatório (Miller et al., 2018). Dawson et al. (2017) estudaram a influência do espaço na disponibilidade dos entrevistados para prestar declarações e concluíram que os participantes entrevistados numa sala mais aberta (maior, com janelas e objetos indicadores de abertura, e.g., um livro aberto sobre uma prateleira), partilharam mais informação, do que aqueles entrevistados numa sala mais pequena, menos confortável e sem decoração. Estes resultados contrariam algumas considerações feitas por outros autores, nomeadamente, a preferência por um espaço neutro com poucas distrações (Fisher & Geiselman, 1992; Milne & Bull, 2016). Um segundo estudo realizado por Dawson et al. (2017) incluiu uma sala ainda maior mas sem os objetos indicadores de abertura, concluindo que a sala com os objetos que simbolizavam a abertura potenciou a percepção nos entrevistados de que o polícia suspeitava deles, tornando-se contraproducente para uma eventual colaboração dos entrevistados. Os participantes entrevistados numa sala ampla forneceram mais detalhes gerais do que os participantes entrevistados numa sala de custódia, mais pequena. Concluíram que a amplitude do espaço é a influência principal na divulgação de informação (Dawson et al., 2017).

Apesar dos resultados expostos, muitos autores preconizam a preferência por um espaço neutro sem objetos que provoquem alterações emocionais no entrevistado (Braz, 2017) ou distrações (Hoogesteyn et al., 2020), sem fontes de ruído (Fisher & Geiselman, 1992), sem janelas (Inácio & Ademar, 2021), com o mobiliário estritamente necessário (Fisher & Geiselman, 1992; Inácio & Ademar, 2021), e sem a interrupção da entrevista por terceiros (Inácio & Ademar, 2021). Tedeschini e Jung (2018) defendem a criação de um espaço que acalme o suspeito e propicie o diálogo. Fisher e Geiselman (1992) sugerem a criação de um espaço próprio, afirmando Braz (2021) que as polícias de investigação têm tido essa preocupação.

### **3.3. Relacionais**

Há fatores que se interpõem à interação e relação entre o investigador-entrevistador e o entrevistado, nomeadamente, fatores institucionais e extrainstitucionais (Brunel et al., 2021; Hanway & Akehurst, 2018); e a presença de intérpretes (Heydon & Lai, 2013; Howes, 2020).

As condicionantes institucionais advêm da pressão exercida pelos superiores hierárquicos para a célere resolução dos processos, impedindo que se conduza a entrevista de acordo com

todos os parâmetros preceituados pela literatura (Brunel et al., 2021). Paralelamente, há condicionantes extrainstitucionais que constituem um fator de *stress* adicional, como por exemplo, os Procuradores (Hanway & Akehurst, 2018).

A presença de um intérprete na sala está associada a uma desvirtuação das técnicas utilizadas pelo investigador, uma vez que: o intérprete interrompe o relato livre do entrevistado para traduzir; se não fizer contacto visual com o entrevistado após a tradução este não continua o que leva o polícia a colocar outra questão, apesar de não ter obtido o relato completo; as pausas intencionais do polícia não são respeitadas pelo intérprete; e determinadas palavras são traduzidas com outro sentido (Heydon & Lai, 2013). O estudo realizado por Howes (2020) vai no mesmo sentido da principal conclusão do estudo anterior, ou seja, a desvirtuação das técnicas de entrevista, com uma nota particular para a construção de *rapport* que pode ser comprometida com a mediação do intérprete. Portanto, interfere na espontaneidade e genuinidade do diálogo, e cria a possibilidade de tradução errada ou divergente do seu sentido social e cultural atribuído pelo entrevistado no seu País de origem.

#### **4. Problema de investigação**

A análise do estado da arte permitiu identificar os modelos e técnicas de entrevista mais eficazes, tanto na ótica da produção da prova como na ótica da validade processual no que concerne ao princípio da lealdade e da dignidade da pessoa. Apurou-se que algumas dessas práticas integram a formação da PSP, tanto na vertente inicial como de especialização e atualização. Akca et al. (2021) concluíram que os cursos de formação policial, que ministram os modelos de entrevista apresentados, são mais idóneos para potenciar a eficácia dos polícias. Porém Cullen et al. (2021) afirmam que o ensino de um modelo específico e a sua integração em manuais de procedimentos, não implica necessariamente a sua aplicação prática no terreno.

Do que foi possível averiguar, existem poucos estudos sobre o repertório e eficácia técnica dos investigadores portugueses. Dos estudos analisados, só um é específico da realidade da PSP. Santos (2006) estudou a aplicação da EC pelos investigadores da PSP, concluindo pela sua parca implementação. Florêncio (2008) aponta a necessidade de se realizarem estudos sobre as técnicas de entrevista utilizadas pelos OPC em Portugal, e evidencia algum desconhecimento por parte de uma amostra de investigadores da GNR quanto ao contributo nefasto do próprio investigador e das técnicas utilizadas na produção de falsas confissões. Marques e Milne (2019) analisaram as perceções de vários OPC (e.g. PSP, GNR, SEF) quanto à aplicação da EC,

concluindo que os polícias falham em aplicar o procedimento completo da EC, sobretudo, quanto às técnicas mais exigentes. No entanto, Marques e Milne (2019) não especificam os resultados por OPC, pelo que não se consegue aferir o desempenho dos investigadores da PSP.

Apesar da existência destes estudos o foco principal foi a EC, não esclarecendo, afinal, qual é o repertório técnico utilizados pelos investigadores. Assim, partindo da premissa que o desconhecimento de uma realidade não permite identificar problemas e necessidades existentes, nem desenhar medidas para resolver esses problemas, ou sustentar e reforçar as boas práticas correntes, pretende-se com este estudo alcançar o seguinte objetivo geral: contribuir para um maior conhecimento sobre as práticas de entrevista investigativa na PSP. Como objetivos específicos visa-se: (1) identificar as boas práticas da entrevista investigativa constantes na literatura; (2) descrever a formação dos investigadores (polícias da PSP) em técnicas de entrevista; (3) identificar as práticas de entrevista utilizadas pelos investigadores; (4) identificar as necessidades formativas dos investigadores; e, (5) identificar as condicionantes que os investigadores enfrentam na condução da entrevista.

Como se viu, os polícias dispõem de diferentes modelos e técnicas, com eficácia também distinta, para conduzir as entrevistas investigativas. Neste sentido pretende-se responder às seguintes questões de investigação:

- Quais as perceções e as práticas dos investigadores criminais da Polícia de Segurança Pública no âmbito da entrevista investigativa?
- Qual é a formação e as necessidades formativas dos investigadores quanto às técnicas de entrevista?
- Qual é o repertório de técnicas específicas e o domínio técnico dos investigadores?
- Que condicionantes (constrangimentos, limitações) identificam na prática da entrevista investigativa?

## Capítulo II – Método

### 1. O estudo

Como referem Quivy e Campenhoudt (1995/2008, p. 31) “uma investigação é, por definição, algo que se procura”. E neste processo de procura seguiu-se um método qualitativo que, “permite ao investigador explorar significados, interpretações e experiências individuais” (Birchall, 2014, p. 1) e aceder às “opiniões, perspetivas e atitudes” (Nassaji, 2015, p. 129) dos participantes. O método qualitativo é indicado, entre outras razões, para quando o investigador tem um problema que deve ser explorado; quando é essencial um maior conhecimento sobre um problema; para habilitar as pessoas a partilhar a sua história; ou quando se quer perceber os contextos de abordagem de problemas pelos participantes (Gonçalves et al., 2021). Desta forma, mostra-se adequado ao estudo da problemática definida, aos objetivos estipulados e às questões de investigação estabelecidas.

À natureza qualitativa acresce o caráter exploratório e descritivo do estudo, uma vez que se procura conhecer algo que ainda não se conhece e descrevê-lo (Duhamel & Fortin, 1999). É exploratório porque pretende conhecer um objeto de estudo do qual se possuía um conhecimento residual, tendo como ponto de partida as questões anteriormente enunciadas (Carmo, 2021). E é descritivo porque pretende “descrever um fenómeno e as suas características” (Nassaji, 2015, p. 129) através da resposta a “o quê” em detrimento do “porquê” e do “como”.

Assim, opta-se por uma abordagem qualitativa, descritiva e exploratória, que como afirmam Hunter et al. (2019, Secção Data Analysis, para. 3) “visa explorar e descrever as experiências dos participantes em relação ao fenómeno em estudo”.

### 2. Participantes

A população em estudo são os investigadores da PSP, os quais foram selecionados através de uma estratégia de amostragem por conveniência, que é preconizada por Hunter et al. (2019) como a estratégia de amostragem indicada para os estudos qualitativos, descritivos e exploratórios. Esta estratégia de seleção dos participantes, isto é, da amostra, privilegiou os polícias, que embora no seu conjunto não sejam representativos da população em estudo, são característicos desta, adequando-se assim ao instrumento de recolha de dados utilizado, conforme defendem Quivy e Campenhoudt (1995/2008).

Os critérios de inclusão dos participantes na amostra foram os seguintes: (1) o carácter voluntário da participação; (2) polícias da categoria de Agente; (3) com funções de investigação criminal; (4) com muita experiência; e (5) que desempenhem funções de investigação de crimes contra o património. Nesse sentido, entende-se como indicativo da experiência do polícia ter, no mínimo, cinco anos de trabalho como investigador criminal, como definiram Dando et al. (2008), Fisher et al. (1989) e Neiva (2008). Optou-se por restringir a amostra aos polícias afetos exclusivamente à investigação dos crimes contra o património, pelos seguintes motivos:

1. Para acautelar algum enviesamento que poderia resultar do tipo de crime que o polícia investiga;
2. Muitos dos estudos apresentados no primeiro capítulo incluem, em grande número, participantes que investigam crimes contra o património, por exemplo, Clarke (2005), Clarke et al. (2011), Clarke e Milne (2001), Geiselman et al. (1985), Fisher et al. (1989), Smith e Bull (2014);
3. No âmbito do CEIIT são exclusivamente ministrados os crimes contra o património, não focando outras tipologias criminais (DIC, 2014).

A amostra é constituída por um total de 20 polícias da categoria de Agente, com muita experiência na valência de investigação criminal, dos quais 10 exercem funções no Comando Metropolitano do Porto (COMETPOR) e 10 desempenham funções no Comando Metropolitano de Lisboa (COMETLIS), por forma a abranger uma melhor imagem do panorama dos investigadores da PSP. Conforme a Tabela 1, a idade dos participantes varia entre os 36 e os 53 anos ( $M = 47,35$  anos;  $DP = 3,75$  anos) e o tempo de serviço na investigação criminal varia entre os 10 e os 31 anos ( $M = 19,4$  anos;  $DP = 4,72$ ). Integram a amostra 18 polícias do género masculino (90%) e duas polícias do género feminino (10%), os quais têm uma carga processual que varia entre um e 120 processos distribuídos ( $M = 29,1$  processos;  $DP = 31,35$  processos).

**Tabela 1**

*Caracterização dos Participantes*

|          | <i>n</i> | Género |   | Idade    |           | Tempo de efetividade |           |          |           | Processos distribuídos |           |
|----------|----------|--------|---|----------|-----------|----------------------|-----------|----------|-----------|------------------------|-----------|
|          |          |        |   |          |           | PSP                  |           | IC       |           |                        |           |
|          |          | H      | M | <i>M</i> | <i>DP</i> | <i>M</i>             | <i>DP</i> | <i>M</i> | <i>DP</i> | <i>M</i>               | <i>DP</i> |
| COMETLIS | 10       | 8      | 2 | 47,8     | 4,6       | 24,8                 | 4,58      | 19,8     | 5,96      | 20,1                   | 19,41     |
| COMETPOR | 10       | 10     | 0 | 46,9     | 2,55      | 24,9                 | 2,95      | 19       | 2,93      | 38                     | 37,79     |
| <i>N</i> | 20       | 18     | 2 | 47,4     | 3,75      | 24,9                 | 3,85      | 19,4     | 4,72      | 29,1                   | 31,35     |

### **3. Corpus**

Bardin (1977/2020, p. 122) define *corpus* como “o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos”. Nesse sentido o *corpus* desta investigação é constituído pelas transcrições de 20 entrevistas.

### **4. Instrumentos**

O presente estudo utiliza dois tipos de instrumentos: um instrumento de recolha de dados e um instrumento de análises dos dados recolhidos.

#### **4.1. Instrumento de recolha de dados: Entrevista**

O instrumento de recolha de dados selecionado é a entrevista, uma vez que os estudos de natureza qualitativa, descritiva e exploratória tendem a socorrer-se deste tipo de instrumento para a obtenção de dados (Sandelowski, 2000; Ward et al., 2018). Este instrumento é idóneo “quando existe a necessidade de recolher informações detalhadas sobre as opiniões, os pensamentos, as experiências e os sentimentos das pessoas” (Magalhães & Paúl, 2021, p. 67), ou seja, revelou-se o instrumento adequado para aceder às práticas e perceções dos participantes.

O tipo de entrevista selecionado é a entrevista semiestruturada e semidiretiva. A entrevista semiestruturada é bastante utilizada nos estudos qualitativos e descritivos (Sandelowski, 2000) e caracteriza-se pela colocação tendencial de questões abertas ao entrevistado, que dispõe de uma maior liberdade de resposta (Flick, 2002/2005; Haro et al., 2016), sendo comum a colocação de questões abertas nos estudos qualitativos (Ward et al., 2018), o que, desta forma, possibilita aceder a mais informação.

No mesmo sentido, a opção por uma entrevista semidiretiva dota o entrevistador de uma margem de liberdade maior, podendo dispor de um conjunto de questões-guia, as quais, poderá colocar, ou não colocar, sob a ordem e formulação em que se encontravam escritas previamente e de acordo com a informação que o entrevistando concede (Quivy & Campenhoudt, 1995/2008).

#### **4.2. Instrumento de análise de dados: Análise de conteúdo**

Os dados recolhidos foram tratados através da análise de conteúdo, que é um instrumento adequado à análise de dados em estudos qualitativos (Sandelowski, 2000).

A análise de conteúdo é definida por Bardin (1977/2020) como:

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/receção (variáveis inferidas) destas mensagens. (p. 44)

Das diversas técnicas de análise de conteúdo, optou-se por implementar a técnica de análise categorial, que “consiste em calcular e comparar as frequências de certas características (na maior parte das vezes, os temas evocados), previamente agrupadas em categorias significativas” (Quivy & Campenhoudt, 1995/2008, p. 228). Este instrumento permite reduzir a informação de forma sistemática em categorias de conteúdo através de regras de codificação (Magalhães & Paúl, 2021). Para tal, Vala (2009) identifica cinco operações essenciais à análise de conteúdo: a definição de objetivos e de um referencial teórico; a composição de um *corpus*; a determinação de categorias; o estabelecimento de unidades de análise; e, a quantificação. Poderemos acrescentar uma sexta operação: a formulação de inferências a partir dos resultados. As primeiras operações foram anteriormente apresentadas, restando explicar as três operações seguintes.

O *corpus* é codificado segundo regras específicas, que desencadeiam o seu “recorte, agregação e enumeração” (Bardin, 1977/2020, p. 129). Nesse sentido, são definidas categorias que agrupam um conjunto de segmentos de conteúdo, isto é, as unidades de registo (u.r.), de acordo com características que lhes são transversais, sob um nome genérico. (Bardin, 1977/2020). O processo de categorização inclui a catalogação e classificação de elementos isolados, no sentido de impor-lhes uma maior organização (Bardin, 1977/2020). Quanto à definição de categorias optou-se por utilizar um procedimento misto, que inclui a definição de categorias que surgem do quadro teórico subjacente à investigação e categorias que emergem do *corpus* (Pais, 2004).

As categorias devem obedecer a critérios de exclusão mútua (Bardin 1977/2020; Krippendorff, 2004), de exaustividade (Krippendorff, 2004) e de pertinência (Bardin, 1977/2020). O critério de exclusão mútua, ou exclusividade, impõe que as unidades de registo não podem integrar mais do que uma categoria (Bardin 1977/2020; Krippendorff, 2004); por sua vez, o critério da exaustividade estipula que todas as unidades de registo devem ser codificadas numa categoria, não podendo ser excluída qualquer delas por falta de

representatividade (Krippendorff, 2004); por último, o critério da pertinência refere-se à adequação aos objetivos e perguntas de investigação (Bardin, 1977/2020), pelo que se excluem os segmentos de texto que se afastam completamente do tema de investigação.

A análise de conteúdo visa “a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de receção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)” (Bardin, 1977/2020, p. 40), ou seja, como expõe a autora, a inferência permite a passagem da fase descritiva, com a enumeração das características do *corpus*, para a fase da interpretação, na qual se atribui significados a essas características. Parte-se de uma análise quantitativa que assenta na ideia de que “a importância da uma unidade de registo aumenta com a frequência de aparição” (Bardin, 1977/2020, p. 134).

Importa, por fim, esclarecer que foram salvaguardados os critérios de fiabilidade e validade. Tem-se que a fiabilidade da análise estabelece que “as diferentes partes de um mesmo material, ao qual se aplica a mesma grelha categorial, devem ser codificadas da mesma maneira, mesmo quando submetidas a várias análises” (Bardin, 1977/2020). Assim, para garantir este critério realizou-se uma análise intra e intercodificador, ou seja, a codificação do material pelo mesmo investigador em momentos temporais diferentes e a codificação do material por outro investigador, obtendo os mesmos resultados, como preconiza Krippendorff (2004). Quanto à validade, “diz-se que um instrumento é válido se medir aquilo que o seu utilizador diz que mede” (Krippendorff, 2004, p. 313), qualificando os seus resultados como verdadeiros.

## 5. Procedimento

Flick (2002/2005) afirma que uma forma de garantir a fiabilidade do processo de investigação é através do seu registo, mostrando-se imprescindível a explanação dos procedimentos efetuados. É a clareza e justificação dos procedimentos tomados na investigação que permite a reprodução do estudo por outros investigadores (Pais, 2004). Assim, já justificadas as opções metodológicas, importa descrever todo o caminho tomado.

Primeiramente, foi solicitada autorização para a realização de entrevistas a polícias e, ainda para acesso e utilização de documentação relativa à formação dos polícias, já citada na primeira parte da investigação (cf. Apêndices A, B, C e D). Concedidas as respetivas autorizações da Direção Nacional (cf. Anexo E), seguiu-se o procedimento formal para a seleção dos participantes no estudo, através de e-mail para o Núcleo de Formação do COMETLIS e do COMETPOR (cf. Apêndices F e G).

A Divisão de Investigação Criminal do COMETLIS indicou os 10 participantes provenientes das seis Esquadras de Investigação Criminal (EIC), cabendo à investigadora deste estudo a calendarização das entrevistas, que decorreram presencialmente nas instalações daquela Divisão em sala reservada para o efeito. Diferentemente, quanto aos participantes colocados no COMETPOR, a investigadora deslocou-se às instalações da 1ª EIC e foi questionando aos polícias presentes quanto à disponibilidade de participarem no estudo, tendo as entrevistas decorrido individualmente em sala específica.

Foi assegurado o carácter de voluntarismo dos participantes, sendo-lhes explicados o contexto e os objetivos da investigação e garantido o anonimato e confidencialidade da sua participação. Para tal, foi entregue e assinado um termo de consentimento informado (cf. Apêndice H) em cumprimento dos preceitos éticos subjacentes à investigação científica.

Após a obtenção do termo de consentimento informado, foram recolhidos dados demográficos tendentes à caracterização dos participantes, nomeadamente, a idade, o género, o tempo de efetividade na PSP e na IC e o número de processos distribuídos ao participante.

Todas as entrevistas principiaram com a mesma pergunta, a saber: Qual é o objetivo da entrevista policial? Depois, desenvolveram-se em torno dos temas seguintes:

1. compreensão e conceção da entrevista investigativa: neste tema visou-se explorar a perceção do polícia quanto ao objetivo da entrevista investigativa, a sua importância e estruturação;
2. trabalho pessoal relacionado com a condução das entrevistas: neste tema pretendeu-se explorar o repertório técnico do polícia;
3. condicionantes à condução da entrevista: neste tema procurou-se entender as condicionantes que obstaculizam à realização da entrevista e à concretização dos objetivos visados;
4. caracterização do investigador-entrevistador: neste tema vislumbrou-se identificar as características do investigador-entrevistador percecionadas como ideais; e
5. formação do investigador-entrevistador: neste tema pretendeu-se compreender e explorar a formação do polícia no âmbito da investigação criminal no geral, e especialmente, na temática das entrevistas policiais (cf. Apêndice I).

As entrevistas foram gravadas através do gravador de um telemóvel e tiveram uma duração total de 14 horas e 10 minutos ( $M = 42$  minutos e 30 segundos;  $DP = 13$  minutos e 59

segundos). Seguidamente, as entrevistas foram transcritas integralmente, com uma duração total de transcrição de 72 horas e 27 minutos ( $M= 3$  horas, 37 minutos e 21 segundos;  $DP = 1$  hora, 11 minutos e 50 segundos).

Finda a recolha dos dados, seguiu-se a construção da grelha categorial partindo do enquadramento teórico e dos objetivos da investigação, sendo definidas sete categorias, a saber: Categoria A – Caracterização da entrevista; Categoria B – Técnicas; Categoria C – Condicionantes pessoais; Categoria D – Condicionantes situacionais; Categoria E – Condicionantes relacionais; Categoria F – Investigador-entrevistador; e, Categoria G – Formação. Do *corpus* emergiu a Categoria H – Outras características, por necessidade de incluir características referentes ao Arguido/Suspeito (Subcategoria H.1.), à Testemunha/Lesado (Subcategoria H.2.) e à Sala da entrevista (Subcategoria H.3.), que descreviam estes três elementos, mas não eram passíveis de inclusão nas categorias previamente formuladas, como por exemplo, a referência à atitude colaborativa do arguido ou da testemunha, que não sendo uma condicionante pessoal, merecia uma categorização autónoma; bem como, a referência a características da sala da entrevista, que por si só não poderiam ser consideradas uma condicionante situacional. Definidas as categorias foram estabelecidas as regras de codificação respetivas, conforme Apêndice J.

Fixado o quadro categorial final (cf. Apêndice K) procedeu-se ao tratamento do *corpus*, com a codificação das unidades de registo, observando os critérios de fiabilidade e validade expostos. Como já referido, a investigadora replicou a codificação do *corpus* em dois momentos temporais distintos, obtendo os mesmos resultados, assegurando a fiabilidade intracodificador. O material foi ainda codificado por um segundo codificador experiente, que obteve os mesmos resultados, garantindo a fiabilidade intercodificador.

Após a codificação das u.r., procedeu-se à sua contabilização e cálculo das frequências das respetivas categorias e subcategorias, e consequente interpretação e análise dos resultados obtidos, os quais são seguidamente expostos.

## Capítulo III – Resultados e Discussão

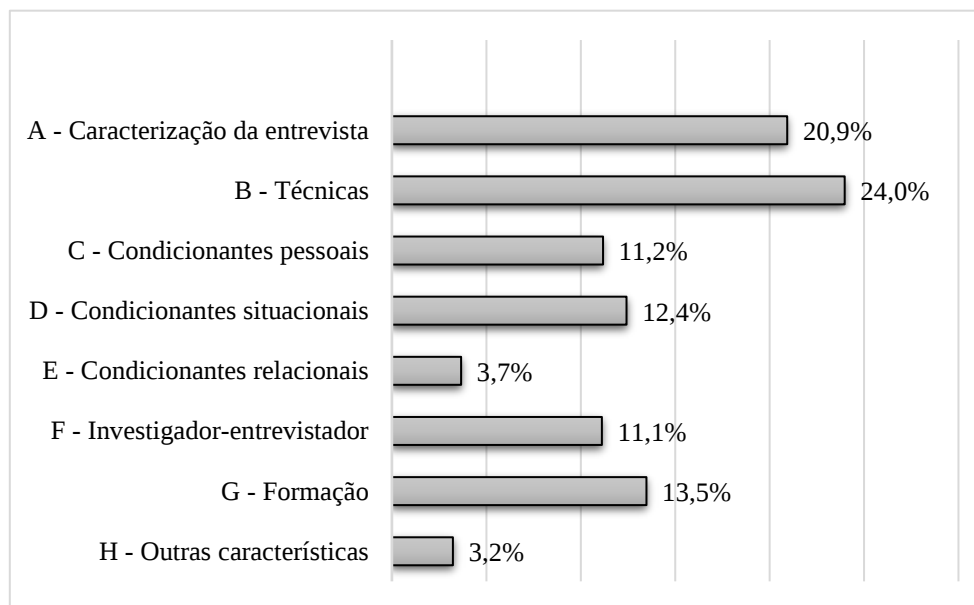
Neste capítulo são apresentados e discutidos os resultados obtidos, iniciando-se com a apresentação e discussão dos resultados das categorias e subcategorias de forma geral, analisando imediatamente de forma mais pormenorizada os resultados apurados nas categorias com maior representatividade. Num segundo estudo são apresentadas e analisadas as diferenças de resultados obtidos por Comando.

### 1. Apresentação e discussão genérica dos resultados

A contabilização das u.r. culminou num total de 1610 u.r. ( $M = 201,25$ ;  $DP = 109,70$ ), que se distribuem pelas oito categorias conforme Figura 1 (cf. Apêndice L para uma descrição mais detalhada).

**Figura 1**

*Distribuição das Frequências das u.r. por Categoria*



O discurso dos polícias incidu, predominantemente, nas técnicas de entrevista (Categoria B). Além das técnicas, a caracterização da entrevista (Categoria A) foi, também, um tema prevalente nas respostas dos participantes. Com menor incidência, comparativamente às temáticas já mencionadas, os polícias focaram a formação (Categoria G), as condicionantes situacionais (Categoria D), as condicionantes pessoais (Categoria C) e os temas relacionados com o próprio investigador-entrevistador (Categoria F).

No entanto, se tomarmos a temática das condicionantes como um todo, pode afirmar-se que o discurso dos polícias incide, sobretudo – em mais de um quarto das u.r. contabilizadas – nos fatores que podem condicionar a condução da entrevista aos níveis pessoal, situacional e relacional (Categorias C, D e E, respetivamente), deixando evidente a sua preocupação maior.

Face aos resultados expostos, pode dizer-se que os polícias, nas suas respostas, foram ao encontro dos objetivos específicos e questões de investigação enunciadas.

Colocando, agora, a ótica nos subtemas (as 33 subcategorias; cf. Apêndice M), afere-se que as condicionantes atinentes ao espaço parecem constituir as preocupações mais prevalentes, denotando maior apreensão face aos constrangimentos oferecidos pelo espaço, que são lidos enquanto fatores de perturbação da situação de entrevista. Os participantes enfatizaram, ainda, a importância da técnica de construção de *rappport* e da preparação da própria entrevista.

Seguidamente far-se-á uma apresentação mais pormenorizada dos resultados, com ilustrações das u.r..

## 2. Apresentação e discussão dos temas com maior incidência

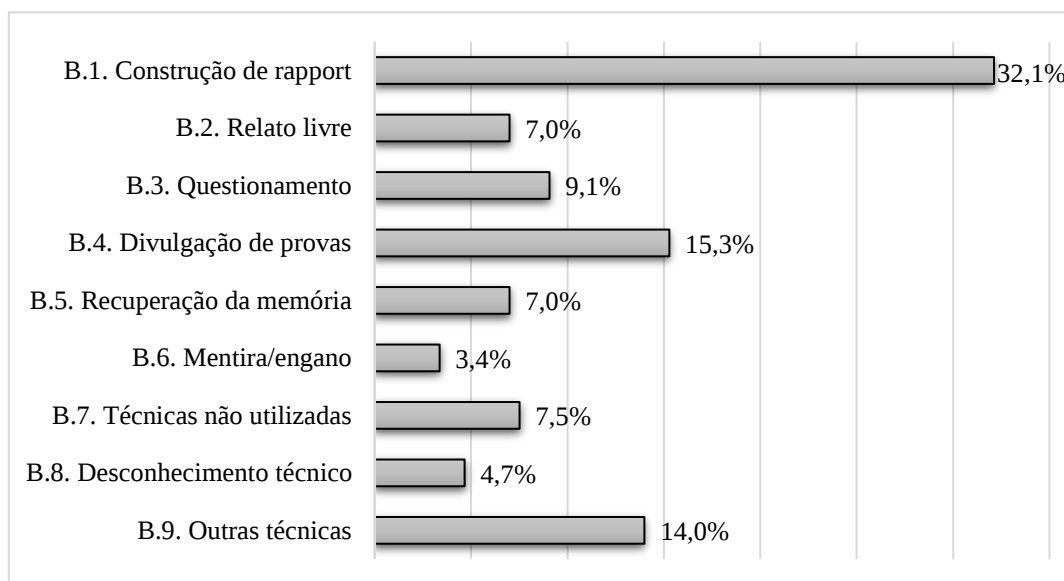
Como se viu, as técnicas de entrevista (Categoria B) surgem predominantes nas respostas dos polícias (Figura 1). Não obstante, esta incidência discursiva deve a sua expressão, sobretudo, à técnica “Construção de *rappport*” (subcategoria B.1.), que ocorre em aproximadamente um terço das u.r codificadas nesta categoria (cf. Figura 2). Este resultado claro da preponderância da técnica “construção de *rappport*” é indicador do uso ou da percepção do uso desta técnica e da sua importância no âmbito das entrevistas policiais (ex.: L01 – “eu tento que ele esteja mais à vontade e que veja em mim, não o inimigo, mas uma pessoa que está ali a fazer o papel dele, a ver se a gente consegue!”), o que vai ao encontro dos resultados obtidos por Dando et al. (2008) e Marques e Milne (2019). É um resultado igualmente animador, por se tratar de uma técnica aclamada na literatura como uma boa prática, que é eficaz na concretização dos objetivos da entrevista investigativa e respeitadora da pessoa do entrevistado, como concluíram Collins e Carthy (2019) e Vallano e Compo (2011).

Diga-se, entretanto, que os polícias nunca mencionaram esta expressão (construção de *rappport*), no entanto as suas palavras são demonstrativas de que é sobre esta técnica que estão a falar. Assim, analisando os indicadores relativos a esta subcategoria (cf. Apêndice K), ficou-se a saber que os participantes privilegiam, essencialmente, colocar o entrevistado confortável e à vontade, a criação de uma relação empática, a realização de pausas/fumar um cigarro, o encetar

de uma conversa informal e o estabelecimento da confiança mínima para que a entrevista seja bem-sucedida. O recurso a estes indicadores revela a utilização da estratégia preconizada, por exemplo, por Collins e Carthy (2019) e Tickle-Degnen e Rosenthal (1990) quando referem a importância do estabelecimento de uma relação positiva, facilitadora da entrevista. No entanto, apesar de se perceber que há este conhecimento e vontade dos polícias em estabelecer *rapport* com o entrevistado, o estudo não afere se estas estratégias são eficazmente implementadas.

## Figura 2

*Distribuição das Frequências das u.r. por Subcategorias da Categoria B*



*Nota.* As percentagens foram calculadas em relação ao total de u.r. codificadas na categoria B.

Ainda no que concerne à construção de *rapport*, importa destacar a sua importância, tanto com testemunhas ou vítimas como com os suspeitos ou arguidos (ex: P04 - “Se eu não ganho a confiança do suspeito, da testemunha e do defensor eu não consigo ir a lado nenhum”). Esta importância é fortalecida se se considerar que apenas foram identificadas duas u.r. no discurso dos participantes a indicarem o não estabelecimento de relação com o suspeito. Tal facto vai ao encontro do defendido por Vallano et al., (2015) e realça que a construção de uma relação positiva não deve ser exclusiva das testemunhas.

Outro resultado interessante, implícito no excerto anterior, é a construção de *rapport* com o advogado (ex: P04 - “A primeira conexão que eu faço sempre, nem é tanto com o suspeito ou com a testemunha, nem é tanto por aí, mas é estabelecer relação de conectividade com o próprio defensor”). Apesar de ser um resultado residual, que não havia sido equacionado nem

sequer analisado aquando do enquadramento teórico, pode indicar que quando o advogado está presente na entrevista, será igualmente vantajoso criar uma boa relação com ele, com benefícios, nomeadamente, no que concerne à própria colaboração do entrevistado.

Conforme a Figura 2, seguidamente, a técnica mais preponderante no discurso dos polícias é a “divulgação de provas” (Subcategoria B.4.), em relação à qual os participantes enfatizam a confrontação do entrevistado com as provas previamente recolhidas. Esta técnica é usada, por exemplo, para desfazer uma mentira contada pelo entrevistado, independentemente da sua posição processual. Apesar da prevalência da implementação desta técnica, o momento preferencial da sua aplicação não foi devidamente esclarecido. As respostas dos polícias alternaram entre a divulgação inicial, gradual e tardia, com maior preferência pela primeira. Esta aparente preferência pela confrontação com as provas numa fase inicial da entrevista poderá dever-se ao estipulado no art.º 141.º n.º 4 al. e) do CPP, que pode inclinar o investigador a confrontar de imediato o arguido com as provas (ex: L03 - “é obrigatório por lei, o arguido a primeira coisa que tem a saber é o que existe contra ele (...) sejam interceções telefónicas, vigilâncias (...)). A opção por uma estratégia de divulgação inicial das provas pode constituir uma fraqueza na obtenção de informação, como advoga Marlow (2013), pelo que, sempre que possível, dever-se-ia privilegiar uma estratégia de divulgação de provas gradual ou tardia, que no estudo em análise, perfazem em comunhão, tantas u.r. como a estratégia de divulgação inicial e são tidas pela literatura como mais eficazes (e.g. Dando et al., 2013; Walsh et al., 2015).

A técnica de divulgação de provas gradual ou tardia possibilita utilizar previamente a técnica do relato livre, que está igualmente associada à manutenção do *rapport* (Walsh et al., 2016). Neste estudo, a técnica “Relato livre” (Subcategoria B.2.) tem uma incidência de 27 u.r., manifestando-se pelo relato inicial do entrevistado da sua versão dos factos (ex: L04 – “Ele fala abertamente, eu não lhe digo que concordo ou discordo, deixo-o falar abertamente.”), o que permite dar mais relevo à importância e implementação pelos polícias da técnica “construção de *rapport*”.

A tipologia de questionamento (Subcategoria B.3.) surge como a terceira técnica com maior incidência nas respostas dos polícias e refere-se ao tipo de questões colocadas ao longo da entrevista. Os resultados obtidos indicam que a percepção dos participantes quanto ao uso de questões inclina-se para a utilização da estratégia de questionamento em funil (ex: P02 - “eu dou muito privilégio, numa fase inicial, em deixar a entrevista muito em aberto, depois ir aos

pormenores que interessam”), ou seja, o início do questionamento é feito com questões abertas, que vão estreitando e particularizando para apurar detalhes mais específicos que não foram obtidos através das questões abertas, como preconiza Matsumoto et al. (2015). Este resultado contraria os resultados obtidos por Santos (2006), que concluiu que os investigadores da PSP colocam inicialmente questões fechadas antes de colocarem questões abertas.

Foram, ainda, referenciadas a colocação das questões-chave da investigação (O quê? Onde? Quem? Como? Quando? Onde? e Porquê?), de perguntas fechadas, de perguntas abertas e de perguntas sugestivas, estas últimas com presença residual. Embora considerando que a frequência destes indicadores é baixa, atendendo aos resultados da técnica de questionamento como um todo, é possível inferir que os participantes colocam sobretudo questões apropriadas, à luz do postulado por Kelly e Valencia (2021) e afastando-se dos resultados obtidos por Launay et al. (2021).

A incidência discursiva nas técnicas “Construção de *rapport*”, o tipo de “Questionamento” e “Divulgação de provas” constitui 56% das técnicas mencionadas pelos polícias, o que é indicador de boas práticas, atendendo a que estas técnicas são assim consideradas na literatura e são transversais aos modelos de entrevista tidos como eficazes (Akca et al., 2021; Brandon et al., 2018; Leathy-Harland & Bull, 2017; Sivasubramaniam & Goodman-Delahunty, 2021; Walsh & Bull, 2015).

Importa mencionar que os polícias indicaram com frequência, um vasto conjunto de técnicas, não consideradas individualmente, mas dentro do mesmo chapéu (subcategoria B.9.). Destas, destacam-se a técnica “adequação da postura do investigador-entrevistador à postura ou características do entrevistado” (ex: P04 – “Se ele está com comportamento de guma eu vou ter um comportamento de guma (...) vou adotar o mesmo comportamento, as mesmas ações que ele tem”), a qual exige flexibilidade do polícia, que ao utilizar esta técnica tende a adequar a sua postura às características antagónicas ou agressivas de um suspeito, bem como às características de fragilidade e medo de uma vítima. E a técnica “análise da linguagem não-verbal” (ex: P03 – “analizando os gestos e a expressão corporal da pessoa, nós vamos tirando algumas ilações e algumas conclusões”), no sentido de identificar pistas de mentira nas expressões faciais, tiques e gestos do entrevistado. Quanto a esta última técnica, o investigador deve ter ainda mais atenção, pois uma má interpretação dos sinais é identificada como potenciadora de falsas confissões (Gudjonsson, 2021).

Releva ainda estabelecer algumas considerações sobre outros resultados, que embora menos prevalentes, merecem atenção. Primeiro no que concerne às técnicas de recuperação de memória (Subcategoria B.5.), a estratégia mais evidenciada foi o fornecimento de informação ao entrevistado para o ajudar a recordar-se (ex: P07 – “Muitas das vezes é dar-lhe tópicos, ajudar, digamos que pode ser quase como um *refresh* de memória”). Esta estratégia poderá condicionar o entrevistado a dar uma determinada resposta que não corresponda à realidade, entendendo-se que o seu uso, mesmo que bem-intencionado, não seja o mais adequado. Outras técnicas foram sugeridas, nomeadamente, a recuperação por categorias e o restabelecimento do contexto, componentes da ECM e EC, mas o número de u.r. é residual, o que é indicador da não aplicação da EC como um todo, o que corrobora os resultados obtidos por Marques e Milne (2019). Aliás, nenhum dos participantes mencionou a EC, contrariamente ao que seria exetável em face de ser um modelo de entrevista lecionado tanto no CFA como no CIC, contudo, a maioria dos participantes fez o CIC nos primeiros anos de implementação do curso o que, aliado à falta de implementação e atualização, pode implicar o seu esquecimento.

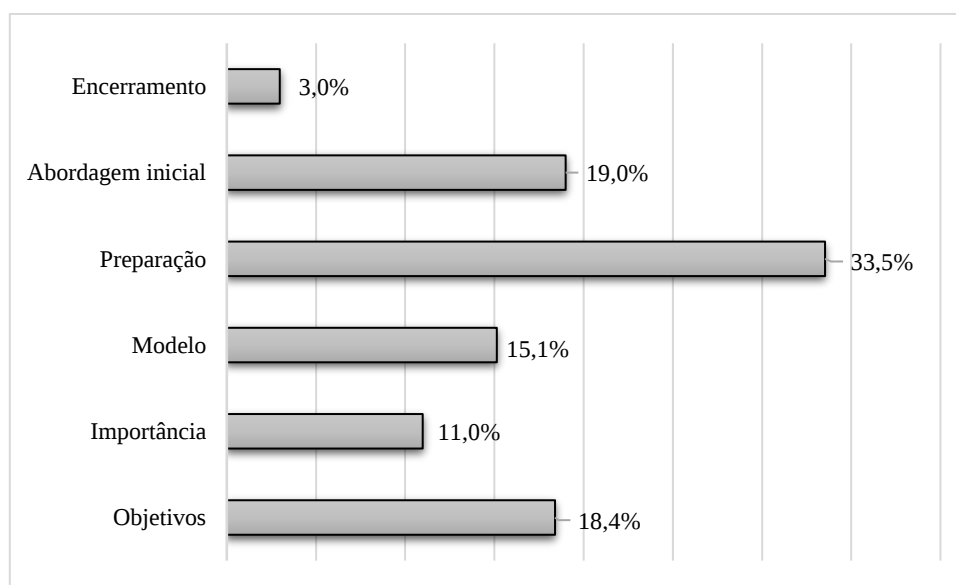
Segundo, quanto às técnicas não utilizadas (Subcategoria B.7.), apesar da pouca incidência (somente 29 u.r.), deve-se salientar o declínio do uso de abordagens agressivas, coercivas ou com recurso à ameaça, da colocação de perguntas sugestivas ou de promessas de vantagens, sugerindo alguma apreensão para o uso nefasto destas técnicas, que são consideradas fatores de risco para suscitar falsas confissões (Gudjonsson, 2021) ou falsos testemunhos acusatórios (Loney & Cutler, 2016). Todavia, o uso da mentira ou engano pelos participantes ainda faz parte do repertório técnico de alguns polícias (Subcategoria B.6.) (ex: L09 – “O arguido estando desprovido de advogado eu, efetivamente, utilizo muito *bluff*”) e, estando esta técnica também associada a falsas confissões (Gudjonsson, 2021; Kassin et al., 2009), é importante sensibilizar os investigadores-entrevistadores para os perigos da sua utilização.

Por último, destes resultados denota-se um manifesto desconhecimento técnico (Subcategoria B.8.), relativo ao qual os participantes ou não foram capazes de as especificar ou não se recordaram de técnicas concretas. Embora os participantes no seu discurso tenham focado técnicas, muitas vezes, sem se referirem a elas como tal, quando questionados sobre aquelas que utilizam, a resposta não era direta (ex: L08 - “isto sai naturalmente, não é uma coisa que tenha de estar a estudar, são coisas que saem naturalmente”; L03 - “Isto vai um bocadinho mais pela experiência do que propriamente uma técnica que eu tenha de implementar numa entrevista.”).

Segue-se a temática relativa à caracterização da entrevista (Categoria A) como a segunda com mais enfoque nas respostas dos polícias (cf. Figura 1). Neste âmbito, o discurso dos polícias incidiu, fundamentalmente, na preparação realizada pelo investigador-entrevistador para as entrevistas (Subcategoria A.4.; cf. Figura 3). Verificou-se que os polícias, geralmente, preparam-se para a entrevista; essa preparação é feita, principalmente, pela leitura e análise do processo; são definidas algumas questões que o investigador quer ver respondidas, tal como preconizado por Morgan et al., (2020); e, pode adequar-se mais ao processo e objetivos em concreto ou ao entrevistado. Estes resultados obtidos quanto à preparação são bons indicadores, uma vez que, como referem Walsh e Milne (2007), o sucesso da entrevista depende da sua preparação.

**Figura 3**

*Distribuição das Frequências das u.r. por Subcategoria da Categoria A*



*Nota:* As percentagens foram calculadas em relação ao total de u.r. codificadas na Categoria A.

Além da preparação, o discurso dos participantes salientou as estratégias tomadas inicialmente na entrevista (Subcategoria A.5.), nomeadamente a necessidade de facultar informação ao entrevistado, seja sobre os factos que lhe são imputados, seja sobre os seus direitos e deveres, dando cumprimento aos preceitos legais que assim o obrigam. É nesta primeira fase da entrevista que o investigador deve perguntar ao arguido se deseja prestar declarações e, também, como é uma fase inicial, pode ser utilizada para conhecer o entrevistado.

Dar informação ao entrevistado é tida na literatura como uma forma de estabelecer *rapport* (Morgan et al., 2020), constituindo-se esta como a fase escolhida para o seu estabelecimento.

Quanto aos objetivos da entrevista (Subcategoria A.1.), os polícias indicaram o apuramento da verdade e a obtenção de informação, como o objetivo último da entrevista. Aferindo-se, também, que a confissão não é um objetivo suficiente, uma vez que o arguido pode mentir ou não confessar em sede de julgamento, tornando necessário recolher informação útil durante a entrevista para granjear meios de prova ou até a recuperação dos objetos subtraídos (ex: L09 - “Porque só obter a confissão do furto de um objeto a mim não me serve de nada. Se eu tiver a apreensão, vale muito mais.”). Estes resultados vão ao encontro dos resultados obtidos por Sivasubramaniam e Goodman-Delahunty (2021) e Williamson (1993) e exprimem a mudança de paradigma que se perpetrou ao longo dos últimos 30 anos, retirando o foco da obtenção de uma confissão e direcionando-o para a recolha de informação válida. A verdade dos factos tanto pode significar que aquele suspeito é o autor do ilícito criminal, como pode corresponder à sua inocência. Considerando que uma entrevista orientada para a obtenção da confissão pode implicar a utilização de técnicas de persuasão que podem inquinar a validade da informação conseguida (Eastwood & Watkins, 2021), os resultados obtidos são bastante positivos e consentâneos com as boas práticas.

Quanto à relevância da entrevista a opinião dos participantes divide-se entre a igualdade de importância da entrevista a uma testemunha e da entrevista a um suspeito e da maior importância atribuída ao testemunho, devido ao dever de responder com a verdade que recai sobre a testemunha, o que leva alguns polícias a referirem que a entrevista ao suspeito não é essencial (ex: P03 – “embora se torne necessário o interrogatório, confrontar o indivíduo com os factos, principalmente para ele saber do que está a ser acusado, não é um meio de prova que seja crucial para a investigação de um processo”).

Os polícias mencionaram parcamente a fase do encerramento da entrevista (Subcategoria A.6.), embora ela seja considerada muito importante (Colomb et al., 2013; Paulo et al., 2013; Schollum, 2017). Os resultados obtidos refletem que os polícias negligenciam a sua execução, revelando pouca importância atribuída por eles, o que é coerente com os resultados de outros estudos (e.g. Clarke & Milne, 2001; Clarke et al., 2011; Howes, 2020; Walsh & Bull, 2010). Esta desconsideração pela fase final da entrevista poderá dever-se ao desconhecimento da sua importância, ou à pouca sensibilização para a manutenção da relação com o entrevistado após a

entrevista ou à eventual pressa em terminar a diligência, decorrente da carga processual a que esteja sujeito. Embora os dados recolhidos indiquem que a média de processos distribuídos é de 29 processos, este número não é claro, uma vez que há processos que têm apensados dezenas ou até centenas de inquéritos, o que os torna mais complexos e trabalhosos (ex: L02 - “O último processo que tivemos durou três anos, tinha 17 volumes e 50 e tal apensos”).

Por último, no que concerne à caracterização da entrevista, obteve-se que os participantes não utilizam um modelo padrão que sirva de base às entrevistas, enfatizando-se a necessidade da entrevista ser um instrumento flexível. Mais uma vez, seria expectável haver menção à EC, mas não houve qualquer alusão a esse modelo.

A formação (Categoria G) é a terceira temática com maior destaque no discurso dos polícias (cf. Figura 1), e inclui, quase homogeneamente, a aprendizagem formal, informal e as necessidades formativas (Subcategorias G.1., G.2. e G.3., respetivamente). Considerando somente a formação que contribuiu para o conhecimento na condução de entrevistas policiais, obteve-se que todos os participantes manifestaram ter o CIC, no entanto, essa formação foi feita posteriormente à entrada do polícia na investigação criminal, contrariamente ao que é feito atualmente. Isto implica que as primeiras entrevistas conduzidas pelos polícias não tiveram subjacentes os preceitos teóricos da entrevista policial, bem como originaram a necessidade de os polícias procurarem aprender por si, ou através dos colegas, como conduzir uma entrevista, aliás, como é patente nos resultados obtidos quanto à aprendizagem informal.

Além do CIC, houve referências à realização de atualizações, as designadas reciclagens, assim como alusões a outras formações não relacionadas com a entrevista. No entanto, tanto o CIC como as atualizações são formações genéricas de investigação criminal, destinando somente algumas horas ao ensino da entrevista policial. Quanto a formações específicas sobre as entrevistas, registaram-se apenas três u.r. relativas a técnicas de entrevista e interrogatório e só uma menção à realização do CEIIT. Seis participantes referiram não ter qualquer formação em entrevistas (14 u.r.), o que pode ser o resultado do reduzido número de horas contempladas na formação, aliadas ao elevado interregno entre as formações e a atualidade e o consequente esquecimento.

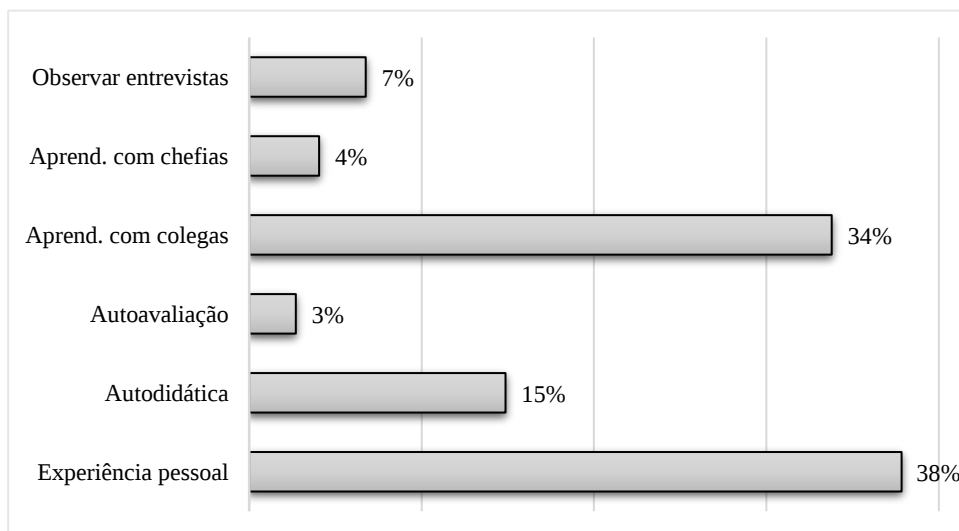
Estes resultados demonstram uma clara insuficiência formativa no que concerne à condução de entrevistas, que é reforçada pelas próprias referências dos participantes (17 u.r. para o indicador “A formação é insuficiente”, subcategoria H.3). Neste sentido, e como já

mentionado, a aprendizagem informal assume um papel fundamental na aquisição de conhecimento sobre técnicas de entrevista.

As principais estratégias de aprendizagem informal referidas pelos participantes são a experiência pessoal e a aprendizagem com os colegas (cf. Figura 4) que, cumulativamente, perfazem 72% das referências à aprendizagem informal, o que demonstra a sua preponderância para a formação dos polícias (ex: L08 – “Eu sei que em muitas situações de inquirições ou interrogatórios que eu tive, eu não fiz sempre as coisas corretas ou com a melhor forma. Eu fui aprendendo exatamente com isso (...) é com os erros que vamos aprendendo, é com os colegas mais velhos que vamos vendo e vamos falando.”). Com estes resultados, entende-se que o conhecimento dos participantes deve-se à sua experiência, ou seja, através da prática de entrevistas percebem o que é ou não é eficaz, no entanto, isto não significa que a percepção dos polícias corresponda à real eficácia das técnicas utilizadas, ou que as técnicas percebidas como eficazes sejam eticamente aprovadas. No mesmo sentido, a aprendizagem com os colegas é também um fator relevante na aquisição de competências, porém, desta forma podem estar a perpetuar-se comportamentos incorretos ou ineficazes. Apesar dos riscos inerentes à aprendizagem informal, o repertório técnico mencionado não é alarmante quanto a práticas incorretas ou pouco éticas, embora o desconhecimento técnico demonstrado adquira com estes resultados uma justificação mais plausível.

#### **Figura 4**

##### *Distribuição Percentual das Estratégias de Aprendizagem Informal*



*Nota:* As percentagens foram calculadas em relação ao total de u.r. da subcategoria G.2. (74 u.r.), por forma a evidenciar a prevalência das diferentes estratégias de aprendizagem informal veiculadas pelos participantes.

Os resultados expostos, *per si*, já são demonstrativos das necessidades formativas dos polícias, porém, os próprios participantes enfatizaram a insuficiência da formação (ex: P07 - “Eu entrei para a investigação em 2004 e fui fazer o curso em 2005, e foi quando aprendi as técnicas de interrogatório. De 2005 a 2022 já evoluiu bastante. Deram-me uma reciclagem e pouco mais do que isso”; L06 - “eu acho que o tempo que nós tivemos de formação não foi o suficiente”). Estas observações remetem para a obrigação da própria organização fornecer atualizações sistemáticas do conhecimento, por forma a que a investigação científica enforme e valide a praxis policial.

Os polícias realçam a necessidade de receber formação sobre técnicas de entrevista, como por exemplo, o CEIIT, (ex: P05 - “uma coisa que gostaria de fazer era precisamente o curso de entrevista e interrogatório (...) e até perceber não só como conduzir uma entrevista, mas no meio disso tudo perceber os sinais corporais que vêm do outro lado”), assim como outras formações com relevo para a função. Os resultados evidenciam que há uma consciência dos polícias quanto à falta de formação, não somente no que concerne às entrevistas, mas também, de outras formações técnicas no âmbito da investigação criminal.

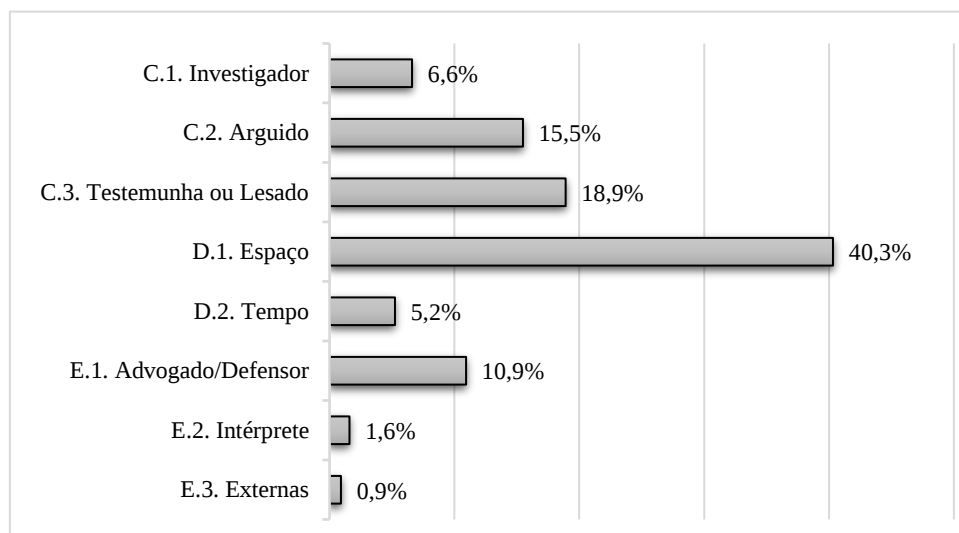
Na incidência discursiva dos polícias seguem-se as condicionantes situacionais e pessoais, contudo, para uma compreensão holística da percepção das condicionantes a que uma entrevista investigativa está sujeita, serão apresentados e analisados em bloco os resultados referentes às condicionantes pessoais, situacionais e relacionais (Categorias C, D e E respetivamente), que como já foi evidenciado, perfazem um quarto do total de u.r. registadas. A Figura 5 ilustra a distribuição das frequências das fontes de condicionalismos.

Se se entender cada barra da figura como um foco de condicionantes, é o espaço (Subcategoria D.1.) o mais dominante obstáculo à condução da entrevista. Os condicionalismos inerentes ao espaço que contribuem para esta elevada incidência são: (1) a presença de outras pessoas no local da entrevista; (2) as condições do espaço; (3) o ruído; e, (4) as condições informáticas. A presença de outras pessoas na sala e o ruído podem encontrar a sua razão de ser no facto de grande parte das entrevistas serem realizadas nos próprios gabinetes, os quais são na sua maioria partilhados. Estas condicionantes afetam a concentração tanto do entrevistado como do polícia (ex: P04 - “Já me aconteceu (...) a pessoa falou quatro ou cinco frases e eu escrevo e depois começo a escrever o que esta esta pessoa que estava aqui ao lado, estava a dizer ao colega”; P01 - “mas há pessoas que se sente que estariam mais confortáveis se estivessem

num espaço mais reservado e sem aquele barulho”). Estes resultados vão ao encontro das condicionantes situacionais apontadas por Fisher e Geiselman (1992) e Inácio e Ademar (2021).

### Figura 5

*Distribuição das Frequências das Subcategorias Integrantes das categorias C, D e E*



*Nota:* As percentagem foram calculadas em relação ao somatório de u.r. das três categorias, perfazendo um total de 439 u.r., permitindo estabelecer uma imagem comparativa da prevalência das fontes de condicionalismos identificadas no discurso dos polícias.

Além dos condicionalismos situacionais do espaço, os condicionalismos pessoais oferecidos pela testemunha ou lesado são os mais prevalentes. Neste âmbito, os obstáculos evidenciam-se, sobretudo, através da mentira, do medo, da memória e da não colaboração. Apesar de a testemunha estar obrigada a responder com a verdade, não significa que tudo o que a testemunha declare corresponda à verdade dos factos. A testemunha pode mentir para proteger outrem, ou a si própria (ex: L04 - “Eu quando vejo que a testemunha está a mentir à descarada, seja porque motivo for, por ser amigo íntimo, ou conhecido, ou tentar suavizar o que o suspeito comentou, por essas razões, ser amigo, ser familiar”); ou o lesado pode inventar ou agravar uma história para dela tirar proveitos (ex: L09 - “Muitas das vezes, estamos perante pessoas que participam crimes e os objetos não chegam a desaparecer, ou que, no meio de dois ou três objetos, elas incluem lá mais dois ou três”). O investigador-entrevistador deve socorrer-se de técnicas, nomeadamente, por recurso a outros meios de prova, para desconstruir a mentira. Nessas situações, uma testemunha ou um lesado, poderá vir a ser constituído arguido durante a entrevista (ex: P05 - “não é a primeira vez que um ofendido entra para aqui como ofendido e no

fim é constituído arguido por uma denúncia, não digo caluniosa, mas uma falsa denúncia, muitas vezes para efeitos à companhia de seguros”).

O medo que a testemunha ou o lesado sentem é outro obstáculo identificado pelos polícias. Este sentimento reflete-se no medo de incriminar alguém, no medo de ser alvo de represálias por parte do suspeito ou no medo de voltar a estar perante o ofensor. O estado psíquico da testemunha no momento da entrevista, seja por sentir medo seja pelo trauma ainda presente, tem repercussões no processo de recuperação da memória, consubstanciando condicionalismos pessoais como refere Sousa (2020). As condicionantes oferecidas pelo espaço podem, eventualmente, contribuir para potenciar estas dificuldades pessoais da testemunha/lesado.

Ainda no âmbito das condicionantes pessoais, o arguido surge como uma fonte potenciadora de obstáculos à entrevista, nomeadamente, devido ao próprio direito ao silêncio que lhe permite optar por não prestar declarações ou não responder a determinadas perguntas; à prerrogativa de mentir sem incorrer em crime, contrariamente ao que acontece com as testemunhas; e, o não ser colaborante. Estes três indicadores convergem, em sentido lato, na não colaboração do arguido, o que vai ao encontro do preconizado por Brunel et al. (2021).

Por último, segue-se como fonte de condicionantes, o advogado ou defensor (condicionante relacional), por constituir-se como um terceiro elemento que se interpõe à relação entre o investigador-entrevistador e o entrevistado. De acordo com as respostas dos participantes, este obstáculo manifesta-se através de indicadores como: a intromissão no ato, que é tida pelo investigador como inoportuna e contrária às normas; o controlo da legalidade da ação policial, que poderá interferir na escolha da abordagem e técnicas a utilizar pelo polícia; e, o aconselhar o arguido a não prestar declarações, que reforça a problemática da não colaboração do arguido, constituindo-se, o advogado, como “um entrave à descoberta da verdade” (P02).

Apesar da pouca expressividade (10 u.r.), é importante realçar que a inexperiência do investigador é o condicionalismo mais prevalente no que concerne ao investigador-entrevistador, e corrobora as observações de Akca et al. (2021). Considerando que os polícias aprendem como conduzir uma entrevista, principalmente, de forma informal com a experiência e com os colegas, é natural, que a inexperiência do polícia seja encarada como uma condicionante, por ser o momento em que o polícia está a aprender com os erros, e cuja confiança e à vontade na entrevista não estejam estabelecidos. Por outro lado, um resultado interessante, mas também pouco representativo, é a referência às práticas de entrevista de outros

tipos de crimes, o que evidencia que a abordagem durante a entrevista pode depender da tipologia criminal investigada (ex: P04 - “um colega que ‘teve anos e anos a trabalhar droga, tráfico de droga, e de repente veio para o património, a abordagem que ele faz às pessoas (...) é muito agressiva”; P06 - “eu estive na Droga, é uma vida totalmente diferente. O trato das entrevistas é totalmente diferente (...). Então aí é que a mentira reina, mas reina em todo o lado, reina na parte da polícia, reina na parte deles”). Este resultado permite dar relevância à opção do presente estudo em limitar a amostra a uma tipologia criminal, pelo que a replicação do estudo a uma amostra de polícias afetos a outra tipologia poderá ter resultados diversos.

Por fim, apesar de ser expectável que os polícias mencionassem como condicionantes relacionais o intérprete e o Ministério Público, uma vez que a literatura identifica como condicionantes a deturpação das técnicas utilizadas pelo polícia com a tradução realizada pelo intérprete (Heydon & Lai, 2013; Howes, 2020) e a pressão dos procuradores (Hanway & Akehurst, 2018), os resultados demonstram uma incidência residual destas duas condicionantes.

Quanto às temáticas focadas pelos polícias, resta analisar o investigador-entrevistador (Categoria F). Neste âmbito os polícias direcionaram o seu discurso para as características ideais que um polícia deve ter para conduzir eficientemente uma entrevista, revelando, porém, uma ausência de consenso quanto a essas características, sendo a característica mais incidente, *per si*, a preparação do investigador. Este resultado vai ao encontro da preponderância que a preparação tem no discurso dos polícias, conferindo-lhe maior relevo.

No que concerne a esta temática, releva mencionar que os polícias referem de forma prevalente, que se sentem bem ou à vontade a conduzir uma entrevista (Subcategoria F.1.). Ainda, importa referir que, embora haja uma procura de apoio nas chefias (Subcategoria F.3.), não é claro que esta procura seja referente à condução das entrevistas, pelo contrário, algumas referências vão no sentido da desnecessidade do apoio das chefias neste âmbito (7 u.r.). Por outro lado, quando este apoio tem lugar, ocorre, preferencialmente, antes da entrevista, nomeadamente, para aferir que questões colocar ou como abordar um determinado assunto. A incidência destes resultados tende a desconsiderar a importância que a supervisão e o *feedback* têm para a prestação do polícia (Clarke, 2005; Clarke & Milne, 2001), por outro lado, é necessário que quem tem o papel de supervisionar tenha conhecimentos para o fazer eficientemente, no entanto, esta investigação, ao não se debruçar sobre aqueles que têm essa função, não pode tecer considerações sobre a eficiência dessa supervisão na ótica do saber-fazer.

**Figura 6**

*A Entrevista Investigativa dos Investigadores da PSP*



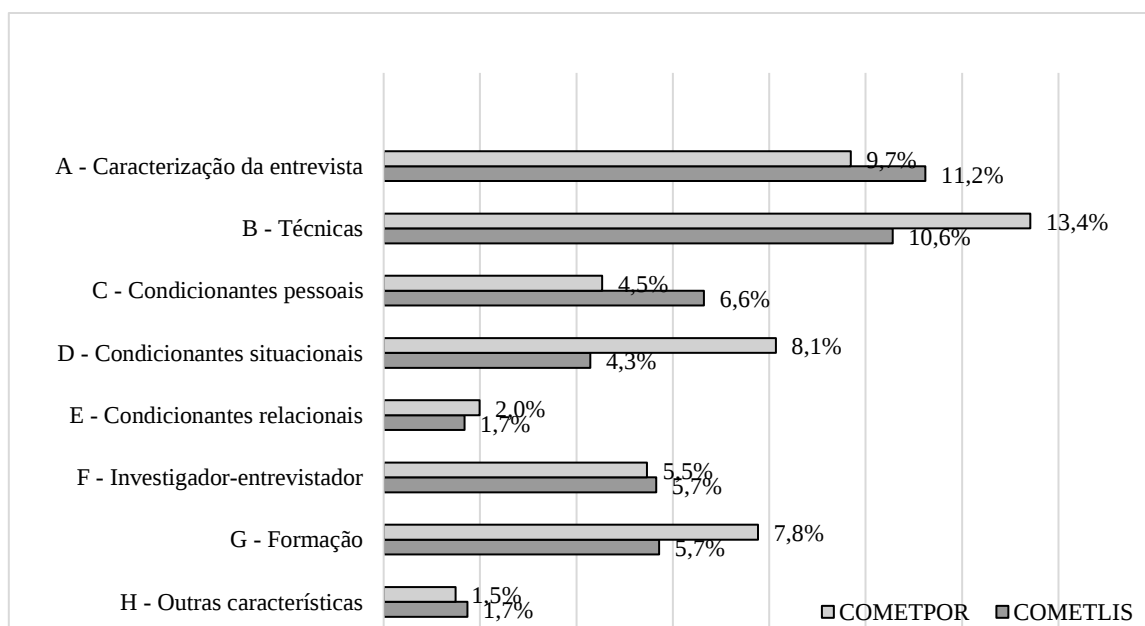
A Figura 6 representa e sumariza as temáticas mais preponderantes no discurso dos polícias, conforme discutidas anteriormente. Importa, de seguida, perceber se há distinções se analisarmos separadamente os resultados por Comando de polícia.

### 3. Apresentação e discussão das diferenças entre Comandos

Focando a análise nos resultados obtidos por Comando policial de origem dos participantes, as temáticas mais prevalentes no discurso das duas amostras apresentam diferenças, conforme representa a Figura 7 (cf. Apêndice N para uma descrição mais detalhada).

**Figura 7**

*Distribuição da Frequência das u.r. por Categorias e por Comando Policial*

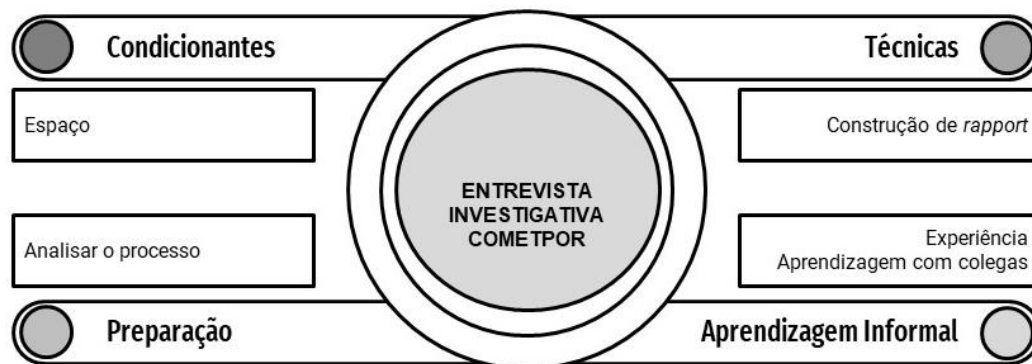


A amostra do COMETPOR no seu discurso atribui maior destaque à temática das técnicas de entrevista (Categoria B), aliás, é o tema mais prevalente se considerarmos todos os temas abordados individualmente pelas duas amostras de participantes. Por sua vez, a temática mais incidente nas respostas dos participantes do COMETLIS é a caracterização da entrevista (Categoria A), no entanto, é imediatamente seguida pelo tema referente às técnicas. Já os participantes do COMETPOR abordam em segundo lugar a temática da caracterização das entrevistas. A temática das condicionantes aparece como a terceira mais prevalente no discurso das duas amostras, mas enquanto a amostra do COMETLIS enfatiza as condicionantes pessoais (Categoria C), a amostra do COMETPOR destaca as condicionantes situacionais (Categoria D). Não obstante esta diferença, as condicionantes oferecidas pelo espaço (Subcategoria D.1.) são as mais prevalentes no discurso de ambas as amostras, sendo bem mais incidente na amostra do COMETPOR (111 u.r. para 66 u.r. do COMETLIS). Este resultado pode dever-se ao facto de os participantes do COMETPOR serem oriundos da mesma EIC, enquanto os participantes do COMETLIS provirem de seis esquadras distintas, devido a organizações distintas dos Comandos.

Quanto aos subtemas individualmente considerados, apesar de haver concordância quanto à prevalência do espaço, a amostra do COMETPOR foca de seguida a construção de *rapport* e a preparação, por sua vez, a amostra do COMETLIS enfatiza a preparação e as condicionantes pessoais oferecidas pela testemunha/lesado. No entanto, os polícias do COMETLIS referem de forma quase homogénea estes três subtemas (espaço, preparação e condicionantes originadas pela testemunha/lesado) contrariamente ao verificado na outra amostra.

**Figura 8**

*A Entrevista Investigativa dos Investigadores do COMETPOR*



Os resultados demonstram que os temas mais prevalentes na amostra do COMETPOR acompanham os resultados gerais, residindo a diferença entre amostras na preponderância atribuída pelos participantes do COMETLIS à caracterização da entrevista. Estas oscilações de resultados podem dever-se à diferença de u.r. totais obtidas em cada amostra, correspondendo à amostra do COMETPOR 52,5% do somatório das u.r. obtidas.

As Figuras 8 e 9 ilustram os temas prevalentes nas respostas dos polícias do COMETPOR e do COMETLIS respetivamente, realçando as diferenças expostas.

**Figura 9**

*A Entrevista Investigativa dos Investigadores do COMETLIS*



## Conclusão

Com base no princípio de que a atividade policial deve assentar naquilo que a ciência identifica como boas práticas, balizadas por aquilo que está estipulado na lei, surgiu a necessidade de conhecer as práticas de entrevista policial, dos investigadores da PSP, em contexto formal. Só este conhecimento permite consolidar e generalizar as boas práticas e identificar e alterar aquelas que podem ter resultados nefastos para as pessoas e para a investigação. Para tal, optou-se pela aplicação de um método qualitativo, exploratório e descritivo que permitiu aceder às perceções, preocupações e práticas dos polícias de investigação criminal em funções no COMETLIS e no COMETPOR.

Como se pôde verificar, o discurso dos polícias entrevistados destacou as condicionantes à entrevista, no seu conjunto, ou seja, condicionantes pessoais, situacionais e relacionais, em particular o efeito condicionante do espaço onde decorre a entrevista; as técnicas de entrevista, particularmente a técnica de “construção de *rapport*”; a caracterização da entrevista, com ênfase na fase preparatória da entrevista; e, a formação. Assim, os resultados alcançados respondem às questões de investigação enunciadas.

Esta investigação não está livre de limitações, remetendo-se a limitação ao facto de o estudo basear-se exclusivamente na perceção dos polícias quanto às suas práticas, podendo a perceção não corresponder à realidade, pelo que seria interessante realizar observações às entrevistas, à semelhança do que foi feito por Santos (2006), mas sem restringir a observação à verificação de um modelo de entrevista em particular, com o objetivo de perceber efetivamente o que é feito, desde o primeiro contacto entre os intervenientes e o final da entrevista.

Face aos resultados obtidos recomenda-se a criação de manuais de procedimentos atualizados com as boas práticas de entrevista investigativa, incluindo a estrutura da entrevista, os pontos-chave a alcançar em cada fase e uma listagem de técnicas, expondo os seus objetivos e formas apropriadas de execução. Esse manual não deve ser rígido nem taxativo, mas constituir uma ferramenta de auxílio aos investigadores, ou seja, uma espécie de *checklist* para utilizar de forma flexível, dentro da autonomia técnica e tática conferidas aos polícias. Existe já na literatura a proposta de guiões flexíveis adaptados ao contexto português, nomeadamente, de Santos (2006) e de Paulo et al. (2014), que deveriam ser tidos como exemplos na elaboração do manual de procedimentos. De qualquer modo, este manual teria que sofrer sistemáticas atualizações, acompanhando os resultados da investigação produzida aquém e além-fronteiras.

É manifesta a falta de formação e domínio técnico dos investigadores, portanto, sugere-se o investimento em formação específica, ou a realização faseada do CEIIT por todos os elementos da investigação, tanto para os investigadores como para os polícias com função de supervisão. Contudo, essa formação deve ser atualizada e assentar nas boas práticas, devendo mostrar também aos investigadores os malefícios das más práticas de entrevista, nomeadamente uma falsa confissão, ou uma falsa acusação. Adicionalmente, a formação deverá ser atrativa e contemplar exercícios práticos, nomeadamente através da realização de *role playings*. Deve-se, igualmente, divulgar as formações de forma positiva, como uma oportunidade de crescimento e enriquecimento, para evitar opiniões como a seguinte: “Na PSP a formação é escassa e, quando há, nós levamos isso como um castigo” (P02). Acresce, ainda, a importância de uma formação diferenciada dos supervisores, como defendem Muniroh e Heydon (2021).

Após a formação é fundamental avaliar a implementação prática dos conteúdos aprendidos, por forma a contribuir para a sua concretização e consolidação, e para aferir das necessidades de refrescamento de conhecimento. Assim, deve estabelecer-se um período de avaliação e *follow-up*, nomeadamente através do papel de supervisão dos superiores hierárquicos. Por exemplo, sendo a EC um modelo de entrevista ministrado pela PSP, a ausência de menção a este modelo enfatiza a imprescindibilidade da supervisão e de um acompanhamento após os cursos. Nesse sentido, é importante a criação de mecanismos de avaliação e supervisão, garantidos por polícias capacitados para o efeito, como por exemplo, numa primeira fase após o curso e depois periodicamente. Após a observação da entrevista deve realizar-se um momento de *debriefing*, discutindo-se as potencialidades e fragilidades verificadas na entrevista, constituindo-se como um momento de atualização e validação de práticas.

O espaço onde decorre a entrevista é considerado uma condicionante relevante, podendo contribuir para a perda de informação ou obtenção de informação errónea, pelo que é fundamental a criação de salas específicas para a sua realização, com equipamento informático adequado, que observem o preconizado pela literatura, nomeadamente, ser um espaço amplo, sem objetos distrativos, sem a presença de outras pessoas e de fontes de ruído. Caso os edifícios policiais não possibilitem a afetação de um espaço a essa função específica, então dever-se-á estabelecer uma estratégia de calendarização de entrevistas que evite a ocorrência de duas entrevistas simultâneas no mesmo espaço, que é também a sala de trabalho de mais polícias; e,

sensibilizar os polícias para os condicionalismos do ruído na atenção e comunicação dos intervenientes e a consequente adoção de comportamentos menos ruidosos.

Foram levantadas várias questões que podem ser objeto de investigações futuras e que são seguidamente explicadas.

A inexperiência do investigador foi apontada como uma condicionante à condução da entrevista e consequente obtenção de resultados (ex.: L10 - “No início, nas primeiras entrevistas, estava um bocado nervoso. Uma pessoa não estava habituada a lidar diretamente com a pessoa, seja ela vítima ou arguido.”; L02 - “Então pediu a um colega para fazer as inquirições. Isto não vai dar, não vai dar. Ele não tem experiência, não tem jogo de cintura, isto não vai dar! E não deu.”; e, P01 - “Há gente nova que, perdendo na parte da experiência, pela calma, pela sensatez, pela ponderação, o pessoal mais novo perdendo nisso, pode ganhar por pertencer a uma faixa etária na qual está incluído aquele leque de pessoas a entrevistar.”). Atendendo a que esta investigação visou uma amostra de polícias muito experientes, que aprendeu a conduzir uma entrevista essencialmente pela experiência, seria interessante aplicar o estudo a uma amostra de investigadores pouco experientes.

As práticas de entrevista podem variar consoante a tipologia criminal investigada, como se viu nos excertos já enunciados, nesse sentido, seria interessante identificar essas diferenças, aplicando esta investigação a investigadores de outras tipologias criminais, nomeadamente, droga ou crimes contra as pessoas.

Os participantes apontaram a existência de diferenças entre a entrevista realizada em contexto formal e as entrevistas feitas pelos investigadores em contexto informal, nomeadamente as entrevistas de rua (ex.: L02 - “Isto [promessas de vantagens] pode existir, este tipo de abordagem pode existir, mas é num contexto informal. Num contexto formal isto não pode.”; e, P03 - “A recolha de informação junto de vizinhos, junto de eventuais testemunhas que possam ter visto alguma coisa, algo de suspeito. Isso também é fundamental (...) as nossas entrevistas, no local, junto das pessoas.”). Assim, seria importante estudar as práticas de entrevista em contexto informal.

Considerando que a supervisão assume um papel importante na aquisição de competências de entrevista (Chung et al., 2021; Clarke, 2005; Clarke et al., 2011; Milne et al., 2019; Muniroh & Heydon, 2021), entende-se pertinente a replicação desta investigação a uma amostra de

Chefes e/ou Oficiais, pois estando eles no papel de supervisor, é necessário perceber qual é o seu domínio técnico e conhecimento da temática.

Sabe-se que aos polícias são ministradas técnicas de entrevista, mais concretamente, o modelo da EC no CFA. No entanto, qual é o domínio técnico dos *first responders*? São os patrulheiros que primeiramente chegam ao local do crime, e que escutam em primeira mão os intervenientes. As informações obtidas nesse momento são fundamentais, uma vez que o evento ainda é recente e não há o processo de contaminação (Dalton & Milne, 2022). Dada a relevância das primeiras informações recolhidas no local, o conhecimento sobre as práticas de entrevista implementadas por estes polícias é imprescindível para o desenvolvimento de formações e de diretrizes práticas, e constitui-se uma problemática apontada por Dalton e Milne (2022), Fisher e Geiselman (1992), Milne et al. (2019) e Milne e Bull (2016), sugere-se o estudo e comparação das práticas de entrevista dos *first responders*.

## Referências

- Adam, L., & Golde, C. (2020). Police practice and false confessions: A search for the implementation of investigative interviewing in Australia. *Alternative Law Journal*, 45(1), 52-59. <https://doi.org/10.1177/1037969X19874415>
- Acker, B. B. V., Parmentier, D. D., Vlerick, P., & Saldien, J. (2018). Understanding mental workload: From a clarifying concept analysis towards an implementable framework. *Cognition Technology & Work*, 20(3), 351-365. <https://doi.org/10.1007/s10111-018-0481-3>
- Akca, D., & Eastwood, J. (2021). The impact of individual differences on investigative interviewing performance: A test of the police interviewing competencies inventory and the five factor model. *Police Practice and Research*, 22(1), 1027-1045. <https://doi.org/10.1080/15614263.2019.1644177>
- Akca, D., Larivière, C. D., & Eastwood, J. (2021). Assessing the efficacy of investigative interviewing training courses: A systematic review. *Police Science & Management*, 23(1), 73-84. <https://doi.org/10.1177/14613557211008470>
- Alison, L., Giles, S., & McGuire, G. (2015). Blood from a stone: Why rapport works and torture doesn't in 'enhanced' interrogations [Special issue]. *Investigative Interviewing: Research and Practice*, 7(2), 5-23. <http://www.iiirg.org/journal>
- Anjos, P. (2019/2020). *Saber efetuar a gestão do local do crime*. Escola Prática de Polícia.
- Antunes, M. J. (2019). *Direito processual penal* (2ª ed.). Almedina.
- Baker-Eck, B., Bull, R., & Walsh, D. (2020). Investigative empathy: A strength scale of empathy based on European police perspectives. *Psychiatry, Psychology and Law*, 27(3), 1-16. <https://doi.org/10.1080/13218719.2020.1751333>
- Baker-Eck, B., Bull, R., & Walsh, D. (2021). Investigative empathy: Five types of cognitive empathy in a field study of investigative interviews with suspects of sexual offences. *Investigative Interviewing: Research and Practice*, 11(1), 28-39. <http://www.iiirg.org/journal>
- Bardin, L. (1977/2020). *Análise de conteúdo* (L. A. Reto & A. Pinheiro, Trad.; 5.ª ed.). Edições 70. (Trabalho original publicado em 1977).
- Barron, W. T. (2017). *The PEACE model of investigative interviewing: A comparison of trained and untrained suspect interviewers* [Dissertação de mestrado, não publicada]. Memorial University of Newfoundland, Memorial University Libraries. <https://research.library.mun.ca/12911/1/thesis.pdf>
- Bastos, F. (2019). O ser e o dever ser na prova testemunhal. *Data Venia*, 7(10), 5-48. [https://datavenia.pt/ficheiros/edicao10/datavenia10\\_p005\\_048.pdf](https://datavenia.pt/ficheiros/edicao10/datavenia10_p005_048.pdf)

- Beek, M., & Hoekendijk, J. (2015). The interview table: A toolbox-approach for suspect interviewing. *Investigative Interviewing Research and Practice*, 7(1), 10-20. <https://iiirg.org/wp-content/uploads/2021/02/II-RP-Volume-7-Issue-1-van-Beek-Hoekendijk.pdf>
- Birchall, J. (2014). Qualitative inquiry as a method to extract personal narratives: Approach to research into organizational climate change mitigation. *The Qualitative Report*, 75, 1-18. <http://www.nova.edu/ssss/QR/QR19/birchall75.pdf>
- Brandon, S. E., Wells, S., & Seale, C. (2018). Science-based interviewing: Information elicitation. *Journal of Investigative Psychology and Offender Profiling*, 15, 133-148. <https://doi.org/10.1002/jip.1496>
- Braz, J. (2017). *Investigação criminal: A organização, o método e a prova – os desafios da nova criminalidade* (3ª ed.). Almedina.
- Braz, J. (2021). *Ciência, tecnologia e investigação criminal: Interdependências e limites num estado de direito democrático* (2ª ed.). Almedina.
- Brunel, M., Launay, C., Hermant, M., & Py, J. (2021). Perception of acceptability and usability of a modified cognitive interview in the evaluation of police training in France. *Journal of Police and Criminal Psychology*. <https://doi.org/10.1007/s11896-020-09416-9>
- Brunel, M., Py, J., & Launay, C. (2013). Cost and benefit of a new instruction for the cognitive interview: The open depth instruction. *Psychology Crime and Law*, 19, 845-863. <https://doi.org/10.1080/1068316X.2012.684058>
- Bull, R. (2013). What is ‘believed’ or actually ‘known’ about characteristics that may contribute to being a good/effective interviewer? *Investigative Interviewing: Research and Practice*, 5(2), 128-143. <https://iiirg.org/wp-content/uploads/2021/02/II-RP-Volume-5-Issue-2-Bull.pdf>
- Bull, R., Paulo, R., & Albuquerque, P. (2019). The impact of the cognitive interview in the UK and recent research in Portugal. In J. J. Dickinson, N. S. Compo, R. N. Carol, B. L. Schwartz, & M. R. McCauley (Eds.), *Evidence-based investigative interviewing: Applying cognitive principles* (pp. 29-41). Routledge.
- Cardoso, R. (2021). Enquadramento legal da prova testemunhal. In L. Alho, & M. Paulino (Coords.), *Psicologia do testemunho: Da prática à investigação científica* (pp. 161-179). PACTOR.
- Carmo, H. (2021). A metodologia como dispositivo de orientação para a investigação. *Politeia*, 18, 13-41.
- Cederborg, A., Lindholm, T., Lamb, M. E., & Norrman, E. (2021). Evaluating the quality of investigative interviews. *Investigative Interviewing Research & Practice*, 11(1), 40-52. <https://iiirg.org/resources/journal/>

- Chen, A. (2021). The ineffectiveness of the Reid Technique in law enforcement interrogations and how a non-accusatory model of interview can be applied in law enforcement interviews in the United States. *Honors College Theses*, 321. [https://digitalcommons.pace.edu/honorscollege\\_theses/321](https://digitalcommons.pace.edu/honorscollege_theses/321)
- Chung, K. L., Ng, M., & Ding, I. L. (2021). Investigative interviews with suspects and witnesses: A survey of perception and interview practices among Malaysian police. *Journal of Police and Criminal Psychology*. <https://doi.org/10.1007/s11896-020-09418-7>
- Clarke, C. (2005). *A national evaluation of PEACE investigative interviewing* [Tese de Doutoramento, Institute of Criminal Justice Studies]. [https://pure.port.ac.uk/ws/portalfiles/portal/20380211/Colin\\_Clarke.pdf](https://pure.port.ac.uk/ws/portalfiles/portal/20380211/Colin_Clarke.pdf)
- Clarke, C., & Milne, R. (2001). National evaluation of the PEACE investigative interviewing course. Home Office. [https://www.researchgate.net/publication/263127370\\_National\\_Evaluation\\_of\\_the\\_PEACE\\_Investigative\\_Interviewing\\_Cours](https://www.researchgate.net/publication/263127370_National_Evaluation_of_the_PEACE_Investigative_Interviewing_Cours)
- Clarke, C., Milne, R., & Bull, R. (2011). Interviewing suspects of crime: The impact of PEACE training, supervision and the presence of a legal advisor. *Journal of Investigative Psychology and Offender Profiling*, 8, 149-162. <https://doi.org/10.1002/jip.144>
- Clemens, F. (2013). *Detecting lies about past and future actions: The strategic use of evidence (SUE) technique and suspects' strategies* [Tese de Doutoramento, University of Gothenburg]. [https://gupea.ub.gu.se/bitstream/2077/32705/1/gupea\\_2077\\_32705\\_1.pdf](https://gupea.ub.gu.se/bitstream/2077/32705/1/gupea_2077_32705_1.pdf)
- Clemente, P. (2016). *Ética policial – Notas breves*. ISCPSI.
- Collins, K., & Carthy, N. (2019). No rapport, no comment: The relationship between rapport and communication during investigative interviews with suspects. *Journal of Investigative Psychology and Offender Profiling*, 16, 18-31. <https://doi.org/10.1002/jip.1517>
- Colomb, C., Ginet, M., Wright, D., Demarchi, S., & Sadler, C. (2013). Back to the real: efficacy and perception of a modified cognitive interview in the field. *Applied Cognitive Psychology*, 27, 574-583. <https://doi.org/10.1002/acp.2942>
- Constituição da República Portuguesa. *Diário da República* n.º 86/1976, 1.ª Série.
- Costa, C., & Pereira, M. (2021). Técnicas de entrevista e de interrogatório. In L. Alho, & M. Paulino (Coords.), *Psicologia do testemunho: Da prática à investigação científica* (pp. 181-198). PACTOR.
- Cullen, H. J., Adam, L., Golde, C. (2021). Evidence-based policing in Australia: An examination of the appropriateness and transparency of line-up identification and investigative interviewing practices. *International Journal of Police Science & Management*, 23(1), 85-98. <https://doi.org/10.1177/14613557211004618>

- Dalton, G. & Milne, R. (2022). Investigative interviewing: Exploring the contamination timeline of witness memory. In P.B. Marques & M. Paulino (Eds.), *Police psychology: New trends in forensic psychological science* (pp. 337-356). Academic Press.
- Dando, C., Wilcock, R., & Milne, R. (2008). The cognitive interview: Inexperienced police officers' perceptions of their witness/victim interviewing practices. *Legal and Criminological Psychology*, 13, 59-70. <https://doi.org/10.1348/135532506X162498>
- Dando, C. J., Bull, R., Ormerod, T. C., & Sandham, A. L. (2013). Helping to sort the liars from the truth-tellers: The gradual revelation of information during investigative interviews. *Legal and Criminological Psychology*. [https://www.researchgate.net/publication/236983062\\_Helping\\_to\\_sort\\_the\\_liars\\_from\\_the\\_truthtellers\\_The\\_gradual\\_revelation\\_of\\_information\\_during\\_investigative\\_interviews](https://www.researchgate.net/publication/236983062_Helping_to_sort_the_liars_from_the_truthtellers_The_gradual_revelation_of_information_during_investigative_interviews)
- Dawson, E., Hartwig, M., Brimbal, L., & Denisenkov, P. (2017). A room with a view: Setting influences information disclosure in investigative interviews. *Law and Human Behavior*, 41(4), 333-343. <https://doi.org/10.1037/lhb0000244>
- Decreto-Lei n.º 78/87, de 17 de fevereiro. *Diário da República*, N.º 40/1987 – 1.ª Série.
- Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de março. *Diário da República*, N.º 63/1995 – 1.ª – A Série.
- Decreto-Lei n.º 243/2015, de 19 de outubro. *Diário da República*, N.º 204/2015 – A.ª Série.
- DIC (s/d). *Curso de Investigação Criminal: Conteúdos programáticos*. DNPSP.
- DIC (2014). *Curso de entrevista e interrogatório e intervenção em tribunal: Programa*. DNPSP.
- Duhamel, F., & Fortin, M. (1999). Os estudos do tipo descritivo. In M. Fortin (Ed.), *O processo de investigação: Da concepção à realização* (N. Salgueiro, Trans.) (161-172). Lusociência.
- Eastwood, J., & Watkins, K. (2021). Psychological persuasion in suspect interviews: Reid, PEACE, and Pathways forward. *Investigative Interviewing Research & Practice*, 11(1), 54-63. <https://iirg.org/wp-content/uploads/2021/04/iII-RP-Journal-Vol-11-Issue-1-April-2021.pdf>
- Eisenberg, P. (2019). The cognitive interview and enhanced cognitive interview in financial forensics and investigations. *Journal of Contemporary Research in Social Sciences*, 1(2), 55-64.
- Elias, L. (2018). *Ciências policiais e segurança interna: Desafios e prospetiva*. ISCPSI.
- Ferraro, E. F. (2015). *Investigative interviewing: Psychology, method, and practice*. CRC Press.
- Fisher, R. P., & Geiselman, R. E. (1992). *Memory-enhancing techniques for investigative interviewing: The cognitive interviewing*. Charles C Thomas Publisher.

- Fisher, R. P., & Geiselman, R. E. (2010). The cognitive interview method of conducting police interviews: Eliciting extensive information and promoting therapeutic jurisprudence. *International Journal of Law and Psychiatry*, 33, 321-328. <https://doi.org/10.1016/j.ijlp.2010.09.004>
- Fisher, R. P., Geiselman, R. E., & Amador, M. (1989). Field test of the cognitive interview: enhancing the recollection of actual victims and witnesses of crime. *Journal of Applied Psychology*, 74(5), 722-727.
- Flick, U. (2005). *Métodos qualitativos na investigação científica* (A. M. Parreira, Trans.). Monitor. (Original work published 2002).
- Florêncio, P. F. F. (2008). *Confissões e falsas confissões: A perspetiva do investigador* [Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Psicologia Aplicada]. <https://repositorio.ispa.pt/handle/10400.12/4918>
- Forensic Interview Solutions. (n.d.). P.E.A.C.E. *A different approach to investigative interview*. <https://www.fis-international.com/assets/Uploads/resources/PEACE-A-Different-Approach.pdf>
- Funicelli, M., & Laurence, J. (2017). Personality factors, interview competencies and communicative suspiciousness of canadian police interrogators of criminal suspects. *Investigative Interviewing: Research and Practice*, 8(1), 1-15. <http://www.iiirg.org/journal>
- Geiselman, R. E., Fisher, R. P., MacKinnon, D. P., & Holland, H. L. (1985). Eyewitness memory enhancement in the police interview: Cognitive retrieval mnemonics versus hypnosis. *Journal of Applied Psychology*, 70(2), 401-412.
- Gonçalves, S. P., Gonçalves, J. P., & Marques, C. G. (Coords.) (2021). *Manual de investigação qualitativa*. PACTOR.
- Goodman-Delahunty, J., Crehan, A. C., Brandon, S. (2022). The ethical practice of police psychology. In P.B. Marques & M. Paulino (Eds.), *Police psychology: New trends in forensic psychological science* (pp. 3-22). Academic Press.
- Granhag, P. A., Strömwall, L. A., Willén, R. M., & Hartwig, M. (2012). Eliciting cues to deception by tactical disclosure of evidence: The first teste of the evidence framing matrix. *Legal and Criminological Psychology*. <https://doi.org/10.1111/j.2044-8333.2012.02047.x>
- Griffiths, A., Milne, B., & Cherryman, J. (2011). A question of control? The formulation of suspect and witness interview question strategies by advanced interviewers. *International Journal of Police Science & Management*, 13(3), 255-267. <https://doi.org/10.1350/ijps.2011.13.3.219>

- Gudjonsson, G. H. (2021). The science-based pathways to understanding false confessions and wrongful convictions. *Frontiers in Psychology*, 12. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2021.633936>
- Gudjonsson, G. H., & Pearse, J. (2011). Suspect interviews and false confessions. *Current Directions in Psychological Science*, 20(1), 33-37. <https://doi.org/10.1177/0963721410396824>
- Hanway, P., & Akehurst, L. (2018). Voices from the front line: Police officers' perceptions of real-world interviewing with vulnerable witnesses. *Investigative Interviewing: Research and Practice*, 9(1), 14-33. <http://www.iiirg.org/journal>
- Hanway, P., Akehurst, L., Vernham, Z., & Hope, L. (2021). The effects of cognitive load during an investigative interviewing task on mock interviewers' recall of information. *Legal and Criminological Psychology*, 26, 25-41. <https://doi.org/10.1111/lcrp.12182>
- Haro, F. A., Serafim, J., Cobra, J., Faria, L., Roque, M. I., Ramos, M., Carvalho, P., & Costa, R. (2016). *Investigação em ciências sociais*. PACTOR.
- Hartwig, M., Granhag, P., A., & Luke, T. (2014). Strategic use of evidence during investigative interviews: The state of the science. In D. C. Raskin, C. R. Honts, & J. C. Kircher (Eds.), *Credibility assessment: Scientific research and applications* (pp.1-36). Elsevier.
- Heydon, G., & Lai, M. (2013). Police interviews mediated by interpreters: An exercise in diminishment?. *Investigative Interviewing: Research and Practice*, 5(2), 82-98. <https://iiirg.org/wp-content/uploads/2021/02/II-RP-Volume-5-Issue-2-Heydon-Lai.pdf>
- Hoogesteyn, K., Meijer, E., & Vrij, A. (2020) Utility and effectiveness of the context manipulation techniques: Police investigators' perspectives. *Journal of Police and Criminal Psychology*. <https://doi.org/10.1007/s11896-020-09374-2>
- Howes, L. M. (2020). Interpreted investigative interviews under the PEACE interview model: Police interviewers' perceptions of challenges and suggested solutions. *Police Practice and Research*, 21(4), 333-350. <https://doi.org/10.1080/15614263.2019.1617145>
- Hunter, D. J., McCallum, J., & Howes, D. (2019). Defining exploratory-descriptive qualitative (EDQ) research and considering its application to healthcare. *Journal of Nursing and Health Care*, 4(1). [https://doi.org/10.5176/2345-7198\\_4.1.202](https://doi.org/10.5176/2345-7198_4.1.202)
- Inácio, A., & Ademar, C. (2021). A prova pessoal e os suspeitos em processo penal. In L. Alho, & M. Paulino (Coords.), *Psicologia do testemunho: Da prática à investigação científica* (pp. 161-179). PACTOR.
- Inbau, F. E., Reid, J. E., Buckley, J. P., & Jayne, B. C. (2013). *Criminal interrogation and confessions* (5.<sup>a</sup> ed.). Jones & Bartlett Learning.
- Kassin, S. M. (2014). False confessions: Causes, consequences, and implications for reform. *Behavioral and Brain Sciences*, 1(1), 112-121. <https://doi.org/10.1177/2372732214548678>

- Kassin, S. M., Appleby, S. C., & Perillo, J. T. (2010). Interviewing suspects: Practice, science, and future directions. *Legal and Criminological Psychology*, 15, 39-55. <https://doi.org/10.1348/135532509X449361>
- Kassin, S. M., Drizin, S. A., Grisso, T., Gudjonsson, G. H., Leo, R. A., & Redlich, A. D. (2009). Police-induced confessions: Risk factors and recommendations. *Law and Human Behavior*, 34(1), 3-38. <https://doi.org/10.1007/s10979-009-9188-6>
- Kelly, C. E., Abdel-Salam, S., Miller, J. C., & Redlich, A. D. (2015). Social identity and the perceived effectiveness of interrogation methods. *Investigative Interviewing: Research and Practice*, 7(2), 24-41. <https://iirg.org/wp-content/uploads/2021/02/II-RP-Volume-7-Issue-2-Kelly-et-al.pdf>
- Kelly, C. E., & Valencia, E. J. (2021). You ask and do not receive, because you ask wrongly. *International Journal of Police Science & Management*, 23(1), 42-54. <https://doi.org/10.1177/1461355720955077>
- Kozinski, W. (2018). The reid interrogation technique and false confessions: A time for change. *Seattle Journal for Social Justice*, 16(2), 301-345. <https://digitalcommons.law.seattleu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1905&context=sjsj>
- Krippendorff, K. (2004). Content analysis: An introduction to its methodology (2.<sup>a</sup> ed.). Sage Publications.
- Kyriakidou, M., Blades, M., Cherryman, J., Christophorou, S., & Kamberis, A. (2020). The impact of interviewer working hours on police interviews with children. *Journal of Police and Criminal Psychology*. <https://doi.org/10.1007/s11896-020-09372-4>
- La Rooy, D., Brubacher, S. P., Aromaki-Stratos, A., Cyr, M., & Hershkowitz, I. (2015). The NICHD protocol: A review of an internationally-used evidence-based tool for training child forensic interviewers. *Journal of Criminological Research Policy and Practice*, 1(2), 76-89. <https://doi.org/10.1108/JCRPP-01-2015-0001>
- Launay, C., & Py, J. (2017). Capturing the scene: efficacy test of the re-enactment investigative instruction. *Journal of Forensic Practice*, 19(3), 174-189. <https://doi.org/10.1108/JFP-02-2015-0012>
- Launay, C., & Py, J., Brunel, M., & Demarchi, S. (2021). Beyond investigation-relevant information: A content analysis of police questioning. *Police Practice and Research*, 22(4), 1341-1355. <https://doi.org/10.1080/15614263.2020.1869002>
- Leahy-Harland, S., & Bull, R. (2017). Police strategies and suspect responses in real-life serious crime interviews. *Journal of Police and Criminal Psychology*, 32(2), 138-151. <https://doi.org/10.1007/s11896-016-9207-8>

- Lee, S., & Kim, J. (2021). Rapport quality in investigative interviews: effects on open-ended questions and free recall responses. *Police Practice and Research*, 22(1), 996-1008. <https://doi.org/10.1080/15614263.2020.1786691>
- Loney, D. M., & Cutler, B. L. (2016). Coercive interrogation of eyewitnesses can produce false accusations. *Journal of Police and Criminal Psychology*, 31, 29-36. <https://doi.org/10.1007/s11896-015-9165-6>
- Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto. *Diário da República*, N.º 165/2008 - 1.ª Série.
- Lei n.º 53/2007, de 31 de agosto. *Diário da República*, N.º 168/2007, 1.ª Série.
- Magalhães, J., & Paul, V. (2021). Entrevista. In S. P. Gonçalves, J. P. Gonçalves, & C. G. Marques (Coords.), *Manual de investigação qualitativa* (pp. 63-85). PACTOR.
- Marlow, K. (2013). Providing evidential information to suspects not legally represented: What are the issues?. *Investigative Interviewing: Research and Practice*, 5(1), 29-35. <https://iirg.org/wp-content/uploads/2021/02/II-RP-Volume-5-Issue-1-Marlow.pdf>
- Marques, P. B., & Milne, R. (2019). The investigative interview contribution to law enforcement: Perceptions of portuguese police officers and magistrates. *European Law Enforcement Research Bulletin*, 18, 1-16.
- Matsumoto, D., Hwang, H. C., & Sandoval, V. (2015). The funnel approach to questioning and eliciting information. *Tactics & Preparedness*. <http://davidmatsumoto.com/content/TPjan15-info-mat-hwa-sand%201.pdf>
- McGurk, B. J., Carr, M. J., & McGurk, D. (1993). Investigative interviewing courses for police officers: An evaluation. *Police Research Series*, 4. <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.603.4361&rep=rep1&type=pdf>
- Memon, A., Meissner, C. A., & Fraser, J. (2010). The cognitive interview: A meta-analytic review and study space analysis of the past 25 years. *Psychology, Public Policy, and Law*, 16(4), 340-372. DOI: 10.1037/a0020518
- Méndez, J. E. (2016). Torture and other cruel, inhuman or degrading treatment or punishment. *United Nations General Assembly*. <https://digitallibrary.un.org/record/839995?%20ln=en>
- NICHD Protocol. (2014). *Revised Investigative Interview Protocol*. <http://nichdprotocol.com/wp-content/uploads/2017/09/InteractiveNICHDProtocol.pdf>
- Miller, J. C., Redlich, A. D., & Kelly, C. E. (2018). Accusatorial and information-gathering interview and interrogation methods: a multi-country comparison. *Psychology, Crime & Law*. <https://doi.org/10.1080/1068316X.2018.1467909>.
- Milne, B., Griffiths, A., Clarke, C., & Dando, C. (2019). The cognitive interview: A tiered approach in the real world. In B. L. Schwartz, J. Dickinson, N. S. Compo, R. Carol, &

- M. McCauley (Eds.), *Evidence-based investigative interviewing: Applying cognitive principles* (pp. 56-73). Routledge.
- Milne, R., & Bull, R. (2016). Witness interviews and crime investigation. In D. Groome, & M. W. Eysenck (Eds.). *An introduction to applied cognitive psychology (2nd ed.)* (pp. 175-195). Routledge.
- Morgan, R., Alison, L., Palace, M., Shortland, N., & Humann, M. (2020). The effects of intelligence and personality on performance in simulated interrogation scenarios. *Journal of Police and Criminal Psychology*. <https://doi.org/10.1007/s11896-020-09411-0>
- Mount, D., & Mazerolle, L. (2021). Acquiring core investigative interviewing skills in police academy training. *Policing*, 15(3), 1773-1789. doi:10.1093/policing/paab017
- Muniroh, R. D. D., & Heydon, G. (2021). Addressing the gap between principles and practices in police interviewing in Indonesia. *Journal of Police and Criminal Psychology*. <https://doi.org/10.1007/s11896-021-09474-7>
- Nassaji, H. (2015). Qualitative and descriptive research: Data type versus data analysis. *Language Teaching Research*, 19(2), 129-132. <https://doi.org/10.1177/1362168815572747>
- Neiva, A. E. D. (2008). *Confissões: A perspetiva de investigadores mais e menos experientes* [Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Psicologia Aplicada]. <https://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/4916/1/11406.pdf>
- Nieto, M. N., & Pérez, R. M. L. (2017). Persuasión en el interrogatorio policial: una revisión sistemática. *Behavior & Law Journal*, 3(1), 11-25.
- Oleszkiewicz, S., Watson, S. J. (2021). A meta-analytic review of the timing for disclosing evidence when interviewing suspects. *Applied Cognitive Psychology*, 35, 342-359. <https://doi.org/10.1002/acp.3767>
- Pais, L. G. (2004). Uma história das ligações entre a psicologia e o direito em Portugal: Perícias psiquiátricas médico-legais e perícias sobre a personalidade como analisadores [Tese de Doutoramento, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto]. <https://repositorio.ispa.pt/handle/10400.12/1666>
- Paulo, R. M., Albuquerque, P. B., & Bull, R. (2013). The enhanced cognitive interview: towards a better use and understanding of this procedure. *International Journal of Police Science & Management*, 15(3), 190-199. <https://doi.org/10.1350/ijps.2013.15.3.311>
- Paulo, R. M., Albuquerque, P. B., & Bull, R. (2014). A entrevista cognitiva melhorada: Pressupostos teóricos, investigação e aplicação. *Psicologia*, 28(2), 21-30. <https://doi.org/10.17575/rpsicol.v28i2.639>

- Paulo, R. M., Albuquerque, P. B., & Bull, R. (2015). The enhanced cognitive interview: Expressions of uncertainty, motivation and its relation with report accuracy. *Psychology, Crime & Law*, 22(4), 366-381. <https://doi.org/10.1080/1068316X.2015.1109089>
- Paulo, R. M., Albuquerque, P. B., & Bull, R. (2016). Improving the enhanced cognitive interview with a new interview strategy: category clustering recall. *Applied Cognitive Psychology*, 30(5), 775-784. <https://doi.org/10.1002/acp.3253>
- Paulo, R. M., Albuquerque, P. B., & Bull, R. (2019). Witnesses' verbal evaluation of certainty and uncertainty during investigative interviews: Relationship with report accuracy. *Journal of Police and Criminal Psychology*, 34, 341-350. <https://doi.org/10.1007/s11896-019-09333-6>
- Paulo, R. M., Albuquerque, P. B., Saraiva, M., & Bull, R. (2015). The enhanced cognitive interview: Testing appropriateness perception, memory capacity and error estimate relation with report quality. *Applied Cognitive Psychology*, 29(4), 536-543. <https://doi.org/10.1002/acp.3132>
- Paulo, R. M., Albuquerque, P. B., Vitorino, F., & Bull, R. (2017). Enhancing the cognitive interview with an alternative procedure to witness-compatible questioning: Category clustering recall. *Psychology Crime and Law*, 23(10), 1-32. <https://doi.org/10.1080/1068316X.2017.1351966>
- Pinho, M. S. (2006). A entrevista cognitiva. In A. C. Fonseca, M. R. Simões, M. C. Taborda-Simões, & M. S. Pinho (Eds.), *Psicologia Forense* (pp.259-278). Almedina.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2008). Manual de investigação em ciências sociais (J. M. Marques, M. A. Mendes, & M. Carvalho, Trans.; 5.<sup>a</sup> ed.). Gradiva. (Original work published 1995).
- Reniers, R. L. E. P., Corcoran, R., Drake, R., Shryabe, N. M., & Völlm, B. A. (2011). The QCAE: A questionnaire of cognitive and affective empathy. *Journal of Personality Assessment*, 93(1), 84-95. <https://doi.org/10.1080/00223891.2010.528484>
- Rollnick, S., & Miller, W. R. (1995). What is motivational interviewing?. *Behavioural and Cognitive Psychotherapy*, 23, 325-334
- Rollnick, S., & Miller, W. R. (2013). *Motivational interviewing: Helping people change* (3<sup>a</sup> ed.). The Guilford Press.
- Sandelowski, M. (2000). Focus on research methods: Whatever happened to qualitative description?. *Research in Nursing & Health*, 23, 334-340. <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1002/1098-240X%28200008%2923%3A4%3C334%3A%3AAID-NUR9%3E3.0.CO%3B2-G>
- Santos, M. S., Leal-Henriques, M., & Santos, J. S. (2020). *Noções de processo penal* (3<sup>a</sup> ed.). Rei dos Livros.

- Santos, N. P. (2006). A prova testemunhal: Abordagem às técnicas da entrevista cognitiva na recolha dos testemunhos [Dissertação Final de Curso – Licenciatura em Ciências Polícias, ISCPSI]. ResearchGate. <https://doi.org/10.13140/RG.2.2.17970.76487>
- Schollum, M. (2017). Bringing PEACE to the United States: A framework for investigative interviewing. *The Police Chief*. <https://www.fis-international.com/assets/Uploads/resources/Schollum-PEACE.pdf>
- Shahvaroughi, A., Ehsan, H. B., Hatami, J., Monajem, A., & Paulo, R. M. (2021). Testing a modified cognitive interview with category clustering recall in Iran. *Applied Cognitive Psychology*, 35, 148-159. <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1002/acp.3747>
- Shepherd, E., & Griffiths, A. (2013). *Investigative interviewing: The conversation management approach* (2.<sup>a</sup> ed.). Oxford University Press.
- Sherman, L. W. (1998). Evidence-based policing. *Ideas in American Policing*. <https://www.policinginstitute.org/wp-content/uploads/2015/06/Sherman-1998-Evidence-Based-Policing.pdf>
- Silva, G. M. (2011a). *Curso de processo penal I: Noções gerais, elementos do processo penal* (6.<sup>a</sup> ed.). Verbo.
- Silva, G. M. (2011b). *Curso de processo penal II* (Vol. 2). Verbo.
- Silva, M. M. (2018). A entrevista investigativa do NICHD: Análise da influência do intervalo de tempo na informação relatada pela criança. *Investigação Criminal, Ciências Criminais e Forenses*, 3, 77-97.
- Sivasubramaniam, D., & Goodman-Delahunty, J. (2021). International consensus on effective and ineffective interviewing strategies: A survey of experienced practitioners. *Police Practice & Research*, 22(1), 921-937. <https://doi.org/10.1080/15614263.2019.1628756>
- Smets, L., & Rispens, I. (2014). Investigative interviewing and training: The investigative interviewer apprentice. In R. Bull (Ed.). *Investigative interviewing* (pp. 147-165). Springer.
- Smith, L. L., & Bull, R. (2014). Exploring the disclosure of forensic evidence in police interviews with suspects. *Journal of Police and Criminal Psychology*, 29, 81-86. <https://doi.org/10.1007/s11896-013-9131-0>
- Sousa, L.F.P. (2020). Prova testemunhal: Noções de psicologia do testemunho (2.<sup>a</sup> ed.). Almedina.
- Sousa, V. L. (2018). *Investigação criminal: Abordagem inicial*. EPP.
- Srivatsav, M., Granhag, P. A., Strömwall, L. A., Luke, T. J., & Vrij, A. (2021). What to reveal and what to conceal? An empirical examination of guilty suspects' strategies. *Investigative Interviewing Research & Practice*, 11(1), 08-27. <https://iirg.org/wp-content/uploads/2021/04/iirg-RP-Journal-Vol-11-Issue-1-April-2021.pdf>

- Srivatsav, M., Luke, T. J., Granhag, P. A., & Vrij, A. (2020). How do the questions asked affect suspects' perceptions of the interviewer's prior knowledge?. *Journal of Investigative Psychology and Offender Profiling*, 17, 160-172. <https://doi.org/10.1002/jip.1546>
- Surmon-Böhr, F., Alison, L., Christiansen, P., & Alison, E. (2020). The right to silence and the permission to talk: Motivational Interviewing and high-value detainees. *American Psychologist*, 75 (7), 1011-1021. <http://dx.doi.org/10.1037/amp0000588>
- Tedeschini, J., & Jung, S. (2018). Motivational interviewing in the context of police investigative interviews with suspects. *Investigative Interviewing: Research and Practice*, 9(1), 1-13. <http://www.iiirg.org/journal>
- Tickle-Degnen, L., & Rosenthal, R. (1990). The nature of rapport and its nonverbal correlates. *Psychological Inquiry*, 1(4), 285-293. <https://www.jstor.org/stable/1449345>
- Vala, J. (2009). A análise de conteúdo. In A. S. Silva, & J. M. Pinto (Orgs.). *Metodologia das ciências sociais* (101-128). Edições Afrontamento.
- Valente, M. M. G. (2019). Teoria geral do direito policial (6.<sup>a</sup> ed.). Almedina.
- Vallano, J. P., & Compo, N. S. (2011). A comfortable witness is a good witness: Rapport-building and susceptibility to misinformation in an investigative mock-crime interview. *Applied Cognitive Psychology*, 25, 960-970. <https://doi.org/10.1002/acp.1789>
- Vallano, J. P., Evans, J. R., Compo, N. S., & Kieckhafer, J. M. (2015). Rapport-building during witness and suspect interviews: A survey of law enforcement. *Applied Cognitive Psychology*, 29, 369-380. <https://doi.org/10.1002/acp.3115>
- Vanderhallen, M., & Vervaeke, G. (2014). Between investigator and suspect: The role of the working alliance in investigative interviewing. In R. Bull (Ed.). *Investigative interviewing* (pp. 63-90). Springer.
- Vrij, A., Hope, L., & Fisher, R. P. (2014). Eliciting reliable information in investigative interviews. *Behavioral and Brain Sciences*, 1(1), 129-136. <https://doi.org/10.1177/2372732214548592>
- Walsh, D. (2013). Self and supervisory evaluation of investigative interviewing performance. *Investigative Interviewing: Research and Practice*, 5(2), 113-127. <https://iiirg.org/wp-content/uploads/2021/02/II-RP-Volume-5-Issue-2-Walsh.pdf>
- Walsh, D., & Bull, R. (2010). What really is effective in interviews with suspects? A study comparing interviewing skills against interviewing outcomes. *Legal and Criminological Psychology*, 15, 305-321. <https://doi.org/10.1348/135532509X463356>
- Walsh, D., & Bull, R. (2015). Interviewing suspects: Examining the association between skills, questioning, evidence disclosure, and interview outcomes. *Psychology, Crime and Law*, 21(7), 661-680. <https://doi.org/10.1080/1068316X.2015.1028544>

- Walsh, D., King, M., & Griffiths, A. (2017). Evaluating interviews which search for the truth with suspects: But are investigators' self-assessments of their own skills truthful ones?. *Psychology, Crime & Law*, 23(7), 647-665. <https://doi.org/10.1080/1068316X.2017.1296149>
- Walsh, D., Milne, B., & Bull (2016). One way or another? Criminal Investigators' beliefs regarding the disclosure of evidence in interviews with suspects in England and Wales. *Journal of Police and Criminal Psychology*, 31, 127-140. <https://doi.org/10.1007/s11896-015-9174-5>
- Walsh, D., & Milne, R. (2007). Perceptions of benefit fraud staff in the UK: Giving P.E.A.C.E. a chance?. *Public Administration*, 85(2), 525-540. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9299.2007.00645.x>
- Ward, J. K., Comer, U., & Stone, S. (2018). On qualifying qualitative research: Emerging perspectives and the “deer” (descriptive, exploratory, evolutionary, repeat) paradigm. *Interchange*, 49, 133-146. <https://doi.org/10.1007/s10780-018-9313-x>
- Zeng, F., Huang, C., & Bull, R. (2021). Police interview of suspects in China: Developments and analyses. *International Journal of Police Science & Management*, 23(1), 29-41. <https://doi.org/10.1177/1461355720947548>

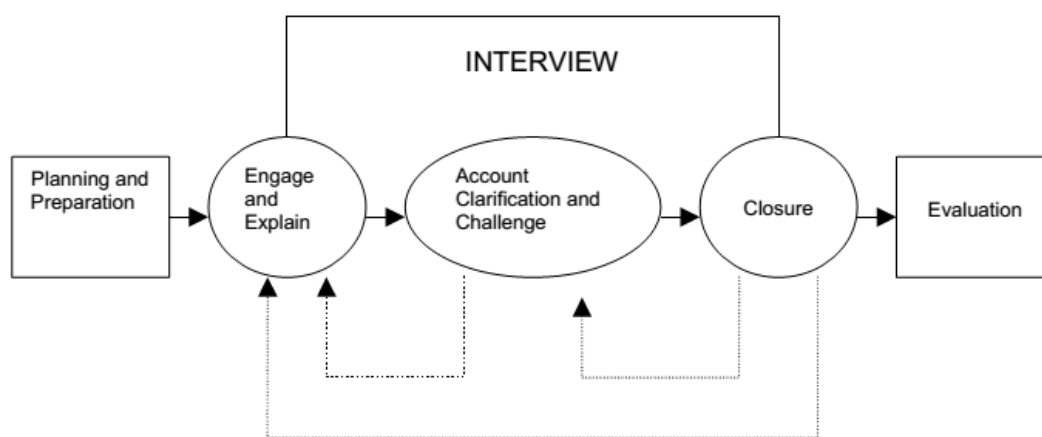
## Anexos

### Anexo 1: Estrutura da entrevista cognitiva melhorada

| Estrutura da Entrevista Cognitiva Melhorada |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|---------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Fase 1</b>                               | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Controlar a ansiedade do entrevistado;</li> <li>▪ Desenvolver o <i>rappport</i>;</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| <b>Introdução</b>                           | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Dizer ao entrevistado para ativamente fornecer informação e não esperar passivamente que o entrevistador coloque questões;</li> <li>▪ Solicitar, explicitamente informação detalhada;</li> <li>▪ Dizer ao entrevistado para não alterar os seus pensamentos;</li> <li>▪ Dizer ao entrevistado para não fabricar ou inventar respostas;</li> <li>▪ Transmitir ao entrevistado que se concentre intensamente.</li> </ul>                                                                                                                                                                                                  |
| <b>Fase 2</b>                               | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Recriação geral do contexto;</li> <li>▪ Pedir uma descrição narrativa;</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
| <b>Narração livre</b>                       | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Não interromper o entrevistado;</li> <li>▪ Fazer uma pausa longa após o entrevistado falar, e só depois colocar a próxima questão;</li> <li>▪ Identificar as representações mentais da testemunha;</li> <li>▪ Esboçar notas para indicar as representações do entrevistado;</li> <li>▪ Desenvolver uma estratégia de análise por tentativas.</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                 |
| <b>Fase 3</b>                               | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Reforçar a importância da concentração do entrevistado;</li> <li>▪ Recreação do contexto de um evento específico;</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
| <b>Analisar os códigos da memória</b>       | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Pedir ao entrevistado que feche os olhos;</li> <li>▪ Colocar questões abertas e compatíveis com o relato do entrevistado;</li> <li>▪ Solicitar descrições detalhadas;</li> <li>▪ Não interromper o relato;</li> <li>▪ Tirar notas detalhadas;</li> <li>▪ Fazer uma pausa longa após o entrevistado falar, antes de colocar questões pormenorizadas;</li> <li>▪ Esgotar as representações (imagens) para obter informações não incluídas no relato;</li> <li>▪ Analisar as representações restantes;</li> <li>▪ Reanalisar as representações ativadas anteriormente;</li> <li>▪ Analisar códigos conceptuais.</li> </ul> |
| <b>Fase 4</b>                               | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Revisão das informações recolhidas com o entrevistado;</li> <li>▪ Falar devagar e deliberadamente;</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
| <b>Revisão</b>                              | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Dizer ao entrevistado para interromper de imediato se se lembrar de nova informação ou se detetar erros na revisão do entrevistador;</li> <li>▪ Se forem suscitadas nova informação, analisar a informação relevante.</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
| <b>Fase 5</b>                               | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Recolher informações de base;</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
| <b>Encerramento</b>                         | <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Solicitar ao entrevistado que telefone caso se lembre de nova informação;</li> <li>▪ Criar uma última impressão positiva.</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |

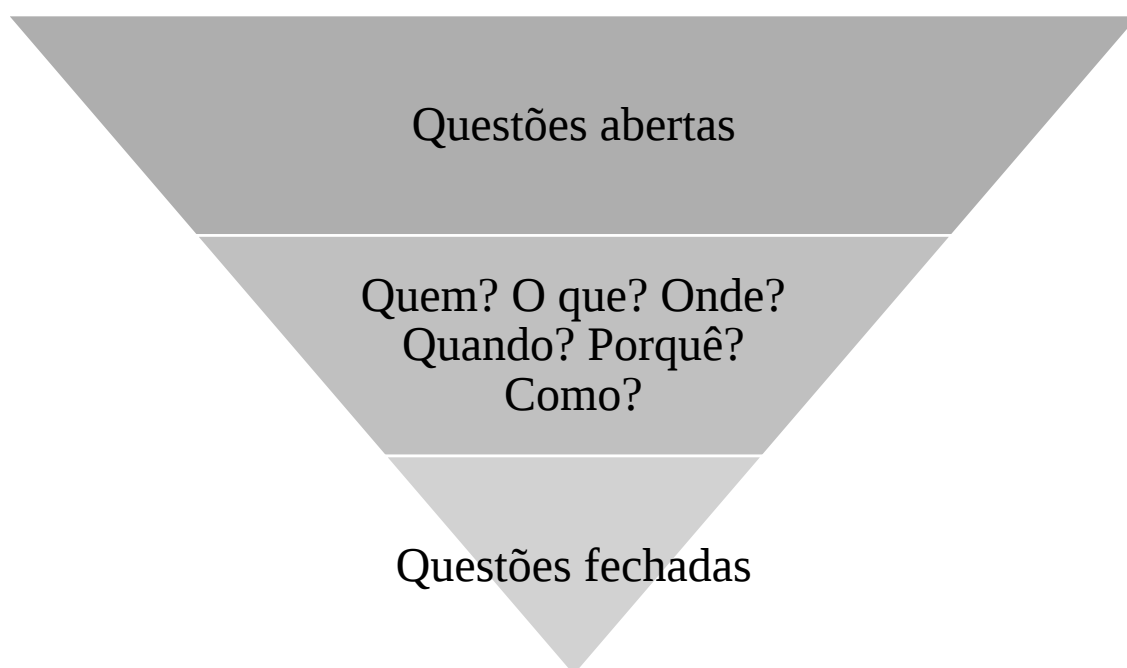
Fonte: Fisher e Geiselman (1992, pp. 193-194).

## Anexo 2: Fluxograma do modelo PEACE



Fonte: Clarke (2005, p. 2)

### **Anexo 3: Questionamento em funil**



Fonte: Matsumoto et al. (2015, p. 9)

## Apêndices

### Apêndice A: Pedido de autorização para a realização de entrevistas a polícias

#### Pedido de entrevista

**Exmo. Senhor  
Diretor de Estágio  
Subintendente Nuno Pica dos Santos**

Eu, Sofia Fernanda de Jesus Figueiredo, Aspirante a Oficial de Polícia, M/156320, do 34.º Curso de Formação de Oficiais de Polícia, no âmbito da Dissertação de Mestrado subordinada ao tema “A entrevista em contexto de investigação criminal: Perceções e práticas dos investigadores da Polícia de Segurança Pública”, sob orientação científica da Prof. Doutora Lúcia G. Pais, vem mui respeitosamente solicitar a V.ª Ex.ª se digne a formalizar o pedido de autorização para a realização de entrevistas a polícias experientes da carreira de Agente que desempenhem funções de investigadores criminais no âmbito dos crimes contra o património, dos quais dez estejam colocados no Comando Metropolitano de Lisboa e os outros dez estejam colocados no Comando Metropolitano do Porto.

A realização das entrevistas, semiestruturadas e semidiretivas, tem como objetivo a recolha de dados concernentes à temática em estudo, girando em torno das seguintes questões: conceptualização da entrevista investigativa; o trabalho pessoal relacionado com a condução das entrevistas; os condicionalismos à condução da entrevista; a formação e ferramentas de avaliação; e as características do investigador-entrevistador. (cf. anexo). Os dados recolhidos serão submetidos a uma análise de conteúdo, que é um instrumento de análise idóneo no âmbito dos estudos qualitativos, nos quais se enquadra o presente estudo.

A Aspirante a Oficial de Polícia Sofia Fernanda de Jesus Figueiredo compromete-se a manter a confidencialidade dos dados recolhidos fora do âmbito da elaboração e discussão da dissertação, bem como a cumprir as demais regras éticas relativas à realização da investigação científica.

Pede deferimento.

Lisboa, ISCP SI, 06 de janeiro de 2022

Assinado por: **Sofia Fernanda de Jesus Figueiredo**  
Num. de Identificação: 13930404  
Data: 2022.01.06 19:45:54+00'00'



## **Apêndice B: Pedido de autorização para o acesso e utilização de documentação**

### **Pedido de Documentação**

**Exmo. Senhor  
Diretor de Estágio  
Subintendente Nuno Pica dos Santos**

Eu, Sofia Fernanda de Jesus Figueiredo, Aspirante a Oficial de Polícia, M/156320, do 34.º Curso de Formação de Oficiais de Polícia, no âmbito da Dissertação de Mestrado subordinada ao tema “A entrevista em contexto de investigação criminal: Perceções e práticas dos investigadores da Polícia de Segurança Pública”, sob orientação científica da Prof. Doutora Lúcia G. Pais, vem mui respeitosamente solicitar a V.ª Ex.ª se digne a formalizar o pedido de autorização para a disponibilização e obtenção da seguinte documentação: os conteúdos programáticos do Curso de Investigação Criminal; os conteúdos programáticos do Curso de Entrevista, Interrogatório e Intervenção em Tribunal; os conteúdos programáticos do Curso de Formação de Agentes referentes à competência “Saber efetuar a gestão do local do crime” e o manual de apoio à referida competência.

Esta documentação será utilizada para aferir a formação no âmbito da entrevista investigativa que é ministrada aos investigadores da Polícia de Segurança Pública, no sentido de uma integração posterior daquilo que são as boas práticas apresentadas na literatura, bem como com as perceções e práticas partilhadas pelos investigadores.

A Aspirante a Oficial de Polícia Sofia Fernanda de Jesus Figueiredo compromete-se a manter a confidencialidade dos dados recolhidos fora do âmbito da elaboração e discussão da dissertação, bem como a cumprir as demais regras éticas relativas à realização da investigação científica.

Pede deferimento.

Lisboa, ISCPSI, 06 de janeiro de 2022

Assinado por : **Sofia Fernanda de Jesus  
Figueiredo**  
Num. de Identificação: 13930404  
Data: 2022.01.06 19:45:54+00'00'



## Apêndice C: Ofício que formaliza o pedido de realização de entrevistas a polícias

### POLÍCIA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA

DIRECÇÃO DE ENSINO

SECRETARIA ESCOLAR



Exmo. Senhor  
Diretor Nacional Adjunto/Unidade Orgânica de Recursos  
Humanos  
(Departamento de Formação)  
DN/PSP Largo da Penha de França, N.1  
1199-010 LISBOA

Sua Referência:

Sua Comunicação:

Nossa Referência: 8/SECDE/2022

Classificador: 080.01.10

Processo: SECDE202100001ASP

Data: 2022-01-11

Assunto: PEDIDO DE COLABORAÇÃO EM TRABALHO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO INTEGRADO EM CIÊNCIAS POLICIAIS

1. O Curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais (CMICP), no 5.º ano - Estágio, compreende a elaboração de uma dissertação/trabalho de projeto que deverá, obrigatoriamente, incidir sobre um tema das áreas científicas de ciências policiais, ciências jurídicas e ciências sociais e humanas.
2. A Aspirante a Oficial de Polícia Sofia Fernanda de Jesus Figueiredo, ia ir realizar o seu estudo numa daquelas áreas científicas, subordinado ao tema "A entrevista em contexto de investigação criminal: Perceções e práticas dos investigadores da Polícia de Segurança Pública", do qual é orientadora a Sr.ª Prof.ª Doutora Lúcia Pais.
3. Deste modo, solicita-se a V.ª Ex.ª autorização para a realização de entrevistas a um universo de 20 elementos policiais da Polícia de Segurança Pública, da carreira de Agente, que desempenhem funções de investigadores criminais no âmbito dos crimes contra o património, dos quais dez estejam colocados no Comando Metropolitano de Lisboa e os outros dez estejam colocados no Comando Metropolitano do Porto, as quais poderão ser levadas a cabo de forma presencial ou via e-mail.
4. Para o efeito, junto se anexa o guião de entrevista.
6. A necessidade da aplicação da entrevista, prende-se com o facto de vir a constituir um estudo essencial à elaboração da dissertação, sustentando o trabalho de investigação realizado.
7. Mais se informa V.ª Ex.ª de que a Aspirante a Oficial de Polícia Sofia Figueiredo se compromete a não usar os dados fora do âmbito deste trabalho académico.

O Diretor

José Carlos Bastos Leitão  
Superintendente



R. 1º de Maio, nº3 1349-040 Lisboa Tel.: 213613900 Fax: 213610535 www.iscpsi.pt |

iscpsi@psp.pt

147458  
Página 1/1

## Apêndice D: Ofício que formaliza o pedido de acesso e utilização de documentação

### POLÍCIA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA

DIRECÇÃO DE ENSINO

SECRETARIA ESCOLAR



Exmo. Senhor  
Diretor Nacional Adjunto/Unidade Orgânica de Recursos  
Humanos  
(Departamento de Formação)  
DN/PSP Largo da Penha de França, N.1  
1199-010 LISBOA

Sua Referência:

Sua Comunicação:

Nossa Referência: 7/SECDE/2022

Classificador: 080.01.10

Processo: SECDE202100001ASP

Data: 2022-01-11

Assunto: PEDIDO DE COLABORAÇÃO EM TRABALHO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO INTEGRADO EM CIÊNCIAS POLICIAIS

1. O Curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais (CMICP), no 5.º ano - Estágio, compreende a elaboração de uma dissertação/trabalho de projeto que deverá, obrigatoriamente, incidir sobre um tema das áreas científicas de ciências policiais, ciências jurídicas e ciências sociais e humanas.
2. A Aspirante a Oficial de Polícia Sofia Fernanda de Jesus Figueiredo, ia irá realizar o seu estudo numa daquelas áreas científicas, subordinado ao tema "A entrevista em contexto de investigação criminal: Perceções e práticas dos investigadores da Polícia de Segurança Pública", do qual é orientadora a Sr.ª Prof.ª Doutora Lúcia Pais.
3. Deste modo, solicita-se a V.ª Ex.ª autorização para disponibilização e obtenção da seguinte documentação: os conteúdos programáticos do Curso de Investigação Criminal; os conteúdos programáticos do Curso de Entrevista, Interrogatório e Intervenção em Tribunal; os conteúdos programáticos do Curso de Formação de Agentes referentes à competência "Saber efetuar a gestão do local do crime" e o manual de apoio à referida competência.
4. A necessidade do acesso aos referidos documentos, prende-se com o facto de vir a constituir um estudo essencial à elaboração da dissertação, sustentando o trabalho de investigação realizado.
5. Mais se informa V.ª Ex.ª de que a Aspirante a Oficial de Polícia Sofia Figueiredo se compromete a não usar os dados fora do âmbito deste trabalho académico.

O Diretor

José Carlos Bastos Leitão  
Superintendente



R. 1º de Maio, nº3 1349-040 Lisboa Tel.: 213613900 Fax: 213610535 www.iscpsi.pt |  
iscpsi@psp.pt

147458  
Página 1/1

## Apêndice E: Despacho que autoriza a realização das entrevistas e o acesso e utilização de documentação

*Autorizados os diversos pedidos anexos os documentos reserve dos ou classificados serão apenas consultados não sendo feitas cópias*

**DN DEFORM**

**De:** ISCPSP - Direcção Ensino  
**Enviado:** terça-feira, 18 de janeiro de 2022 15:15  
**Para:** DN DEFORM  
**Cc:** Nuno Ricardo Pica Dos Santos; Sergio Do Rosario Cruz  
**Assunto:** PEDIDOS DE COLABORAÇÃO EM TRABALHOS DE DISSERTAÇÕES DE MESTRADOS INTEGRADOS EM CIÊNCIAS POLICIAIS  
**Anexos:** 28SECDE2022.pdf; 29SECDE2022.pdf; 5SECDE2022.pdf; 31SECDE2022.pdf; 8SECDE2022.pdf; 7SECDE2022.pdf; 11SECDE2022.pdf; 17SECDE2022.pdf; 10SECDE2022.pdf; 9SECDE2022.pdf; 12SECDE2022.pdf; 14SECDE2022.pdf; 16SECDE2022.pdf; 15SECDE2022.pdf; 13SECDE2022.pdf; 18SECDE2022.pdf

19 JAN. 2022

**DIRETOR NACIONAL**

Exmo. Senhor  
Diretor do Departamento de Formação  
Ml. Superintendente Paulo Onofre

Manuel Almeida da Silva  
Superintendente Adjunto

Relativamente ao assunto em epígrafe, encarrega-me o Exmo. Sr. Diretor de Estágio, Subintendente Nuno Pica dos Santos, de enviar a V.Ex.ª os ofícios n.ºs 5; 7; 8; 9; 10; 11; 12; 13; 14; 15; 16; 17; 18; 28; 29 e 31/SECDE/2022 em anexo, referente aos alunos do 34.º CFOP.

Sem mais assunto e com os melhores cumprimentos,

“Uma Polícia integral, humana, forte, coesa e ao serviço do Cidadão” – Estratégia PSP 20/22

Joaquim Augusto Leite Veiga  
Agente Principal  
Direção de Recrutamento

Polícia de Segurança Pública  
Detachado Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

19/1/2022

DIRECÇÃO NACIONAL DA P.S.P.  
DEPARTAMENTO DE FORMAÇÃO

Entrada Nº 164  
Data 19/1/2022

Processo Nº 3405

## Apêndice F: E-mail ao Núcleo de Formação do COMETLIS a solicitar a colaboração dos polícias nas entrevistas

**Sofia Fernanda De Jesus Figueiredo**

---

**De:** Sofia Fernanda De Jesus Figueiredo  
**Enviado:** 28 de janeiro de 2022 15:15  
**Para:** COMETLIS - Núcleo de Formação  
**Assunto:** Colaboração em Dissertação de Mestrado do 34.º Curso de Formação de Oficiais de Polícia  
**Anexos:** 8SECDE2022.pdf; 20220120\_122118.pdf

| <b>Controlo:</b> | <b>Destinatário</b>           | <b>Entrega</b>             |
|------------------|-------------------------------|----------------------------|
|                  | COMETLIS - Núcleo de Formação | Entregue: 28/01/2022 15:15 |

Exmos. Senhores,  
Boa tarde.

Eu, Sofia Fernanda de Jesus Figueiredo, Aspirante a Oficial de Polícia, M/156320, do 34.º Curso de Formação de Oficiais de Polícia, no âmbito da Dissertação de Mestrado subordinada ao tema “A entrevista em contexto de investigação criminal: Perceções e práticas dos investigadores da Polícia de Segurança Pública”, pretendo realizar entrevistas a 10 polícias experientes da carreira de Agente que desempenhem funções de investigadores criminais no âmbito dos crimes contra o património no Comando Metropolitano de Lisboa.

A realização das entrevistas, semiestruturadas e semidiretivas, tem como objetivo a recolha de dados concernentes à temática em estudo, girando em torno das seguintes questões: conceptualização da entrevista investigativa; o trabalho pessoal relacionado com a condução das entrevistas; os condicionalismos à condução da entrevista; a formação e ferramentas de avaliação; e as características do investigador-entrevistador. Os dados recolhidos serão submetidos a uma análise de conteúdo, que é um instrumento de análise idóneo no âmbito dos estudos qualitativos, nos quais se enquadra o presente estudo.

Para tal comprometo-me a manter a confidencialidade dos dados recolhidos fora do âmbito da elaboração e discussão da dissertação, bem como a cumprir as demais regras éticas relativas à realização da investigação científica.

Serve o presente e-mail para **solicitar a colaboração dos 10 investigadores experientes da carreira de Agente que desempenhem funções de investigadores criminais no âmbito dos crimes contra o património no Comando Metropolitano de Lisboa.**

Seguem em anexo o ofício com o pedido de realização de entrevistas a polícias e o despacho com a respetiva autorização.

Com os melhores cumprimentos,

*“Uma Polícia integral, humana, forte, coesa e ao serviço do Cidadão” – Estratégia PSP 20/22*

## Apêndice G: E-mail ao Núcleo de Formação do COMETPOR a solicitar a colaboração dos polícias nas entrevistas

**Sofia Fernanda De Jesus Figueiredo**

---

| <b>De:</b>                    | Sofia Fernanda De Jesus Figueiredo                                                                                                                                            |              |         |                               |                            |
|-------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|---------|-------------------------------|----------------------------|
| <b>Enviado:</b>               | 28 de janeiro de 2022 15:09                                                                                                                                                   |              |         |                               |                            |
| <b>Para:</b>                  | COMETPOR - Núcleo de Formação                                                                                                                                                 |              |         |                               |                            |
| <b>Assunto:</b>               | Colaboração em Dissertação de Mestrado do 34.º Curso de Formação de Oficiais de Polícia                                                                                       |              |         |                               |                            |
| <b>Anexos:</b>                | 8SECDE2022.pdf; 20220120_122118.pdf                                                                                                                                           |              |         |                               |                            |
| <b>Controlo:</b>              | <table><thead><tr><th>Destinatário</th><th>Entrega</th></tr></thead><tbody><tr><td>COMETPOR - Núcleo de Formação</td><td>Entregue: 28/01/2022 15:10</td></tr></tbody></table> | Destinatário | Entrega | COMETPOR - Núcleo de Formação | Entregue: 28/01/2022 15:10 |
| Destinatário                  | Entrega                                                                                                                                                                       |              |         |                               |                            |
| COMETPOR - Núcleo de Formação | Entregue: 28/01/2022 15:10                                                                                                                                                    |              |         |                               |                            |

Exmos. Senhores,  
Boa tarde.

Eu, Sofia Fernanda de Jesus Figueiredo, Aspirante a Oficial de Polícia, M/156320, do 34.º Curso de Formação de Oficiais de Polícia, no âmbito da Dissertação de Mestrado subordinada ao tema “A entrevista em contexto de investigação criminal: Perceções e práticas dos investigadores da Polícia de Segurança Pública”, pretendo realizar entrevistas a 10 polícias experientes da carreira de Agente que desempenhem funções de investigadores criminais no âmbito dos crimes contra o património no Comando Metropolitano do Porto.

A realização das entrevistas, semiestruturadas e semidiretivas, tem como objetivo a recolha de dados concernentes à temática em estudo, girando em torno das seguintes questões: conceptualização da entrevista investigativa; o trabalho pessoal relacionado com a condução das entrevistas; os condicionalismos à condução da entrevista; a formação e ferramentas de avaliação; e as características do investigador-entrevistador. Os dados recolhidos serão submetidos a uma análise de conteúdo, que é um instrumento de análise idóneo no âmbito dos estudos qualitativos, nos quais se enquadra o presente estudo.

Para tal comprometo-me a manter a confidencialidade dos dados recolhidos fora do âmbito da elaboração e discussão da dissertação, bem como a cumprir as demais regras éticas relativas à realização da investigação científica.

Serve o presente e-mail para **solicitar a colaboração dos 10 investigadores experientes da carreira de Agente que desempenhem funções de investigadores criminais no âmbito dos crimes contra o património no Comando Metropolitano do Porto.**

Seguem em anexo o ofício com o pedido de realização de entrevistas a polícias e o despacho com a respetiva autorização.

Com os melhores cumprimentos,

*“Uma Polícia integral, humana, forte, coesa e ao serviço do Cidadão” – Estratégia PSP 20/22*

## Apêndice H: Termo de consentimento informado

### Termo de Consentimento Informado

Tomei conhecimento que a estudante finalista do Curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna da Polícia de Segurança Pública, Aspirante a Oficial de Polícia Sofia Fernanda de Jesus Figueiredo está a desenvolver um estudo sobre a entrevista em contexto de investigação criminal: perceções e práticas dos investigadores da Polícia de Segurança Pública, sob orientação da Prof. Doutora Lúcia G. Pais, docente no Instituto. Neste âmbito foram-me explicados os objetivos do trabalho e foi solicitada a minha colaboração para responder a uma entrevista.

Fui informado(a) de que as respostas serão anónimas e que serão gravadas para facilitar a sua análise, sendo destruídos os registos áudio após a sua transcrição. A minha identificação nunca será divulgada e a minha colaboração tem carácter voluntário, podendo desistir em qualquer momento do trabalho.

Compreendo que não irá existir qualquer tipo de remuneração ou custos pela minha participação neste estudo. É-me garantido que sempre que necessitar de algum esclarecimento o mesmo ser-me-á facultado.

Fui esclarecido(a) sobre todos os aspetos que considero importantes e as perguntas que coloquei foram respondidas. Fui informado(a) que tenho direito a recusar participar e que a minha recusa não terá consequências para mim.

Aceito, pois, colaborar neste estudo e assino onde indicado.

O investigador

O(a) entrevistado(a)

Sofia Fernanda de Jesus Figueiredo

\_\_\_\_\_  
Aspirante a Oficial de Polícia  
M/156320

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022

## **Apêndice I: Exemplos de questões colocadas durante a entrevista**

### **Guião da entrevista – Exemplos de questões colocadas**

#### **Tema 1: Compreensão e conceptualização da entrevista investigativa**

Exemplo 1: Qual é o objetivo da entrevista?

#### **Tema 2: Trabalho pessoal relacionado com a condução das entrevistas**

Exemplo 2: Quais são as técnicas que utiliza?

Exemplo 3: Como se sente a conduzir uma entrevista?

#### **Tema 3: Condicionantes à condução da entrevista**

Exemplo 4: Que fatores identifica que podem comprometer o bom resultado da entrevista?

#### **Tema 4: Formação, Diretrizes e Ferramentas de Avaliação**

Exemplo 5: Descreva a formação que tem no âmbito das entrevistas?

#### **Tema 5: Caracterização do investigador-entrevistador**

Exemplo 6: Descreva as características que um investigador-entrevistador deve possuir para desempenhar eficientemente esta função.

## Apêndice J: Definição das categorias e regras de codificação

| Categoria                                       |                                                                                                                                                       | Subcategoria     | Exemplo                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
|-------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>A -<br/>Caracterização<br/>da entrevista</b> | Integram-se, nesta categoria, todas as referências aos objetivos da entrevista, a sua importância, utilização de modelos e a estrutura da entrevista. | A.1. Objetivos   | Integram-se, nesta subcategoria, todas as referências aos objetivos a alcançar com a entrevista a suspeitos ou a testemunhas.<br>"Os objetivos é perceber o que se passou, o que levou a, e se é uma entrevista a um suspeito ou a uma testemunha, é o que é que eles viram, o que é que ouviram, o máximo de detalhes que conseguiram perceber e para nós, também, percebermos o que é que ocorreu." (L01) |
|                                                 |                                                                                                                                                       | A.2. Importância | Integram-se, nesta subcategoria, todas as referências à importância das entrevistas a suspeitos e a testemunhas.<br>"Portanto, eu, entre aspas, valorizo um bocadinho mais o esclarecimento que a testemunha me está a dar (...)" (L04)                                                                                                                                                                     |
|                                                 |                                                                                                                                                       | A.3. Modelo      | Integram-se, nesta subcategoria, todas as referências a modelos de entrevista utilizados (pré-definidos ou não).<br>"Foi definido por mim ao longo do tempo, foi definido por mim com base na experiência." (P03)                                                                                                                                                                                           |
|                                                 |                                                                                                                                                       | A.4. Preparação  | Integram-se, nesta subcategoria, todas as referências à preparação do próprio investigador-entrevistador para as entrevistas.<br>"Leio o processo, e à medida que vou lendo o processo, vão-me surgindo as dúvidas, as perguntas que tenho de fazer, vou tomando as notas e vou, a partir dali, faço uma espécie de questionário (...)" (P03)                                                               |

|                     |                                                                                                                                                                                                          |                                   |                                                                                                                         |                                                                                                                                                                                                                                             |
|---------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>B - Técnicas</b> | Integram-se, nesta categoria, todas as referências a técnicas usadas durante as entrevistas a suspeitos e a testemunhas; às técnicas conhecidas mas não utilizadas; e, ainda ao desconhecimento técnico. | A.5. Abordagem inicial            | Integram-se, nesta subcategoria, todas as referências à abordagem inicial que é feita a um suspeito e a uma testemunha. | "Há a fase da abordagem, portanto, nós quando falamos com alguém, explicamos sempre o motivo, damos conhecimento sobre o que vamos falar." (P03)                                                                                            |
|                     |                                                                                                                                                                                                          | A. 6. Encerramento                | Integram-se, nesta subcategoria, todas as referências à forma como é finalizada ou encerrada a entrevista.              | "E depois há a fase da conclusão, que é quando nós passamos a escrito" (P03)                                                                                                                                                                |
|                     |                                                                                                                                                                                                          | B.1. Construção de <i>rapport</i> | Integram-se, nesta subcategoria, todas as referências à técnica de construção de <i>rapport</i> .                       | "A confiança conquista-se! Se eu não ganho a confiança do suspeito, da testemunha e do defensor eu não consigo ir a lado nenhum." (P04)                                                                                                     |
|                     |                                                                                                                                                                                                          | B.2. Relato livre                 | Integram-se, nesta subcategoria, todas as referências à técnica do relato livre.                                        | "E depois temos o contexto, a pessoa vai contando a história dela, eu por mim deixo normalmente as pessoas falarem, não imponho perguntas, deixo as pessoas falar." (P06)                                                                   |
|                     |                                                                                                                                                                                                          | B.3. Questionamento               | Integram-se, nesta subcategoria, todas as referências à técnica de questionamento.                                      | "No início tentamos fazer perguntas mais abertas, de forma a que a testemunha ou o arguido se sinta mais preparada ou mais à vontade. Quando entramos em assuntos específicos, tentamos vocacioná-las mais para o sim ou para o não." (P02) |
|                     |                                                                                                                                                                                                          |                                   |                                                                                                                         |                                                                                                                                                                                                                                             |

|                              |                                                                                                                                         |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
|------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| B.4. Divulgação de provas    | Integram-se, nesta subcategoria, todas as referências à técnica de divulgação de provas.                                                | "Confronto com uma vigilância." (L02)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
| B.5. Recuperação da memória  | Integram-se, nesta subcategoria, todas as referências às técnicas de recuperação de memória.                                            | "Quando dizem que não se recorda bem, eu leio a situação, leio a denúncia, ou as declarações que ela já tenha prestado no inquérito, e tento ir a pontos fulcrais, para avivar a memória, e a partir daquele momento em que é avivada a memória daquela situação específica, às vezes, recordam mais para trás, ou um bocadinho mais para a frente." (L04) |
| B.6. Mentira/engano          | Integram-se, nesta subcategoria, todas as referências às técnicas que assentem na mentira ou engano.                                    | "Acaba por ser benéfico, o bluff." (P04)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
| B.7. Técnicas não utilizadas | Integram-se, nesta subcategoria, todas as referências às técnicas conhecidas pelo investigador-entrevistador mas não utilizadas por si. | "Uma coisa que é inadequada e é uma questão de ética é tipo dizer «Se colaborares isto é bom para ti, será uma atenuante para ti », isso não depende de mim. Não tenho poder de atenuar ou agravar seja o que for." (L03)                                                                                                                                  |

|  |                                   |                                 |                                                                                                                                             |                                                                  |
|--|-----------------------------------|---------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------|
|  |                                   | B.8.<br>Desconhecimento técnico | Integram-se, nesta subcategoria, todas as referências ao desconhecimento de técnicas de entrevista.                                         | "Em termos específicos não as consigo definir" (P02)             |
|  |                                   | B.9. Outras técnicas            | Integram-se, nesta subcategorias, todas as referências a técnicas utilizadas que não se incluam nas demais subcategorias.                   | "Eu já os deixei ficar sozinhos no meu gabinete." (L04)          |
|  | C -<br>Condicionantes<br>Pessoais | C.1. Investigador               | Integram-se, nesta subcategoria, todas as referências às condicionantes pessoais do investigador que obstaculizem à condução da entrevista. | "Já vi pessoas a irritarem-se com quem está do outro lado" (P09) |
|  |                                   | C.2. Arguido                    | Integram-se, nesta subcategoria, todas as referências às condicionantes pessoais do arguido.                                                | " (...) ele pode remeter-se ao silêncio (...)" (L06)             |

|                                                |                                                                                                                                           |                           |                                                                                                                                  |                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
|------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>D -<br/>Condicionantes<br/>Situacionais</b> | Integram-se, nesta subcategoria, todas as referências às condicionantes situacionais, de espaço e de tempo, que interfiram na entrevista. | C.3. Testemunha ou Lesado | Integram-se, nesta subcategoria, todas as referências às condicionantes pessoais da testemunha ou lesado.                        | "E temos depois, noutra vertente da testemunha, que é dentro do bairro, as ligações familiares. Que é muito complicado a gente trabalhar com isto (...) trabalhar bem com o 134 do processo penal, porque há as ligações familiares e depois quem é que pode ou não prestar declarações?" (L02) |
|                                                |                                                                                                                                           | D.1. Espaço               | Integram-se, nesta subcategoria, todas as referências às condicionantes oferecidas pelo espaço físico onde decorre a entrevista. | "Se estiverem aqui duas pessoas a serem entrevistadas e se, por ventura, uma delas tiver o hábito de falar mais alto, implica logo que os outros levantem também o tom de voz, e todos vão alteando a voz e cria-se aqui uma dificuldade muito grande." (P01)                                   |
|                                                |                                                                                                                                           | D.2. Tempo                | Integram-se, nesta subcategoria, todas as referências às condicionantes relativas ao tempo.                                      | "o estar com pressa, por parte do investigador " (L07)                                                                                                                                                                                                                                          |
| <b>E -<br/>Condicionantes<br/>Relacionais</b>  | Integram-se, nesta subcategoria, todas as referências às condicionantes relacionais, que interfiram na                                    | E.1. Advogado/Defensor    | Integram-se, nesta subcategoria, todas as referências à interferência do advogado/ defensor na entrevista.                       | "Já tive que praticamente expulsá-lo, um advogado, de uma situação onde eu estava a inquirir como testemunha e ele estava a querer interromper o ato" (L02)                                                                                                                                     |

|  |                                                                                                                                                                                                       |                                         |                                                                                                                                                      |                                                                                                                                                                                                                |
|--|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|  | relação entre o investigador e o entrevistado.                                                                                                                                                        | E.2. Intérprete                         | Integram-se, nesta subcategoria, todas as referências à interferência do intérprete na entrevista.                                                   | "Quando estou a falar consigo, consigo ter a perceção da sua voz, nós às vezes sentimos isso: ah ele hesitou! Quando é outra língua e através do intérprete perdemos um bocado essa noção. É diferente!" (L01) |
|  |                                                                                                                                                                                                       | E.3. Externas                           | Integram-se, nesta subcategoria, todas as referências à interferência na entrevista por elementos externos, que não estejam presentes na entrevista. | "Como é que querem que eu faça inquirições, interrogatórios, como é que eu faço essas coisas se não tenho o inquérito, porque o Doutor, hoje não está, amanhã não lhe apetece, chega tarde, sai cedo." (L02)   |
|  | Integram-se, nesta categoria, todas as referências ao investigador, nomeadamente, as sensações ao conduzir a entrevista, as dificuldades sentidas, o apoio hierárquico que recebe, as características | F.1. Sensações ao conduzir a entrevista | Integram-se, nesta subcategoria, todas as sensações sentidas pelo investigador ao conduzir a entrevista.                                             | "(...) a experiência, os anos de serviço, por norma sinto-me confortável" (P01)                                                                                                                                |
|  |                                                                                                                                                                                                       | F.2. Dificuldades                       | Integram-se, nesta subcategoria, todas as dificuldades experienciadas pelo investigador-entrevistador no decurso da entrevista.                      | "(...) porque nos arguidos ainda é mais difícil criar uma empatia." (P07)                                                                                                                                      |

|  |                                                                                                                                                                                                |                              |                                                                                                                                                        |                                                                                                                                                                |
|--|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|  | ideais para a condução eficiente da entrevista.                                                                                                                                                | F.3. Apoio hierárquico/pares | Integram-se, nesta subcategoria, todas as referências ao apoio recebido dos superiores hierárquicos e colegas.                                         | "Quando são situações, antes da própria entrevista, que uma pessoa tem dificuldade (...) quer Chefes, quer os próprios Comandantes sempre nos ajudaram." (P09) |
|  |                                                                                                                                                                                                | F.4. Características ideais  | Integram-se, nesta subcategoria, todas as referências às características ideais de um investigador-entrevistador para a condução eficaz da entrevista. | "Tem de ser uma pessoa que saiba falar com as pessoas e conseguir-se exprimir de forma a que a pessoa perceba o que nós queremos que nos diga." (P05)          |
|  | <b>G - Formação</b><br>Integram-se, nesta categoria, todas as referências à formação do investigador, tanto no âmbito da aprendizagem formal como informal, e as suas necessidades formativas. | G.1. Aprendizagem formal     | Integram-se, nesta subcategoria, todas as referências à aprendizagem formal do investigador-entrevistador.                                             | "A formação foi no curso de investigação em 2003. Tivemos o módulo de entrevistas." (L07)                                                                      |
|  |                                                                                                                                                                                                | G.2. Aprendizagem informal   | Integram-se, nesta subcategoria, todas as referências, à aprendizagem informal do investigador-entrevistador.                                          | "O conhecimento que eu tenho, a parte de entrevista e interrogatório, também vamos aprendendo com quem está ao lado." (P05)                                    |

|                                   |                                                                                                                                                                                                                          |                              |                                                                                                                                                           |                                                                                                                                                                 |
|-----------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>H - Outras características</b> | Integram-se, nesta categoria, todas as referências a características do arguido/suspeito, testemunha/lesado e da sala das entrevistas que sejam meramente descritivas e que não sejam codificadas nas demais categorias. | G.3. Necessidades formativas | Integram-se, nesta subcategoria, todas as referências às necessidades formativas do investigador-entrevistador.                                           | "Eu acho que o tempo que nós tivemos de formação não foi o suficiente, não é o suficiente para a responsabilidade que temos." (L06)                             |
|                                   |                                                                                                                                                                                                                          | H.1. Arguido/Suspeito        | Integram-se, nesta subcategoria, todas as referências às características do arguido/suspeito que não sejam identificadas como condicionantes.             | "Quando regresso está a chorar, já aconteceu." (P04)                                                                                                            |
|                                   |                                                                                                                                                                                                                          | H.2. Testemunha/Lesado       | Integram-se, nesta subcategoria, todas as referências às características da testemunha/lesado que não sejam identificadas como condicionantes.            | "(...) que a pessoa se é lesada ainda tem os sentimentos à flor da pele daquilo que perdeu, daquilo que sofreu." (P08)                                          |
|                                   |                                                                                                                                                                                                                          | H.3. Sala da entrevista      | Integram-se, nesta subcategoria, todas as referências às características meramente descritivas do espaço que não sejam identificadas como condicionantes. | "A luz natural é perfeita e deixa as pessoas um pouco mais à vontade, que é muito importante, do que ambientes cerrados, que não provoca tanta abertura." (P02) |

## Apêndice K: Grelha categorial com a definição das categorias, subcategorias e indicadores

| Categoria                                       | Subcategoria     | Indicadores                                                                |
|-------------------------------------------------|------------------|----------------------------------------------------------------------------|
| <b>A -<br/>Caracterização<br/>da Entrevista</b> | A.1. Objetivos   | Obter informação                                                           |
|                                                 |                  | Perceber o que aconteceu                                                   |
|                                                 |                  | Obter a prova testemunhal                                                  |
|                                                 |                  | Apurar a verdade                                                           |
|                                                 |                  | Identificar os autores do crime                                            |
|                                                 | A.2. Importância | Confissão                                                                  |
|                                                 |                  | Confissão não é objetivo/suficiente                                        |
|                                                 |                  | A entrevista a um suspeito e a uma testemunha têm a mesma importância      |
|                                                 |                  | A entrevista a uma testemunha é mais importante que a um suspeito          |
|                                                 |                  | A entrevista a um suspeito ou a uma testemunha têm importâncias diferentes |
|                                                 | A.3. Modelo      | A entrevista ao suspeito não é essencial                                   |
|                                                 |                  | Não usa um modelo padrão                                                   |
|                                                 |                  | Usa o mesmo procedimento                                                   |
|                                                 |                  | Entrevista mista (Diretiva e não diretiva)                                 |
|                                                 |                  | Tem por base a formação em IC                                              |
|                                                 |                  | Flexível                                                                   |
|                                                 |                  | Depende do tipo de crime                                                   |
|                                                 |                  | Desenrola-se a entrevista                                                  |
|                                                 |                  | Inquirir pela ordem cronológica dos factos                                 |
|                                                 |                  | Inquirir do geral para o específico                                        |
|                                                 | A.4. Preparação  | É intuitiva                                                                |
|                                                 |                  | Escuta sem registo                                                         |
|                                                 |                  | Registo após cada resposta                                                 |
|                                                 |                  | Tomar notas                                                                |
|                                                 |                  | Inquirir o suspeito como testemunha e só depois constituir-lo arguido      |
|                                                 |                  | Ler/analisar o processo                                                    |
|                                                 |                  | Tirar ilações do processo                                                  |
|                                                 |                  | Definir questões                                                           |

|                     |                                   |                                                             |
|---------------------|-----------------------------------|-------------------------------------------------------------|
| <b>B - Técnicas</b> | A.5. Abordagem inicial            | Definir objetivos                                           |
|                     |                                   | Ver/preparar outros meios de prova                          |
|                     |                                   | Adequada ao processo/objetivo                               |
|                     |                                   | Adequada à pessoa                                           |
|                     |                                   | Prepara a entrevista                                        |
|                     |                                   | A preparação é importante                                   |
|                     |                                   | Não prepara a entrevista                                    |
|                     |                                   | Informar os direitos e deveres                              |
|                     |                                   | Esclarecer os procedimentos                                 |
|                     |                                   | Informar os factos que são imputados                        |
|                     | A.6. Encerramento                 | Informar a testemunha do motivo pelo qual está ali          |
|                     |                                   | Questionar o arguido se presta declarações                  |
|                     |                                   | Conhecer o entrevistado                                     |
|                     |                                   | Redigir o Auto                                              |
|                     |                                   | Ler o auto e assinar                                        |
|                     | B.1. Construção de <i>rapport</i> | Dar a possibilidade de alterar as declarações               |
|                     |                                   | Não há nada definido                                        |
|                     |                                   | Dar a palavra ao defensor                                   |
|                     |                                   | Pôr o entrevistado confortável/ à vontade                   |
|                     |                                   | Pôr o entrevistado seguro                                   |
|                     |                                   | Criar empatia                                               |
|                     |                                   | Criar conexão                                               |
|                     |                                   | Estabelecer confiança                                       |
|                     |                                   | Oferecer água/café                                          |
|                     |                                   | Fazer pausas/Ir fumar um cigarro                            |
|                     |                                   | Conversa informal                                           |
|                     |                                   | Humor                                                       |
|                     |                                   | Adequar a linguagem                                         |
|                     |                                   | Dar a conhecer a polícia e o seu trabalho                   |
|                     |                                   | Mostrar disponibilidade                                     |
|                     |                                   | Cumprimentar                                                |
|                     |                                   | <i>Rapport</i> é importante com suspeitos e com testemunhas |
|                     |                                   | <i>Rapport</i> é importante com o advogado                  |

|                              |                                                                                                                                                                                |
|------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                              | Não estabelece relação com o suspeito                                                                                                                                          |
| B.2. Relato livre            | O entrevistado conta a sua versão<br>Não interromper                                                                                                                           |
| B.3. Questionamento          | O quê? Quem? Onde? Como? Quando?<br>Porquê?<br>Perguntas abertas<br>Perguntas fechadas<br>Funil<br>Perguntas sugestivas<br>Colocar a mesma questão de formas diferentes        |
| B.4. Divulgação de provas    | Confrontação com as provas<br>Divulgação inicial<br>Divulgação gradual<br>Divulgação tardia<br>Dar informação                                                                  |
| B.5. Recuperação da memória  | Recuperação por categorias<br>Restabelecimento do contexto<br>Dar tempo ao entrevistado<br>Colocar questões concretas<br>Possibilitar à pessoa ir ao local ou falar com alguém |
| B.6. Mentira/engano          | <i>Bluff</i><br>Promessas de vantagens                                                                                                                                         |
| B.7. Técnicas não utilizadas | <i>Bluff</i><br>Coação/ameaça/agressão<br>Promessas de vantagens<br>Questões sugestivas/direcionar<br>Apelar ao coração<br>Incutir pressão                                     |
| B.8. Desconhecimento técnico | Diferenciar entre sujeitos processuais<br>Narrar os factos antes do entrevistado<br>Adotar um semblante sisudo<br>Não especifica técnicas<br>Não se recorda/conhece técnicas   |
| B.9. Outras técnicas         | Analisar a linguagem não verbal                                                                                                                                                |

|                                            |                           |                                                                    |
|--------------------------------------------|---------------------------|--------------------------------------------------------------------|
| <b>C -<br/>Condicionantes<br/>Pessoais</b> | C.1. Investigador         | Usar linguagem não verbal                                          |
|                                            |                           | Entoação agressiva                                                 |
|                                            |                           | Apelar à colaboração                                               |
|                                            |                           | Apelar ao bom senso                                                |
|                                            |                           | Apelar ao coração                                                  |
|                                            |                           | Isolamento (introspeção)                                           |
|                                            |                           | Incute pressão                                                     |
|                                            |                           | Fazer a pessoa sentir-se diminuída                                 |
|                                            |                           | Adequar a postura à<br>postura/características do entrevistado     |
|                                            |                           | Dois investigadores-entrevistadores                                |
|                                            |                           | Fazer paragens para reflexão                                       |
|                                            |                           | Todas as técnicas legais                                           |
|                                            | C.2 Arguido               | Falta de experiência                                               |
|                                            |                           | Não ter paciência                                                  |
|                                            |                           | Práticas de entrevista de outros tipos de<br>crime                 |
|                                            |                           | Cair na rotina                                                     |
|                                            |                           | Ser explosivo                                                      |
|                                            |                           | Não ser educado                                                    |
|                                            |                           | Estar inseguro                                                     |
|                                            |                           | Prerrogativa de mentir                                             |
|                                            |                           | Direito ao silêncio                                                |
|                                            |                           | Não ser objetivo                                                   |
|                                            | C.3. Testemunha ou Lesado | Confessar para proteger outrem                                     |
|                                            |                           | Arrogância                                                         |
|                                            |                           | Memória                                                            |
|                                            |                           | Receio de se autoincriminar                                        |
|                                            |                           | Não colaborante                                                    |
|                                            |                           | Subjetividade/percepção                                            |
|                                            |                           | Memória                                                            |
|                                            |                           | Medo (incriminar alguém, represálias,<br>estar perante o suspeito) |
|                                            |                           | Ligações familiares                                                |
|                                            |                           | Não ser colaborante                                                |
|                                            |                           | Interdependência testemunha-suspeito                               |
|                                            |                           | Descrença no sistema judiciário                                    |

|                                                |                        |                                                      |
|------------------------------------------------|------------------------|------------------------------------------------------|
| <b>D -<br/>Condicionantes<br/>Situacionais</b> | D.1. Espaço            | Efeito traumático do crime                           |
|                                                |                        | Vergonha                                             |
|                                                |                        | Desvalorização do crime                              |
|                                                |                        | Culpabilizar-se                                      |
|                                                |                        | Mentir                                               |
|                                                |                        | Não ser objetivo                                     |
|                                                |                        | Idade                                                |
|                                                |                        | Inibição                                             |
|                                                |                        | A presença de outras pessoas não é uma condicionante |
|                                                |                        | Presença de outras pessoas                           |
|                                                |                        | Ruído                                                |
|                                                |                        | Objetos expostos                                     |
|                                                |                        | Marcas de deterioração                               |
|                                                |                        | Interrupções                                         |
| <b>E -<br/>Condicionantes<br/>Relacionais</b>  | E.1. Advogado/Defensor | Condições do espaço                                  |
|                                                |                        | Falta de privacidade                                 |
|                                                |                        | As condições descredibilizam a Polícia               |
|                                                |                        | Informática (computador, rede, acesso a plataformas) |
|                                                |                        | Não gravar a entrevista                              |
|                                                |                        | Pequenas dimensões                                   |
|                                                |                        | O contexto não condiciona                            |
|                                                |                        | Pressa do investigador                               |
|                                                |                        | Pressa do entrevistado                               |
|                                                |                        | Carga processual                                     |
|                                                | D.2. Tempo             | Não há pressão do tempo                              |
|                                                |                        | Contribui para uma maior confiança do arguido        |
|                                                |                        | Intromissão no ato                                   |
|                                                |                        | Aconselha a não prestar declarações                  |
|                                                |                        | Controla a legalidade da atuação policial            |
|                                                |                        | Não é um condicionante                               |
|                                                |                        | Percebe quando o investigador não está preparado     |
|                                                |                        |                                                      |
|                                                |                        |                                                      |
|                                                |                        |                                                      |

|                                             |                                         |                                                                   |
|---------------------------------------------|-----------------------------------------|-------------------------------------------------------------------|
| <b>F - Investigador<br/>- Entrevistador</b> | E.2. Intérprete                         | Procura desestabilizar emocionalmente o investigador              |
|                                             |                                         | Procura sobrepor-se ao investigador                               |
|                                             |                                         | Não permite analisar a voz e palavras do entrevistado             |
|                                             |                                         | Não permite perceber se o entrevistado percebeu a pergunta        |
|                                             |                                         | Tradução errada                                                   |
|                                             |                                         | Tende-se a colocar menos questões                                 |
|                                             | E.3. Externas                           | Não é um condicionante                                            |
|                                             |                                         | Ministério Público                                                |
|                                             | F.1. Sensações ao conduzir a entrevista | Normal, a entrevista é um hábito                                  |
|                                             |                                         | Sente-se bem/à vontade                                            |
|                                             |                                         | Tranquilo                                                         |
|                                             |                                         | Frustrado                                                         |
|                                             |                                         | Confiante                                                         |
|                                             |                                         | Compaixão                                                         |
|                                             |                                         | Líder                                                             |
|                                             |                                         | Abstrai-se das emoções do entrevistado                            |
|                                             |                                         | Perda de controlo                                                 |
|                                             |                                         | Desconfortável                                                    |
|                                             | F.2. Dificuldades                       | Trabalhar com diferentes tipologias de crime                      |
|                                             |                                         | Processos entre familiares                                        |
|                                             |                                         | Motivação                                                         |
|                                             |                                         | Processos com figuras públicas                                    |
|                                             |                                         | Entrevistar burlões                                               |
|                                             |                                         | Entrevistar delinquentes habituais                                |
|                                             |                                         | Entrevistar estrangeiros                                          |
|                                             |                                         | Entrevistas inopinadas                                            |
|                                             |                                         | Não encontra dificuldade                                          |
|                                             |                                         | Pôr a pessoa à vontade                                            |
|                                             | F.3. Apoio hierárquico/pares            | Criar empatia com arguidos                                        |
|                                             |                                         | Tirar dúvidas com os superiores hierárquicos durante a entrevista |

|                             |                          |                                                                  |
|-----------------------------|--------------------------|------------------------------------------------------------------|
| F.4. Características ideais |                          | Tirar dúvidas com os superiores hierárquicos antes da entrevista |
|                             |                          | Tirar dúvidas com os colegas durante a entrevista                |
|                             |                          | Desabafar com os superiores hierárquicos                         |
|                             |                          | Procura apoio nas chefias                                        |
|                             |                          | Não há um feedback                                               |
|                             |                          | Não é necessário apoio das chefias nas entrevistas               |
|                             |                          | Bom ouvinte                                                      |
|                             |                          | Atento                                                           |
|                             |                          | Perspícaz                                                        |
|                             |                          | Calmo                                                            |
|                             |                          | Preparado                                                        |
|                             |                          | Firme                                                            |
|                             |                          | Não ser autoritário                                              |
|                             |                          | Motivado                                                         |
|                             |                          | Profissional                                                     |
|                             |                          | Responsável                                                      |
|                             |                          | Educado                                                          |
|                             |                          | Respeitador                                                      |
|                             |                          | Paciente                                                         |
|                             |                          | Objetivo                                                         |
|                             |                          | Boa presença                                                     |
|                             |                          | Assertivo                                                        |
|                             |                          | Bom comunicador                                                  |
|                             |                          | Isento                                                           |
|                             |                          | Humano                                                           |
|                             |                          | Humilde                                                          |
|                             |                          | Sem medo                                                         |
|                             |                          | Dinâmico                                                         |
|                             |                          | Ponderado                                                        |
|                             |                          | Mente aberta                                                     |
|                             |                          | Saber escrever                                                   |
| G - Formação                | G.1. Aprendizagem formal | CIC                                                              |
|                             |                          | CEIIT                                                            |
|                             |                          | Técnicas de entrevista e interrogatório                          |

|                                   |                              |                                                        |
|-----------------------------------|------------------------------|--------------------------------------------------------|
| <b>H - Outras Características</b> |                              | Reciclagem/Atualizações de IC                          |
|                                   |                              | Não fez o CEIIT                                        |
|                                   |                              | Outras formações                                       |
|                                   |                              | Licenciatura                                           |
|                                   |                              | Não tem formação em entrevistas                        |
|                                   |                              | Experiência pessoal                                    |
|                                   | G.2. Aprendizagem informal   | Autodidática                                           |
|                                   |                              | Autoavaliação                                          |
|                                   |                              | Aprendizagem com os colegas                            |
|                                   |                              | Aprendizagem com as chefias                            |
|                                   |                              | Observar entrevistas                                   |
|                                   | G.3. Necessidades formativas | Formação contínua                                      |
|                                   |                              | Técnicas de entrevista                                 |
|                                   |                              | CEIIT                                                  |
|                                   |                              | Reciclagens/Atualizações                               |
|                                   |                              | Reuniões frequentes                                    |
|                                   |                              | A formação é insuficiente                              |
|                                   |                              | Outras formações                                       |
|                                   | H.1. Arguido/Suspeito        | Colaborante                                            |
|                                   |                              | Não tem medo                                           |
|                                   |                              | Emocionado                                             |
|                                   |                              | Sente pressão                                          |
|                                   |                              | À vontade                                              |
|                                   |                              | Agressivo                                              |
|                                   | H.2. Testemunha/Lesado       | Focada                                                 |
|                                   |                              | Vulnerável                                             |
|                                   |                              | Colaborante                                            |
|                                   |                              | Emocionado                                             |
|                                   |                              | Desconfortável                                         |
|                                   |                              | Nervosa                                                |
|                                   | H.3. Sala da entrevista      | Tensa                                                  |
|                                   |                              | Luz natural                                            |
|                                   |                              | Mobiliário suficiente                                  |
|                                   |                              | Mínimo de objetos                                      |
|                                   |                              | Acolhedora                                             |
|                                   |                              | Sala própria                                           |
|                                   |                              | Uso, eventual, de sala própria para assuntos delicados |
|                                   |                              | Boas condições                                         |

### Apêndice L: Distribuição das u.r. por entrevista

| Categoria | Participante |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           |           | u.r.       |              |
|-----------|--------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|--------------|
|           | L01          | L02       | L03       | L04       | L05       | L06       | L07       | L08       | L09       | L10       | P01       | P02       | P03       | P04       | P05       | P06       | P07       | P08       | P09       | P10       | Σ          | %            |
| <b>A</b>  | <b>23</b>    | <b>17</b> | <b>19</b> | <b>21</b> | <b>20</b> | <b>14</b> | <b>20</b> | <b>13</b> | <b>20</b> | <b>14</b> | <b>20</b> | <b>13</b> | <b>24</b> | <b>6</b>  | <b>29</b> | <b>5</b>  | <b>13</b> | <b>21</b> | <b>13</b> | <b>12</b> | <b>337</b> |              |
| A.1.      | 5            | 1         | 3         | 6         | 8         | 2         | 5         | 1         | 3         | 4         | 3         | 2         | 3         | 2         | 2         | 2         | 2         | 3         | 1         | 4         | 62         | 20,9%        |
| A.2.      | 2            | 1         | 2         | 1         | 2         | 1         | 1         | 2         | 1         | 3         | 1         | 2         | 3         | 1         | 4         | 1         | 1         | 3         | 3         | 2         | 37         |              |
| A.3.      | 0            | 3         | 1         | 4         | 6         | 1         | 4         | 3         | 2         | 2         | 4         | 2         | 4         | 1         | 3         | 1         | 3         | 4         | 2         | 1         | 51         |              |
| A.4.      | 5            | 10        | 10        | 7         | 4         | 2         | 4         | 5         | 10        | 5         | 7         | 3         | 4         | 1         | 15        | 1         | 5         | 8         | 3         | 4         | 113        |              |
| A.5.      | 10           | 2         | 2         | 1         | 0         | 8         | 6         | 2         | 4         | 0         | 5         | 4         | 6         | 1         | 5         | 0         | 1         | 2         | 4         | 1         | 64         |              |
| A.6.      | 1            | 0         | 1         | 2         | 0         | 0         | 0         | 0         | 0         | 0         | 0         | 0         | 4         | 0         | 0         | 0         | 1         | 1         | 0         | 0         | 10         |              |
| <b>B</b>  | <b>15</b>    | <b>18</b> | <b>16</b> | <b>22</b> | <b>30</b> | <b>14</b> | <b>11</b> | <b>13</b> | <b>14</b> | <b>17</b> | <b>7</b>  | <b>27</b> | <b>18</b> | <b>40</b> | <b>27</b> | <b>15</b> | <b>32</b> | <b>19</b> | <b>12</b> | <b>19</b> | <b>386</b> |              |
| B.1.      | 6            | 3         | 5         | 3         | 14        | 7         | 2         | 3         | 1         | 4         | 0         | 9         | 1         | 22        | 11        | 4         | 6         | 5         | 8         | 10        | 124        | 24,0%        |
| B.2.      | 0            | 3         | 0         | 4         | 4         | 0         | 0         | 0         | 2         | 3         | 0         | 1         | 2         | 0         | 0         | 1         | 3         | 4         | 0         | 0         | 27         |              |
| B.3.      | 2            | 1         | 1         | 4         | 0         | 0         | 0         | 0         | 2         | 1         | 0         | 5         | 2         | 1         | 1         | 0         | 11        | 3         | 0         | 1         | 35         |              |
| B.4.      | 1            | 7         | 5         | 3         | 4         | 4         | 2         | 1         | 2         | 3         | 3         | 3         | 3         | 3         | 3         | 0         | 6         | 2         | 0         | 4         | 59         |              |
| B.5.      | 0            | 0         | 0         | 1         | 2         | 1         | 1         | 1         | 1         | 0         | 1         | 4         | 3         | 1         | 3         | 3         | 1         | 2         | 2         | 0         | 27         |              |
| B.6.      | 0            | 0         | 0         | 1         | 0         | 0         | 0         | 0         | 3         | 0         | 0         | 0         | 0         | 4         | 1         | 4         | 0         | 0         | 0         | 0         | 13         |              |
| B.7.      | 1            | 1         | 3         | 3         | 4         | 0         | 3         | 1         | 1         | 1         | 1         | 0         | 0         | 0         | 5         | 0         | 1         | 1         | 2         | 1         | 29         |              |
| B.8.      | 1            | 0         | 2         | 0         | 0         | 0         | 3         | 2         | 0         | 0         | 1         | 3         | 1         | 0         | 2         | 0         | 0         | 2         | 0         | 1         | 18         |              |
| B.9.      | 4            | 3         | 0         | 3         | 2         | 2         | 0         | 5         | 2         | 5         | 1         | 2         | 6         | 9         | 1         | 3         | 4         | 0         | 0         | 2         | 54         |              |
| <b>C</b>  | <b>12</b>    | <b>19</b> | <b>6</b>  | <b>15</b> | <b>19</b> | <b>8</b>  | <b>9</b>  | <b>5</b>  | <b>3</b>  | <b>11</b> | <b>9</b>  | <b>2</b>  | <b>6</b>  | <b>11</b> | <b>13</b> | <b>13</b> | <b>8</b>  | <b>3</b>  | <b>3</b>  | <b>5</b>  | <b>180</b> |              |
| C.1.      | 0            | 1         | 1         | 0         | 1         | 2         | 1         | 4         | 0         | 2         | 6         | 0         | 0         | 6         | 1         | 1         | 0         | 0         | 2         | 1         | 29         | 11,2%        |
| C.2.      | 6            | 3         | 2         | 6         | 11        | 3         | 2         | 0         | 2         | 2         | 3         | 1         | 4         | 1         | 5         | 8         | 5         | 2         | 0         | 2         | 68         |              |
| C.3.      | 6            | 15        | 3         | 9         | 7         | 3         | 6         | 1         | 1         | 7         | 0         | 1         | 2         | 4         | 7         | 4         | 3         | 1         | 1         | 2         | 83         |              |
| <b>D</b>  | <b>4</b>     | <b>9</b>  | <b>4</b>  | <b>10</b> | <b>10</b> | <b>1</b>  | <b>1</b>  | <b>13</b> | <b>11</b> | <b>6</b>  | <b>19</b> | <b>17</b> | <b>7</b>  | <b>24</b> | <b>12</b> | <b>14</b> | <b>14</b> | <b>4</b>  | <b>9</b>  | <b>11</b> | <b>200</b> | <b>12,4%</b> |

|          |           |           |           |          |          |           |          |           |           |           |           |           |          |           |           |          |           |           |           |           |             |             |
|----------|-----------|-----------|-----------|----------|----------|-----------|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|----------|-----------|-----------|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-------------|-------------|
| D.1.     | 3         | 9         | 4         | 10       | 10       | 1         | 1        | 11        | 11        | 6         | 19        | 8         | 7        | 22        | 12        | 14       | 8         | 4         | 8         | 9         | 177         |             |
| D.2.     | 1         | 0         | 0         | 0        | 0        | 0         | 0        | 2         | 0         | 0         | 0         | 9         | 0        | 2         | 0         | 0        | 6         | 0         | 1         | 2         | 23          |             |
| <b>E</b> | <b>2</b>  | <b>4</b>  | <b>1</b>  | <b>0</b> | <b>0</b> | <b>0</b>  | <b>3</b> | <b>0</b>  | <b>13</b> | <b>4</b>  | <b>0</b>  | <b>3</b>  | <b>9</b> | <b>3</b>  | <b>1</b>  | <b>1</b> | <b>4</b>  | <b>3</b>  | <b>8</b>  | <b>0</b>  | <b>59</b>   |             |
| E.1.     | 1         | 3         | 1         | 0        | 0        | 0         | 3        | 0         | 13        | 4         | 0         | 3         | 5        | 2         | 0         | 0        | 4         | 2         | 7         | 0         | 48          | 3,7%        |
| E.2.     | 1         | 0         | 0         | 0        | 0        | 0         | 0        | 0         | 0         | 0         | 0         | 0         | 3        | 0         | 1         | 0        | 0         | 1         | 1         | 0         | 7           |             |
| E.3.     | 0         | 1         | 0         | 0        | 0        | 0         | 0        | 0         | 0         | 0         | 0         | 0         | 1        | 1         | 0         | 1        | 0         | 0         | 0         | 0         | 4           |             |
| <b>F</b> | <b>10</b> | <b>5</b>  | <b>8</b>  | <b>7</b> | <b>9</b> | <b>10</b> | <b>9</b> | <b>14</b> | <b>9</b>  | <b>10</b> | <b>14</b> | <b>8</b>  | <b>9</b> | <b>11</b> | <b>10</b> | <b>6</b> | <b>11</b> | <b>8</b>  | <b>7</b>  | <b>4</b>  | <b>179</b>  |             |
| F.1.     | 3         | 0         | 3         | 2        | 1        | 2         | 1        | 5         | 3         | 3         | 5         | 2         | 2        | 5         | 3         | 1        | 1         | 2         | 0         | 1         | 45          | 11,1%       |
| F.2.     | 1         | 0         | 0         | 0        | 1        | 0         | 3        | 2         | 3         | 3         | 1         | 1         | 3        | 1         | 3         | 1        | 6         | 1         | 3         | 0         | 33          |             |
| F.3.     | 2         | 3         | 1         | 2        | 2        | 4         | 1        | 1         | 1         | 1         | 2         | 2         | 1        | 1         | 1         | 1        | 2         | 4         | 1         | 1         | 34          |             |
| F.4.     | 4         | 2         | 4         | 3        | 5        | 4         | 4        | 6         | 2         | 3         | 6         | 3         | 3        | 4         | 3         | 3        | 2         | 1         | 3         | 2         | 67          |             |
| <b>G</b> | <b>9</b>  | <b>11</b> | <b>11</b> | <b>6</b> | <b>8</b> | <b>11</b> | <b>7</b> | <b>9</b>  | <b>11</b> | <b>9</b>  | <b>13</b> | <b>13</b> | <b>8</b> | <b>15</b> | <b>14</b> | <b>9</b> | <b>14</b> | <b>16</b> | <b>13</b> | <b>10</b> | <b>217</b>  |             |
| G.1.     | 2         | 3         | 4         | 2        | 4        | 5         | 2        | 2         | 2         | 3         | 6         | 5         | 3        | 9         | 6         | 2        | 6         | 5         | 3         | 3         | 77          | 13,5%       |
| G.2.     | 4         | 6         | 4         | 3        | 1        | 2         | 3        | 6         | 3         | 5         | 4         | 3         | 3        | 4         | 5         | 5        | 2         | 4         | 5         | 2         | 74          |             |
| G.3.     | 3         | 2         | 3         | 1        | 3        | 4         | 2        | 1         | 6         | 1         | 3         | 5         | 2        | 2         | 3         | 2        | 6         | 7         | 5         | 5         | 66          |             |
| <b>H</b> | <b>3</b>  | <b>5</b>  | <b>2</b>  | <b>2</b> | <b>5</b> | <b>4</b>  | <b>1</b> | <b>2</b>  | <b>2</b>  | <b>2</b>  | <b>0</b>  | <b>3</b>  | <b>2</b> | <b>3</b>  | <b>2</b>  | <b>2</b> | <b>3</b>  | <b>5</b>  | <b>3</b>  | <b>1</b>  | <b>52</b>   |             |
| H.1.     | 0         | 1         | 1         | 2        | 1        | 1         | 0        | 0         | 1         | 0         | 0         | 0         | 1        | 2         | 0         | 1        | 1         | 0         | 0         | 0         | 12          | 3,2%        |
| H.2.     | 2         | 2         | 1         | 0        | 3        | 2         | 0        | 0         | 0         | 1         | 0         | 0         | 1        | 1         | 0         | 0        | 2         | 3         | 2         | 0         | 20          |             |
| H.3.     | 1         | 2         | 0         | 0        | 1        | 1         | 1        | 2         | 1         | 1         | 0         | 3         | 0        | 0         | 2         | 1        | 0         | 2         | 1         | 1         | 20          |             |
| <b>Σ</b> |           |           |           |          |          |           |          |           |           |           |           |           |          |           |           |          |           |           |           |           | <b>1610</b> | <b>100%</b> |

### Apêndice M: Distribuição das frequências de u.r. por subcategoria

| <b>Categoria</b>                        | <b>Subcategoria</b>                     | <b>u.r</b> | <b>% u.r</b> |
|-----------------------------------------|-----------------------------------------|------------|--------------|
| <b>A - Caracterização da entrevista</b> | A.1. Objetivos                          | 62         | 3,9%         |
|                                         | A.2. Importância                        | 37         | 2,3%         |
|                                         | A.3. Modelo                             | 51         | 3,2%         |
|                                         | A.4. Preparação                         | 113        | 7,0%         |
|                                         | A.5. Abordagem inicial                  | 64         | 4,0%         |
|                                         | A.6. Encerramento                       | 10         | 0,6%         |
| <b>B - Técnicas</b>                     | B.1. Construção de <i>rapport</i>       | 124        | 7,7%         |
|                                         | B.2. Relato livre                       | 27         | 1,7%         |
|                                         | B.3. Questionamento                     | 35         | 2,2%         |
|                                         | B.4. Divulgação de provas               | 59         | 3,7%         |
|                                         | B.5. Recuperação da memória             | 27         | 1,7%         |
|                                         | B.6. Mentira/engano                     | 13         | 0,8%         |
|                                         | B.7. Técnicas não utilizadas            | 29         | 1,8%         |
|                                         | B.8. Desconhecimento técnico            | 18         | 1,1%         |
|                                         | B.9. Outras técnicas                    | 54         | 3,4%         |
| <b>C - Condicionantes pessoais</b>      | C.1. Investigador                       | 29         | 1,8%         |
|                                         | C.2. Arguido                            | 68         | 4,2%         |
|                                         | C.3. Testemunha ou Lesado               | 83         | 5,2%         |
| <b>D - Condicionantes situacionais</b>  | D.1. Espaço                             | 177        | 11,0%        |
|                                         | D.2. Tempo                              | 23         | 1,4%         |
| <b>E - Condicionantes relacionais</b>   | E.1. Advogado/Defensor                  | 48         | 3,0%         |
|                                         | E.2. Intérprete                         | 7          | 0,4%         |
|                                         | E.3. Externas                           | 4          | 0,2%         |
| <b>F - Investigador-entrevistador</b>   | F.1. Sensações ao conduzir a entrevista | 45         | 2,8%         |
|                                         | F.2. Dificuldades                       | 33         | 2,0%         |
|                                         | F.3. Apoio hierárquico/pares            | 34         | 2,1%         |
|                                         | F.4. Características ideais             | 67         | 4,2%         |
| <b>G - Formação</b>                     | G.1. Aprendizagem formal                | 77         | 4,8%         |
|                                         | G.2. Aprendizagem informal              | 74         | 4,6%         |
|                                         | G.3. Necessidades formativas            | 66         | 4,1%         |
| <b>I - Outras características</b>       | I.1. Arguido/Suspeito                   | 12         | 0,7%         |
|                                         | I.2. Testemunha/Lesado                  | 20         | 1,2%         |
|                                         | I.3. Sala da entrevista                 | 20         | 1,2%         |
| <b>Σ</b>                                |                                         | 1610       | 100%         |

## Apêndice N: Distribuição das frequências das u.r por subcategorias e por Comando

| Subcategorias | COMETLIS |        | COMETPOR |       | $\Sigma$ |       |
|---------------|----------|--------|----------|-------|----------|-------|
|               | u.r.     | %      | u.r.     | %     | u.r.     | %     |
| A.1.          | 38       | 2,4%   | 24       | 1,5%  | 62       | 3,9%  |
| A.2.          | 16       | 1,0%   | 21       | 1,3%  | 37       | 2,3%  |
| A.3.          | 26       | 1,6%   | 25       | 1,6%  | 51       | 3,2%  |
| A.4.          | 62       | 3,9%   | 51       | 3,2%  | 113      | 7,0%  |
| A.5.          | 35       | 2,2%   | 29       | 1,8%  | 64       | 4,0%  |
| A.6.          | 4        | 0,2%   | 6        | 0,4%  | 10       | 0,6%  |
| B.1.          | 48       | 3,0%   | 76       | 4,7%  | 124      | 7,7%  |
| B.2.          | 16       | 1,0%   | 11       | 0,7%  | 27       | 1,7%  |
| B.3.          | 11       | 0,7%   | 24       | 1,5%  | 35       | 2,2%  |
| B.4.          | 32       | 2,0%   | 27       | 1,7%  | 59       | 3,7%  |
| B.5.          | 7        | 0,4%   | 20       | 1,2%  | 27       | 1,7%  |
| B.6.          | 4        | 0,2%   | 9        | 0,6%  | 13       | 0,8%  |
| B.7.          | 18       | 1,1%   | 11       | 0,7%  | 29       | 1,8%  |
| B.8.          | 8        | 0,5%   | 10       | 0,6%  | 18       | 1,1%  |
| B.9.          | 26       | 1,6%   | 28       | 1,7%  | 54       | 3,4%  |
| C.1.          | 12       | 0,7%   | 17       | 1,1%  | 29       | 1,8%  |
| C.2.          | 37       | 2,3%   | 31       | 1,9%  | 68       | 4,2%  |
| C.3.          | 58       | 3,6%   | 25       | 1,6%  | 83       | 5,2%  |
| D.1.          | 66       | 4,1%   | 111      | 6,9%  | 177      | 11,0% |
| D.2.          | 3        | 0,2%   | 20       | 1,2%  | 23       | 1,4%  |
| E.1.          | 25       | 1,6%   | 23       | 1,4%  | 48       | 3,0%  |
| E.2.          | 1        | 0,1%   | 6        | 0,4%  | 7        | 0,4%  |
| E.3.          | 1        | 0,1%   | 3        | 0,2%  | 4        | 0,2%  |
| F.1.          | 23       | 1,4%   | 22       | 1,4%  | 45       | 2,8%  |
| F.2.          | 13       | 0,8%   | 20       | 1,2%  | 33       | 2,0%  |
| F.3.          | 18       | 1,1%   | 16       | 1,0%  | 34       | 2,1%  |
| F.4.          | 37       | 2,3%   | 30       | 1,9%  | 67       | 4,2%  |
| G.1.          | 29       | 1,8%   | 48       | 3,0%  | 77       | 4,8%  |
| G.2.          | 37       | 2,3%   | 37       | 2,3%  | 74       | 4,6%  |
| G.3.          | 26       | 1,6%   | 40       | 2,5%  | 66       | 4,1%  |
| H.1.          | 7        | 0,4%   | 5        | 0,3%  | 12       | 0,7%  |
| H.2.          | 11       | 0,7%   | 9        | 0,6%  | 20       | 1,2%  |
| H.3.          | 10       | 0,6%   | 10       | 0,6%  | 20       | 1,2%  |
| $\Sigma$      | 765      | 47,52% | 845      | 52,5% | 1610     | 100%  |

